

**UNICAMP**

**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Departamento de Ciências Políticas**

Sandra Regina Zarpelon

**A ESQUERDA NÃO SOCIALISTA E O NOVO SOCIALISMO  
UTÓPICO: APROXIMAÇÕES ENTRE A ATUAÇÃO DAS ONGs E O  
COOPERATIVISMO DA CUT**

Dissertação de mestrado apresentada  
ao Departamento de Ciências Políticas  
do Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, sob orientação do Prof. Dr.  
Armando Boito Jr.

AGOSTO/2003

**UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE**

SANDRA REGINA ZARPELON

**A ESQUERDA NÃO SOCIALISTA E O NOVO SOCIALISMO  
UTÓPICO: APROXIMAÇÕES ENTRE A ATUAÇÃO DAS ONGs E O  
COOPERATIVISMO DA CUT**

Dissertação de mestrado apresentada  
ao Departamento de Ciências Políticas  
do Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas da Universidade Estadual de  
Campinas, sob orientação do Prof. Dr.  
Armando Boito Jr.

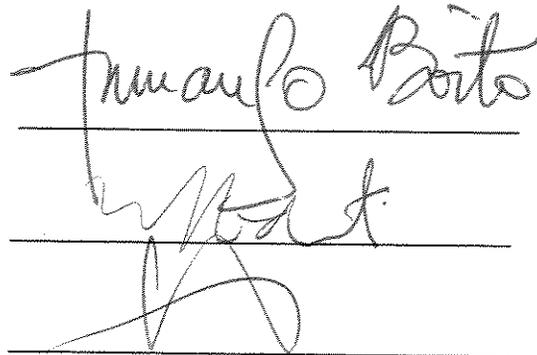
Este exemplar corresponde à  
redação final da Dissertação  
defendida e aprovada pela  
comissão julgadora em  
28/08/2003

BANCA

Prof. Dr. Armando Boito Jr.  
(Orientador)

Prof. Dr. Marcelo Ridenti

Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa



Armando Boito Jr.  
Marcelo Ridenti  
Valeriano Mendes Ferreira Costa

AGOSTO/2003

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	Unicecamp
	2/19e
V	EX
TOMBO BC	55969
PROC.	16/124103
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	3811,09
DATA	08/10/03
Nº CPD	

CM00190403-3

Bib id 301982

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Z 19 e      Zarpelon, Sandra Regina  
 A esquerda não socialista e o novo socialismo utópico:  
 aproximações entre a atuação das ONGs e o cooperativismo da  
 CUT / Sandra Regina Zarpelon. -- Campinas, SP : [s.n.], 2003.

**Orientador: Armando Boito Júnior.**  
**Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,**  
**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

1. Central Única dos Trabalhadores (Brasil). 2. Capitalismo.  
 3. Cooperativismo. 4. Socialismo. 5. Organizações não-  
 governamentais. I. Boito Júnior, Armando. II. Universidade  
 Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.  
 III. Título.

## Resumo

Esta dissertação trata das aproximações entre as práticas políticas de parte da esquerda não-socialista, representada no presente trabalho pelas organizações não-governamentais, e alguns programas socialistas não-marxistas, incorporados em parte pela inserção da CUT – Central Única dos Trabalhadores – na chamada economia solidária. A não consideração da função desempenhada pelo Estado de organizar a dominação de classe num dado modo de produção, e a despreocupação com a luta de classes fazem com que autores considerem possível a construção do socialismo nos interstícios da sociedade capitalista, sem ruptura ou transição. Este socialismo direto, ao não entender necessária a destruição do Estado burguês para a construção do socialismo, acaba por se aproximar não do socialismo como a superação do capitalismo, mas simplesmente como incremento da democracia e melhoria nas condições de exploração.

ONGs; economia solidária; transição; capitalismo; socialismo.

## Abstract

This thesis examines the proximity between the political practices of part of the non-socialist left, namely some non-governmental organizations, and some non-Marxist socialist programs, partly incorporated when CUT (*Central Única dos Trabalhadores* – United Labor Federation) adhered to the so-called economy of solidarity. Their option not to consider the role played by the State in the organization of class domination in a given production mode, and not to worry about class struggle leads the authors to consider it is possible to construct socialism in the interstices of the capitalist society, without rupture or transition. This direct socialism, which does not think building socialism entails destroying the bourgeois State, ends up approximating socialism, not as a way to overcome capitalism, but simply as an increment of democracy and an improvement of the exploitation conditions.

NGOs; economy of solidarity; transition; capitalism; socialism

## **Agradecimentos**

Gostaria de agradecer, primeiramente, ao professor Armando Boito Jr., pela orientação e pela amizade demonstrada nos momentos difíceis.

Aos membros da banca – Marcelo Ridente e Valeriano Costa – por terem aceitado o convite para participarem da defesa desta dissertação.

A Angela, por sua amizade, por sua agudeza intelectual e sua disponibilidade para ouvir e debater.

Aos amigos do Grupo de Estudos *Neoliberalismo e Trabalhadores*, do Cemarx (Centro de Estudos Marxistas) – Andréia, Andriei, Armando, Claudinei, Danilo, Fernando, Patrícia, Sidnei, Silvana e Vanderlei -, pelos proveitosos debates que travamos; eles foram fundamentais para a consolidação de várias idéias desenvolvidas neste trabalho.

A Volponi e Brian, pelo carinho e pelo apoio, presentes em todos os momentos deste trabalho.

Aos meus pais, Laide e Paulo, pela confiança e apoio.

Ao Alain, pela ajuda de última hora.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>1 - ONGs: novo movimento social ou nova filantropia? .....</b>	<b>5</b>
1.1 - Definições e Classificações.....	6
1.2 - Defesa da atuação das ONGs: pragmatismo político e "sociedade civil propositiva" .....	10
1.3 – Bases teóricas da defesa das ONGs: as teorias da ação comunicativa e da esfera pública de Habermas .....	15
1.4 – Crítica da atuação das ONGs: alinhamento com políticas sociais compensatórias e desmobilização dos movimentos populares.....	22
1.5 – ONGs e Políticas Sociais Neoliberais .....	28
<b>2 - CUT e Economia Solidária: do sindicalismo participativo ao executor? ..</b>	<b>33</b>
2.1 – A CUT na década de 1980: uma central combativa .....	34
2.2 – O sindicalismo propositivo da década de 1990.....	38
2.3 – A CUT e a Economia Solidária: Rumo ao sindicalismo executor? .....	45
2.3.1 – As experiências cooperativistas da CUT: a ADS e a UNISOL .....	49
2.3.2 – Limites e possibilidades do cooperativismo: para além da contradição degeneração ou falência? .....	63
<b>3 - O socialismo construído nos interstícios da sociedade capitalista .....</b>	<b>73</b>
3.1 - Negri e Hardt: o fim do imperialismo e a ascensão da multidão.....	76
3.2 - Alain Bihr e o sindicalismo revolucionário sem insurreição .....	97
3.3 - Paul Singer: Voltando ao Século XIX?.....	118
<b>4 – Considerações finais.....</b>	<b>144</b>
<b>5 – Fontes .....</b>	<b>150</b>
5.1 - Bibliografia.....	150
5.2 – Documentos e artigos sindicais.....	156

## **INTRODUÇÃO**

A década de 1990 no Brasil foi marcada pelo desencadeamento acelerado de políticas e reformas voltadas para o mercado, comumente chamadas de políticas neoliberais. Por conta, em grande parte, desta ofensiva neoliberal, os movimentos populares passaram a sofrer um processo de mudanças que evidencia um longo trajeto que levou-os de um modo de atuação combativo, mobilizador, presente nas duas décadas precedentes, a uma atuação mais propositiva, negociadora, conciliadora e, muitas vezes executora de políticas antes consideradas pelos próprios movimentos como dever do Estado e direito do trabalhador e da população em geral.

É dentro deste quadro de mudanças que este trabalho se insere. Nessa pesquisa, tentamos mapear dois fenômenos desencadeados na década de 1990, com desdobramentos até os dias atuais e que estão ligados a essas mudanças: a expansão das organizações não-governamentais, como reflexo/causa das mudanças nos movimentos sociais, e o desenvolvimento do chamado sindicalismo propositivo da CUT, que trouxe profundas mudanças na ação sindical da maior central brasileira.

Nossas hipóteses são que estes dois fenômenos contribuem, cada qual à sua maneira e com intensidade diferente, para consolidar a hegemonia neoliberal entre as classes dominadas, e que mantêm algumas semelhanças entre si, principalmente em relação a uma certa funcionalidade entre um novo basismo - representado pelos dois fenômenos - e as políticas sociais neoliberais. Outra semelhança detectada foi em relação às matrizes teóricas que orientam - se não completamente, em boa medida - as ações das ONGs e do sindicalismo da "CUT cidadã".

No primeiro capítulo, formamos um panorama da atuação das ONGs, na tentativa de identificar suas conseqüências políticas para a mobilização/desmobilização dos movimentos sociais aos quais mantêm algum tipo de ligação e para a disseminação de elementos da ideologia neoliberal entre as classes populares. Fizemos, também, uma breve exposição das matrizes teóricas que sustentam tanto o discurso quanto a prática dos ativistas e dos intelectuais ligados a esse campo. As análises e críticas foram feitas a partir de pesquisas já realizadas junto a organizações consideradas e autodenominadas progressistas. A ênfase foi dada ao seu modo de atuação – através de projetos – e seu financiamento – basicamente através de captação de recursos junto a governos e agências multilaterais, como o BID e o Banco Mundial.

No segundo capítulo, a CUT e suas transformações foram nosso objeto de estudo. Fizemos uma breve incursão na estratégia sindical e nas características da central no início de sua formação, a fim de firmar um contraponto com a década de 1990, quando o sindicalismo propositivo ganhou força. Tentamos, com essa retomada da década de 1980, mostrar elementos que contribuíram para o desenvolvimento de um sindicalismo cada dia mais afastado do sindicalismo classista que caracterizava a central em seus primeiros anos de existência.

As semelhanças entre a estratégia da CUT a partir da década de 1990 e a atuação das ONGs começam a se firmar em meados da década de 1990, com a entrada da CUT no área da requalificação profissional, através da disputa por recursos do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador –, e se tornam nítidas a partir do final da mesma década, com o desenvolvimento de estratégias voltadas para a chamada economia solidária – representado emblematicamente pela criação da Agência de Desenvolvimento Solidário, pela CUT e da Unisol Cooperativas, pelos sindicatos dos metalúrgicos e dos químicos, ambos do ABC paulista. Com a entrada da CUT no campo da requalificação profissional, a central passa a executar projetos na área de políticas contra o desemprego, ajudando a difundir a

idéia de que a culpa pelos altos índices é do próprio trabalhador, que não teria qualificação suficiente para retornar ao mercado de trabalho. A partir destas ações, que culminam com o desenvolvimento de projetos de desenvolvimento solidário, começa a se consolidar na central – não sem conflitos e resistência – a noção de uma “CUT cidadã”, aproximando ainda mais a sua atuação daquela desenvolvida pelas organizações não-governamentais.

A inserção da CUT na economia solidária vem amparada simultaneamente na corrente que, nesta pesquisa, chamamos de novo socialismo utópico, principalmente através dos estudos de Paul Singer, e nas teorias da esfera pública e ação comunicativa habermasianas e suas filiais do espaço público e dos contra-públicos. Assim, o discurso que norteia os documentos da área faz menção ora a um socialismo que deve ser construído pelos trabalhadores, aqui e agora, através das cooperativas, ora à cidadania e à ampliação dos espaços públicos onde possam se desenvolver os projetos cooperativos e de desenvolvimento local, dentro da perspectiva de “geração de trabalho e renda”.

Esta oscilação entre um socialismo direto e autogestionário e uma central voltada para a representação cidadã e não classista fez com que nos ocupássemos com a análise do que entendemos constituir uma corrente na esquerda mundial atualmente, e que caracterizamos como *novo socialismo utópico*. Além de Paul Singer, outros autores foram estudados; todos com a mesma proposta de um socialismo direto, sem revolução política e “que parte da base”.

O terceiro capítulo, assim, é dedicado ao estudo de quatro autores que consideramos inseridos neste novo socialismo utópico: Hardt e Negri, Paul Singer e Alain Bihl. Todos se dizem socialistas ou comunistas e voltam suas preocupações para a crise da esquerda após a queda do leste europeu e da URSS e da ascensão do neoliberalismo. Como todos se autodenominam socialistas ou

comunistas, entendemos que o termo socialismo está hoje em disputa – talvez sempre tenha estado – entre várias correntes. O que seria socialismo para cada um dos autores analisados? E o que é o socialismo marxista hoje? É claro que não temos a resposta cabal para estas questões, mas tentamos traçar algumas diferenças entre a maneira que o socialismo é visto pelos autores analisados e o chamado socialismo científico, baseado nas obras de Marx e dos marxistas. Não pretendemos desenvolver o que seria o socialismo marxista hoje, mesmo porque é tarefa para muito mais que uma simples dissertação de mestrado, mas já nos consideramos satisfeitos pelo questionamento e a percepção da necessidade de o pensamento marxista refletir sobre um novo programa socialista.

## ***1 - ONGs: novo movimento social ou nova filantropia?***

O final da década de 1980 e início da de 1990 assistiram ao crescimento, tanto em número quanto em importância, das chamadas organizações não-governamentais. Não que elas não existissem antes desse período, mas, com o avanço das políticas consideradas neoliberais, essas organizações foram colocadas em evidência, seja pelos seus defensores, seja por críticos, muitas vezes contundentes. Desde já deixamos claro que pertencemos ao segundo grupo. Tentaremos argumentar que, apesar das diferentes definições, da heterogeneidade que o campo apresenta, há uma certa funcionalidade entre a atuação dessas organizações e a disseminação de políticas e consolidação da hegemonia neoliberal no Brasil.

Nesse primeiro capítulo, abordaremos a questão das organizações não-governamentais, sua atuação, sua inserção política e seu embasamento teórico. Nossa análise diz respeito às ONGs que, de alguma forma, prestam serviços considerados públicos, nas áreas de saúde, educação, cultura, etc.. Não nos propomos a tratar de entidades específicas; faremos uma análise a partir de livros, artigos e teses que estudaram e discutiram tanto a formação de inúmeras dessas organizações, quanto a transformação de antigas entidades em ONGs. Como nossa preocupação maior é entender qual o papel desempenhado por essas organizações na difusão da ideologia neoliberal entre as classes dominadas e, mais especificamente, pelas organizações consideradas progressistas, reservamos também uma pequena análise das relações entre as ONGs e as políticas neoliberais. Longe de conseguirmos uma definição sobre o tema, que sabemos complexo, tivemos a intenção de mostrar as conexões entre o modo de atuação dessas organizações e alguns pontos fundamentais da ideologia neoliberal – o antiestatismo e a valorização do privado, basicamente.

## **1.1 - Definições e Classificações**

Há, no campo das organizações não-governamentais, uma heterogeneidade reconhecida pelos analistas. Poderíamos classificá-las segundo sua origem. É o que faz Ana Cláudia Teixeira (2000) em sua dissertação de mestrado. Segundo sua classificação, encontramos quatro grupos distintos de entidades. Poderíamos chamar um primeiro grupo de derivado dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980. Nesse grupo estão as organizações que, no período anterior, faziam o trabalho de assessoria e educação política junto aos movimentos ao qual pertenciam ou mantinham estreitas relações. Um segundo grupo contém ONGs mais recentes e que mantêm relações mais diretas com entidades filantrópicas – ou eram entidades assistenciais que se autodenominam ONGs ou são ONGs que nascem especificamente no campo da filantropia. Num terceiro grupo estariam as organizações que se confundem com o movimento social que integram; são entidades ligadas ao movimento ambientalista, de apoio e defesa de populações indígenas ou de portadores do vírus HIV, por exemplo. Um último grupo está relacionado diretamente com o que se convencionou chamar terceiro setor. Ou seja, são entidades e fundações criadas por empresas ou por empresários.

Se fizéssemos uma reclassificação segundo o critério de atuação – predominantemente assistencial e baseada em projetos ou não – chegaríamos a outro resultado. Teríamos um vasto campo que englobaria, apesar das diferenças de origem e de autodenominação, os dois primeiros grupos e ainda algumas entidades citadas no terceiro grupo, como as de apoio aos portadores do vírus HIV. Como ONGs que poderiam ser chamadas de movimentos sociais ficariam apenas as ambientalistas, nos moldes do Greenpeace e, talvez, as de defesa de povos indígenas. Além daquelas entidades, teríamos todo o terceiro setor, ligado às fundações empresariais. Isso quer dizer que, se tomado o padrão de atuação, as

ONGs, em sua esmagadora maioria, estão inseridas no campo da filantropia ou assistência social, ainda que com ressalvas no interior do campo. O que estamos dizendo é que uma separação estanque entre as ONGs que fizeram assessoria aos movimentos sociais nas décadas anteriores e as novas organizações, formadas já no boom dos anos 90 e ligadas mais diretamente à filantropia ou à assistência social, não dá conta do modo de inserção política dessas entidades e das conseqüências e resultados políticos e práticos dessa inserção.

Não há como fazer uma classificação categórica das organizações segundo suas origens e intenções porque uma grande parte delas atua da mesma forma, usando os mesmos métodos, os mesmos recursos e, principalmente, chegando aos mesmos resultados políticos e práticos, ainda que suas intenções sejam diferentes. Desta forma, entendemos que a heterogeneidade existente no campo das organizações não-governamentais não impede a existência de congruências nos resultados políticos e práticos obtidos através de sua intervenção na área de políticas sociais.

Nesse trabalho, referimo-nos basicamente às organizações dos primeiro e segundo grupos. É claro que as fundações empresariais contribuem – e muito – para a difusão do ideário neoliberal sobre políticas sociais, mas a nossa intenção é entender como esse ideário penetra nas classes dominadas a partir de seus próprios movimentos.

As classificações feitas com base na origem das organizações são relevantes para verificarmos as mudanças que acompanharam os movimentos sociais desde o final da década de 1980. Se, nas décadas de 1970 e 1980, as ONGs, em sua grande maioria, estavam relacionadas diretamente aos movimentos sociais, atuando na formação de quadros para esses movimentos ou na prestação de assessoria, a partir do final da década de 1980 e, principalmente, a partir de 1992, com a realização da ECO-92 – grande encontro de ONGs, organizado e

patrocinado pela ONU -, as ONGs passam a ocupar espaços que antes o eram pelos movimentos sociais.

Quando essas organizações passam a se assumir como ONGs, como atores sociais com voz própria, os conflitos entre elas e os movimentos sociais tornam-se inevitáveis. Acontece uma disputa para saber quem é mais legítimo para ocupar determinados espaços. Como esses “ongueiros” geralmente possuem mais capacitação em relação às organizações populares (possuem maior escolaridade, expressam-se melhor, falam inglês) e possuem mais condições (financeiras e de tempo, afinal são pagos justamente para atuarem nessas arenas), os conflitos ficam acirrados. Não é por acaso que a ABONG [Associação Brasileira de ONGs], entidade que foi em grande parte idealizada pelos ex-centros de assessoria, é constituída às vésperas da primeira das conferências do Ciclo da ONU, a ECO-92. Esta primeira conferência, com as demais conferências da década (de Beijing, do Cairo, De Istambul), foram espaços que privilegiaram a atuação das ONGs como “representantes da sociedade civil”. Para ocuparem esses espaços com legitimidade as organizações não poderiam ser apresentadas como meros assessores, mas precisavam ser reconhecidas como “atores com voz própria” (Teixeira, 2000:98).

Ao analisarmos a citação acima, notamos a importância que teve a ONU para a “separação” entre ONGs e movimentos sociais, com o incentivo oferecido pelos encontros organizados em vários lugares do mundo durante a década de 1990. Não podemos esquecer que a mesma ONU está na origem do próprio termo ONG, e sempre incentivou a ação de organizações dos países ricos em países da periferia do sistema capitalista. Poderíamos dizer que houve uma espécie de cooptação dessas ONGs que prestavam assessoria aos movimentos sociais através das intervenções da ONU, do incentivo financeiro de agências multilaterais, de entidades do chamado “Primeiro Mundo” e de governos locais.

Essas organizações tiveram, a partir da sua constituição como ONG, de encontrar uma nova forma de relacionamento com os movimentos sociais. No início, as organizações recém formadas enfatizavam uma relação estreita e de

fortalecimento dos movimentos sociais aos quais mantinham alguma afinidade, devido ao passado como centro de assessoria. Porém, ao longo da década de 1990, essa preocupação desaparece, conforme podemos notar nas considerações de Teixeira:

É curioso observar que esta elaboração inicial sobre o compromisso com o fortalecimento dos movimentos sociais e dos sujeitos populares, que aparece também no primeiro estatuto redigido [de criação da ABONG], não aparece mais com esta ênfase nas publicações mais recentes; e o caráter de protagonista autônomo das ONGs parece ter ganhado mais importância que o compromisso histórico com os movimentos sociais. No *Jornal da ABONG*, nº9, de janeiro de 1995, os objetivos da Associação são definidos da seguinte forma: "1. Construir foros de debates e grupos de trabalho para o aprofundamento de temas importantes da realidade nacional da cooperação internacional; 2. Servir de veículo de expressão, em níveis nacional e internacional, de opiniões, contribuições, propostas e alternativas das ONGs frente à problemática do desenvolvimento da sociedade brasileira; 3. Animar a coordenação nacional, regional e especializadas entre ONGs; 4. Estimular o diálogo e cooperação com ONGs em nível internacional e a **informação sobre a atuação de agências governamentais e multilaterais de desenvolvimento**; 5. Defender os interesses comuns e de suas associadas, representando interesses perante a opinião pública e o Estado; 6. Facilitar a orientação e defesa legal de suas associadas (Teixeira, 2000:105; grifos nossos).

Notamos claramente, através da citação que Teixeira fez do jornal da ABONG, que a preocupação fundamental dessas ONGs, que havia bem pouco tempo estava totalmente voltada para o fortalecimento e desenvolvimento dos movimentos sociais e populares, volta-se agora para a sua própria imagem junto à população e ao Estado e, principalmente, para a obtenção de informações sobre suas principais fontes de financiamento – governos e agências multilaterais. Essa tendência de distanciamento das ONGs em relação ao universo dos movimentos sociais é facilmente explicável, dada a necessidade de financiamento de seus projetos, critério último de sua existência. As congruências entre as diferentes ONGs estão fundamentalmente no modo de atuação e no financiamento. Quanto à

forma de atuação, ela se dá através de projetos, cujo público-alvo são os segmentos mais vulneráveis das populações periféricas das grandes cidades. Já em relação ao financiamento, essas organizações dependem basicamente da captação de recursos junto aos três níveis de governo – municipal, estadual e federal – e/ou diretamente junto às agências internacionais – Banco Mundial e BID, principalmente. Mais adiante, voltaremos a discutir esses dois pontos de aproximação entre as ONGs e suas consequências políticas e práticas. Antes disso, seria interessante levantar a discussão que se trava entre os defensores – dentro do chamado campo progressista – e os críticos da expansão das ONGs e de sua atuação política.

## ***1.2 - Defesa da atuação das ONGs: pragmatismo político e “sociedade civil propositiva”***

A defesa das ONGs, feita a partir do chamado campo progressista, pode ser detectada através de dois focos – uma defesa militante e uma defesa teórica. A defesa militante traz consigo o pragmatismo político, do tipo “se o Estado não faz, alguém tem de fazer”. O pragmatismo está presente também na captação de recursos, evidenciado na fala de Waldemar Boff, militante de ONG e vereador de Petrópolis:

[...] Tanto faz a origem do dinheiro, se ele viabiliza as questões públicas dos excluídos. Este é o nosso ponto” (Boff, 1996:89).

A defesa pragmática vem acompanhada da ênfase que deve ser dada pelas organizações do campo progressista à dimensão educativa da ação assistencial prestada. Assim, as organizações que se colocam como progressistas entendem ser possível aliar pragmatismo com conscientização, sempre com a intenção de se

diferenciarem das organizações que, segundo sua visão, colaboram com as políticas neoliberais. Podemos dizer que, assim como para os analistas que fazem uma classificação das ONGs de acordo com sua origem, os militantes entendem que este critério diferencia suas organizações daquelas criadas já na esteira das políticas sociais de cunho neoliberal.

A defesa teórica é mais complexa e justifica não somente a ação das ONGs, mas outras transformações pelas quais os movimentos sociais vêm passando nos últimos doze ou treze anos no Brasil. Também essa defesa teórica está impregnada pela defesa militante, já que muitos dos intelectuais que difundem-na estão envolvidos com ONGs ou fundações do terceiro setor. Podemos entender tal defesa através da ênfase dada a noções como sociedade civil, esfera pública, espaço público, redes de movimentos sociais, campo ético-político, etc.. Esta vertente teórica está fundamentada nas teorias de esfera pública e ação comunicativa de Habermas, ainda que muitos textos contenham críticas ao modelo de esfera pública desenvolvido por este autor. Porém, podemos considerá-las matriz porque as críticas feitas a elas aparecem mais como um desenvolvimento teórico do que como uma crítica de fundo.

O embasamento para uma defesa política das ONGs é buscado na expansão dos movimentos sociais na década de 1970. Isto porque teria sido este o período de formação da chamada “sociedade civil” brasileira. O termo sociedade civil, segundo esses estudiosos, passa a ser utilizado no Brasil a partir, então, da década de 1970, com o “surgimento e generalização de um conjunto de organizações e associações civis<sup>1</sup>”. O surgimento desse associativismo pode ser explicado, segundo os autores, pelo fechamento de canais institucionais de reivindicação e participação no período de ditadura militar. Essas entidades e movimentos surgidos na década de 1970 teriam, assim, um objetivo comum – a luta pela democratização –, apesar das diferenças entre eles. Seguindo esta lógica

---

<sup>1</sup> Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática. “Dossiê: Os movimentos sociais e a construção democrática”. *Revista Idéias*, Campinas, Gráfica do IFCH – Unicamp, ano 5/6. 1998/1999.

de explicação, com a democratização e conseqüente aparecimento de canais formais de participação, a “sociedade civil” passa a enfrentar novos desafios. O novo cenário conta principalmente com uma maior possibilidade de negociação com o Estado e de participação nos “novos canais” abertos pela democratização. Dentro desse novo cenário temos, então, o desenvolvimento de “parcerias” entre Estado e organizações da chamada sociedade civil e a tendência à profissionalização e institucionalização dos movimentos sociais e das ONGs que antes prestavam assessoria aos movimentos populares. Além disso, já não há aquele objetivo comum unindo essas entidades e movimentos – a luta contra a ditadura -, que apresentam agora uma grande pluralidade de “projetos”.

São nas mudanças ocorridas nesse segundo momento nos movimentos sociais e nas interpretações feitas por parte dos estudiosos desse campo que encontramos as justificativas da defesa política e ideológica da atuação das ONGs. Se parte dos analistas entende a década de 1990 como período, senão de crise, pelo menos de refluxo dos movimentos sociais - análise ancorada na baixa mobilização e na expansão tanto numérica quanto em relação à ocupação de espaço político pelas ONGs -, a parcela dos analistas que se baseia nas teorias habermasianas vê a década de 1990 como redefinição e desenvolvimento político dos movimentos sociais. A conjuntura democrática, ao abrir outros canais de participação, que não a simples manifestação/mobilização, teria desencadeado uma queda na visibilidade desses movimentos. A década de 1990 formaria, segundo esta concepção, um quadro mais complexo, mas não haveria crise ou refluxo nos movimentos sociais; eles estariam passando por uma reformulação – de uma fase mais reativa para uma fase propositiva/institucional.

Para dar conta desse novo momento, analistas dessa corrente criaram e utilizam os conceitos de teias e redes de movimentos sociais:

[...] Os conceitos de redes (network organizations) ou teias (webs) nos parecem frutíferos para pensarmos estas articulações, na medida em que se reportam a uma multiplicidade de atores, grupos, temas e discursos que interagem, seja se organizando formal ou informalmente, ou instituindo novos espaços e campos discursivos<sup>2</sup>.

No cenário das articulações entre as organizações da sociedade civil e destas com as diversas instâncias do governo, segundo esse tipo de análise, haveria uma disputa em torno do próprio termo sociedade civil. Assim, o termo teria um significado divulgado pelos governos e teóricos que difundem o ideário neoliberal, que se contrapõe ao significado que agentes de entidades e organizações da sociedade civil dão a ele, inclusive ONGs consideradas progressistas. Esse segundo significado teria como mote o “fortalecimento da participação política dos cidadãos no sentido do ‘pertencimento’ coletivo, de tornar visíveis os problemas e injustiças sociais e de co-gestão das políticas públicas”<sup>3</sup>. As próprias ONGs estão sujeitas a essa disputa de significado. Assim, existiriam organizações comprometidas tanto com o primeiro quanto com o segundo significado, evidenciando uma divisão entre ONGs progressistas e aquelas comprometidas com o ideário neoliberal e que operam com um significado de sociedade civil de teor conservador.

Com a mudança de cenário apresentada anteriormente e caracterizada pela abertura democrática, a ênfase dada aos movimentos sociais e às organizações da denominada sociedade civil deve estar, segundo a corrente em questão, no propositivo, no profissional, no institucional e no negociado. Apesar de as ONGs constituírem atores sociais que respondem às expectativas do desenvolvimento da atuação da chamada sociedade civil, os analistas comprometidos com esse ideário não deixam de admitir o risco de reafirmar políticas sociais de cunho neoliberal a que essas organizações estão submetidas. Mas, apesar desse reconhecimento, a solução seria, simplesmente, as organizações se manterem do “lado progressista”.

---

<sup>2</sup> Idem, pg.27.

<sup>3</sup> Ibidem, p.30

Isso porque sua atuação aprofundaria a democracia e contribuiria para a construção de novos espaços públicos no Brasil.

Houve, em junho de 2000, na Unicamp, um encontro/debate intitulado “Os Movimentos Sociais, a Sociedade Civil e o Terceiro Setor na América Latina: Reflexões Teóricas e Novas Perspectivas” cujo conteúdo pode nos dar um panorama dessa divisão, feita pelos ativistas e intelectuais ligados ao setor, entre “boas” e “más” ONGs. Tal encontro contou com vários intelectuais ligados à área e foi apoiado pela Fundação Rockefeller, através do Programa de Bolsas para Humanidades da referida fundação. Os debates, realizados em dois dias de encontro, foram gravados e transcritos, e acabaram por ser publicados em caderno intitulado *Primeira Versão* – uma publicação interna do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp -, sob organização de Evelina Dagnino e Sonia Alvarez<sup>4</sup>.

A análise das opiniões contidas nessa transcrição permite vislumbrar as bases em que a defesa das ONGs e sua atuação se dão. Vários dos intelectuais presentes, senão todos, têm algum tipo de envolvimento pessoal/profissional com alguma ONG ou fundação empresarial do terceiro setor, geralmente voltada à pesquisa. Uma fala de Sílvio Caccia Bava (Instituto Pólis, ex-presidente da ABONG) ilustra bem o pragmatismo e a divisão que intelectuais/militantes fazem entre ONGs progressistas e “as outras”:

[...] Eu quero me declarar reformista, quero dizer que tomo dinheiro do BID, do Banco Mundial, nos pequenos trabalhos que a gente faz, mas que pretendo estar na turma do bem (Bava, 2001:33).

Outra fala interessante, que mostra o pragmatismo desses teóricos militantes, é a de Kathryn Hochstetler (Colorado State University, EUA). Em

---

<sup>4</sup> Tivemos a oportunidade de participar, como ouvinte, dos debates do encontro. O convite foi feito pela prof<sup>a</sup> Evelina Dagnino aos alunos da disciplina “Cultura e Política”, ministrada no curso de mestrado em Ciências Políticas da Unicamp, durante o primeiro semestre de 2000.

resposta às críticas sofridas pelas ONGs em relação ao uso que o Estado faz delas para se desobrigar de responsabilidades nas áreas sociais e ao caráter fragmentário e pontual de suas intervenções, a autora afirma:

[...] Mas quando eu penso se determinada pessoa deve comer ou deve esperar, e eu sei que isso é um jeito ruim de fazer a coisa, mas eu sempre acho que a pessoa deve comer hoje, acho que não tem jeito de nenhuma pessoa esperar mais um dia para comer (Rochstetler, 2001: 30/31).

As transcrições acima citadas mostram o teor pragmático dos envolvidos com o campo das organizações não-governamentais. Em nenhum momento a preocupação dos palestrantes se voltou para a necessidade da retomada das mobilizações sociais como forma de resistência às políticas sociais lesivas ao seu público-alvo. A solução viria, assim, das ações focalizadas empreendidas pelas organizações ligadas basicamente à ABONG, presentes ao encontro. Naquele momento ficou clara a separação entre as ONGs “progressivas” e os movimentos sociais.

### ***1.3 – Bases teóricas da defesa das ONGs: as teorias da ação comunicativa e da esfera pública de Habermas***

Ao tomarem como base de suas argumentações as teorias habermasianas da ação comunicativa e da esfera pública, os defensores do modelo de atuação das ONGs e do terceiro setor apostam na possibilidade da construção de consensos, da redução de conflitos e interesses de classes a um denominador comum. Retomando o referencial teórico habermasiano, num plano geral, ocorre a substituição da luta de classes pela construção de uma teoria da racionalidade ocidental, como elemento central das análises (Löwy, 1999).

Em seu modelo teórico, Habermas reconhece duas formas de racionalidade: uma instrumental, estratégica ou funcional, representada pela economia de

mercado e pelo Estado e mediada pelo dinheiro e pelo poder; e uma racionalidade comunicacional, comunicativa, simbólica ou fenomenológica, baseada no consenso adquirido através de meios lingüísticos e representada pela família, associações voluntárias e esfera pública. A racionalidade instrumental, dessa forma, é considerada uma forma normal de racionalidade e permanece assim desde que não “contamine” os espaços em que impera a racionalidade comunicativa, ou seja, desde que os subsistemas Estado e mercado – com seus representantes poder e dinheiro – não “colonizem” o que Habermas chama de “o mundo da vida”, representado pelas relações e ações da esfera pública e da esfera íntima. Ao seguirmos a lógica das preocupações do autor, podemos dizer que ele entende ser possível que a racionalidade funcional ou instrumental fique confinada aos subsistemas estatal e econômico, ainda que como perspectiva. Isso porque, o mal maior do mundo contemporâneo, para Habermas, é exatamente a colonização do mundo da vida pela racionalidade instrumental. São exemplos que contradizem essa realidade que fazem com que o autor veja como possível a separação das duas formas de racionalidade. Dessa forma, são iniciativas da esfera pública e de associações voluntárias que aparecem como parâmetro para a utopia habermasiana.

A racionalidade comunicativa – base da teoria habermasiana de ação comunicativa – tem a característica de um entendimento comunicativo e é obtida a partir de condições que devem ser cumpridas para que se alcance o consenso através da linguagem.

Um grau mais alto de racionalidade comunicativa amplia, dentro de uma comunidade de comunicação, as possibilidades de coordenar as ações sem recorrer à coerção e de resolver consensualmente os conflitos de ação (Habermas, 2001:33)<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> As passagens citadas de Habermas (2001) foram traduzidas por nós do Espanhol.

São consideradas ações racionais, segundo o critério comunicativo, aquelas baseadas em afirmações defendidas através de “evidências pertinentes” (Habermas, 2001:33), as que estão associadas a uma retidão normativa e as que estão relacionadas a valores.

Podemos dizer, em resumo, que as ações reguladas por normas, as auto-afirmações expressivas e as manifestações ou emissões valorativas completam os atos de fala verificativos para configurar uma prática comunicativa que, sobre o contexto de um mundo da vida, tende à consecução, manutenção e renovação de um consenso que descansa sobre o reconhecimento intersubjetivo de pretensões de validade suscetíveis de crítica. A racionalidade imanente a esta prática se evidencia quando o acordo alcançado comunicativamente for apoiado em *última instância* em razões, e a racionalidade daqueles que participam nesta prática comunicativa se mede por sua capacidade de fundamentar suas manifestações ou emissões *nas circunstâncias apropriadas*. A racionalidade imanente da prática comunicativa cotidiana remete, pois, à prática da argumentação como instância de apelação que permite prosseguir a ação comunicativa com outros meios quando se produz um desacordo que já não pode ser absorvido pelas rotinas cotidianas e que, no entanto, tampouco pode ser decidido pelo emprego direto, ou pelo uso estratégico, do poder (Habermas, 2001:36).

Como pudemos notar acima, a essência da racionalidade comunicativa e, conseqüentemente, da ação comunicativa é o poder de argumentação. Através dele, o consenso conseguido tem sempre o contorno da argumentação mais consistente, ou mais eficaz.

Uma argumentação contém razões que estão conectadas de forma sistemática à *pretensão de validade* da manifestação ou emissão problematizadas. A força de uma argumentação se mede num contexto dado pela pertinência das razões. Esta se evidencia, entre outras coisas, se a argumentação é capaz de convencer os participantes no discurso, isto é, se é capaz de motivá-los à aceitação da pretensão de validade em litígio (Habermas, 2001,37).

A racionalidade comunicativa de Habermas tem a característica de uma racionalidade prática, como bem colocou Löwy:

Portanto, existiria a possibilidade de uma resolução racional dos conflitos de valores, graças a um modelo pragmático, que coloca em primeiro plano a discussão pública e racional dos interesses presentes na sociedade, discussão cujo horizonte permanece a produção consciente de normas ético-jurídicas universais (Löwy, 1999:85).

Algumas críticas podem ser feitas ao modelo habermasiano de racionalidade ocidental, e o foram efetivamente. Para os propósitos desse artigo, ficaremos apenas na crítica ao caráter demasiadamente otimista do modelo de ação/racionalidade comunicativa, ou à possibilidade vista por Habermas de construção de consensos e redução de conflitos e valores a um mesmo denominador. Falta ao autor uma boa dose de pessimismo quanto à eficácia da argumentação racional; pessimismo presente, aliás, tanto em Weber, quanto em Marx e nos frankfurtianos – autores reivindicados por Habermas para a sua construção teórica.

A utopia neo-racionalista desse [Habermas] é sedutora, mas fundada sobre ilusões tipicamente liberais acerca das virtudes miraculosas da “discussão pública e racional dos interesses”, a produção consensual de “normas ético-jurídicas”, etc. como se os conflitos de interesses e de valores entre classes sociais, ou a “guerra dos deuses” na sociedade atual entre posições morais, religiosas ou políticas antagônicas pudessem ser resolvidas por um simples paradigma de comunicação intersubjetiva, de livre discussão racional (Löwy, 1999:85).

Habermas não leva em conta nem a irredutibilidade de valores morais, religiosos, etc. e conflitos de classe, nem o poder alienante da racionalidade instrumental; entende que a solução dos conflitos da sociedade moderna está numa espécie de reconciliação dos valores e conflitos através da sua discussão pública e livre, deslocando o foco da luta de classes – que leva em conta a relação

de forças entre as classes envolvidas no conflito e a irredutibilidade dos interesses – para uma racionalidade prática, baseada na discussão racional, e que subentende uma igualdade de condições e de força entre classes ou grupos sociais desiguais através do simples reconhecimento do outro e de seus argumentos<sup>6</sup>. Não há dominação, mas consenso baseado na “autoridade do argumento”, na participação de todos sem coação e sem constrangimento.

A esfera pública, segundo Habermas, é o lugar onde os temas, problemas e conflitos oriundos do chamado “mundo da vida”, da esfera privada são tematizados, processados, discutidos e disputados para então fazer parte da vida política *strictu sensu*, através dos mecanismos parlamentares.

A esfera pública, operando sobre as bases da intersubjetividade e do entendimento genérico proporcionado pela linguagem trivial da práxis cotidiana – em distinção com os códigos específicos vigentes em diferentes subsistemas -, representa o nível onde se dá esse confronto de opiniões que disputam o recurso escasso da tematização e da consequente (sic) atenção dos tomadores de decisão (Costa, 1994:43).

Cabe à sociedade civil, no esquema habermasiano, amplificar e dar visibilidade aos problemas que emergem do mundo da vida. Desta forma, esfera pública e sociedade civil não se equivalem; nem todos os problemas tematizados pelos organismos da sociedade civil conseguem chegar à esfera pública. Por outro lado, nem toda a “agenda” política é pautada pelos temas/problemas vindos da sociedade civil. Há, na esfera pública, problemas selecionados por outros mecanismos, por exemplo, através dos próprios membros do sistema político, que não dependem necessariamente do respaldo popular (Costa, 1994). O processo seguido pelos problemas/temas é descrito por Costa, da seguinte maneira:

---

<sup>6</sup> A esfera pública como espaço de discussões, em que os sujeitos tanto reconhecem os interesses do outro, como seus argumentos como legítimos se defendidos de acordo com normas e regras aceitas e reconhecidas socialmente estão em Jürgen Habermas, *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

Da periferia dos centros decisórios, os temas passam às associações, aos clubes, e aos órgãos de divulgação mais próximos das esferas privadas, encontrando (Costa, 1994, p.46).

*“foros, iniciativas civis e outras plataformas, antes que eles, quando for o caso, se tornem, em forma agregada, núcleos de cristalização de movimentos sociais e novas subculturas. Esses, por sua vez, podem dramatizar e encenar a sua participação de forma tão efetiva que os meios de comunicação de massa absorvam a questão. É através do tratamento controverso pela mídia que tais temas atingem o grande público, alcançando a ‘agenda política’”* (Habermas, apud Costa, 1994:46).

A esfera pública não tematiza *todos* os problemas apresentados pela sociedade civil, mas aqueles que se tornam de interesse supostamente de toda a sociedade. Poderíamos dizer que passam a fazer parte da esfera pública, segundo a lógica da racionalidade comunicativa de Habermas, os problemas que foram mais eficazmente argumentados nos meios organizados da sociedade. Levada às últimas conseqüências, esta concepção de tematização de problemas pela esfera pública e, por conseguinte, pelo complexo parlamentar, poderia levar à conclusão que qualquer tema, qualquer conflito, inclusive os de classe, pode fazer parte da agenda e ter uma “resolução” política que atenda plenamente aos interesses das classes subordinadas; porém, não podemos esquecer que a base em que se dá a “deliberação racional” são normas e regras aceitas e consolidadas, ou seja, não há a possibilidade de apresentação e processamento de conflitos que tenham como pretensão romper a ordem existente. Habermas, assim, é um teórico da manutenção e funcionamento da democracia liberal; e os analistas que utilizam suas teorias têm, como preocupação, a imposição de algum tipo de limite ao sistema político – ao Estado -, através da ampliação e fortalecimento da esfera pública.

Devemos ressaltar que há críticas ao modelo habermasiano que são absorvidas pelos teóricos da sociedade civil que dão sustentação à defesa da atuação das ONGs e, de alguma forma, do sindicalismo participativo. Hanna

Arendt é colocada como crítica das posições de Habermas acerca da construção de consensos. O consenso, segundo essa autora, nunca é estável. Assim, ele apareceria mais como uma eterna renovação de acordos provisórios. O importante não seria, então, o próprio consenso, mas o processo de reconhecimento das diferenças, ou seja, a ênfase em Arendt está na fase pré-consenso de Habermas, na argumentação e no reconhecimento do outro e de seus argumentos. Um passo à frente na crítica ao modelo habermasiano dá Nancy Fraser, que coloca as dificuldades de comunicação entre agentes/atores desiguais *nos espaços públicos convencionais*. A esfera pública aparece, assim, como espaço privilegiado das classes/raça/sexo dominantes. A partir dessa constatação, a autora não se encaminha para o passo seguinte que seria o da irreduzibilidade de interesses, mas propõe a construção de *contra-públicos* ou *públicos alternativos*. Nesses contrapúblicos, “grupos sociais marginalizados” – termo usado pela autora – poderiam formular seus interesses e afirmar sua identidade longe do olhar dos grupos dominantes. As formulações produzidas nos diversos contrapúblicos serviriam para dinamizar a esfera pública oficial e pressioná-la para a inserção de novos interesses e demandas<sup>7</sup>.

O modelo de Fraser de esfera pública é o usado com maior frequência pelos defensores da atuação das ONGs e não constitui um rompimento com o modelo habermasiano. Talvez o modelo de Fraser se constitua num desdobramento do modelo de Habermas, já que não descarta a possibilidade de construção de consensos baseados na discussão, apenas desloca ligeiramente essa questão para as dificuldades de uma argumentação igualitária entre desiguais, sem fazer uma crítica radical a essa concepção de resolução de problemas. Dessa forma, ainda que alguns intelectuais tenham restrições às concepções de Habermas, são estas que os orientam.

---

<sup>7</sup> As considerações sobre esfera pública e construção de consensos em Arendt e Fraser estão em Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática, “Dossiê: Os movimentos sociais e a construção democrática”, *Revista Idéias*, Campinas, Gráfica do IFCH – Unicamp, ano 5/6, 1998/1999.

Não podemos dizer que apenas Habermas influencia ou oferece as bases de sustentação das análises dos intelectuais ligados aos movimentos sociais brasileiros, dentre os quais se encontram aqueles que aderiram à exaltação das ONGs como forma de democratizar o Estado e/ou as relações sociais no Brasil, mas podemos considerá-lo a matriz teórica fundamental desse campo, principalmente nas últimas duas décadas. Como não é nossa intenção, nesse trabalho, a realização de uma análise detalhada das matrizes teóricas do campo dos movimentos sociais, apenas lembramos que, além de Habermas, Foucault, Guattari, Touraine, Melucci, dentre outros, também influenciaram os estudos sobre movimentos sociais no Brasil<sup>8</sup>.

#### ***1.4 – Crítica da atuação das ONGs: alinhamento com políticas sociais compensatórias e desmobilização dos movimentos populares***

As críticas feitas à atuação das organizações não-governamentais são muito diversificadas, demonstrando o quão polêmico é esse campo. Encontramos desde críticas feitas pelas ONGs que se consideram progressistas àquelas organizações de caráter meramente filantrópico e afinadas ideologicamente com o neoliberalismo, até críticas mais profundas, que tomam a atuação dessas organizações como um todo, analisando sua estrutura de funcionamento.

Boa parte das críticas feitas a essas organizações diz respeito à utilização, em alguma medida, de recursos públicos para a sua manutenção, ainda que seja na forma de isenção fiscal (Rosemberg, 1996):<sup>9</sup> Dessa maneira, essas organizações usam dinheiro público, mas não estão submetidas às prestações de contas que esse uso requer. Ainda no âmbito das relações público/privado, ocorre

---

<sup>8</sup> Um bom estudo das matrizes teóricas e influências sofridas pelos analistas dos movimentos sociais no Brasil e na América Latina é feito por Maria da Glória Gohn. *Teoria dos Movimentos Sociais*. São Paulo, Loyola. 2000. 2ªed.. Neste texto, ela considera que a influência do paradigma europeu foi sempre a principal, passando da marxista, na década de 1970, para a dos Novos Movimentos Sociais, a partir da década de 1980.

uma certa “promiscuidade” entre membros de prefeituras – principalmente ligados às áreas sociais – e ativistas de ONGs. São Secretários de governo, vereadores, etc. responsáveis pela liberação de verbas, que atuam em organizações que se candidatam àquela mesma verba, como no caso de Waldemar Boff que, em 1996, era Secretário de Desenvolvimento Comunitário da Prefeitura de Petrópolis e, ao mesmo tempo, diretor de uma ONG: o SEOP - Serviço de Educação e Organização Popular.

Podemos considerar as ONGs como fonte de emprego para a classe média pois, com a diminuição dos quadros da burocracia – clássica fonte de emprego para técnicos da classe média -, as organizações não-governamentais oferecem um atrativo a mais. Muitos poderiam dizer que tal fato não pode ser tomado como crítica, mas temos de ressaltar que esses técnicos estão prestando serviço de caráter público e recebendo salários/honorários que, de maneira crescente, advém de recursos públicos, mas sua atuação não está submetida ao controle que essa prestação de serviço deveria sofrer, devido à falta de vínculo formal com a burocracia estatal. Por outro lado, as ONGs, apesar de apregoarem que ampliam a democracia, não criam canais para o controle da ação do Estado, muito menos das suas próprias ações. A ênfase de sua atuação, portanto, é a prestação de algum tipo de serviço de caráter público, não o controle, ou o incentivo ao controle e à fiscalização popular de serviços prestados pelo Estado.

O crescente aumento de financiamento público direto das ONGs revela, em boa medida, o interesse de governos em incentivar um tipo de atuação que tira deles o peso da responsabilidade por serviços precários. Segundo dados preliminares, na década de 1970, o financiamento público dessas entidades correspondia a somente 10% do financiamento total; em 1985, esse financiamento já era de 30% e, em 1993, 50% (Gonçalves, 1996:55). O crescimento do financiamento público a essas organizações coincide com a chamada crise do Estado ou, mais especificamente, com a investida neoliberal. É nesse contexto

que as ONGs ganham visibilidade, recursos e ampliam sua participação na prestação de serviços antes considerados de domínio público, através das chamadas parcerias com o Estado (idem).

Todas essas críticas são interessantes e ressaltam ainda que parcerias entre Estado e sociedade civil não são novidade no Brasil e que a filantropia tradicional sempre se valeu dessas parcerias. Muitos críticos não consideram as ONGs algo verdadeiramente novo, mas algo velho com roupagem nova. Assim, as ONGs estão muito mais próximas da filantropia do que gostariam, com a diferença que o voluntariado é substituído pelo profissional de classe média, que faz carreira nesse tipo de ação assistencial. E isso vale para aquelas que se consideram progressistas também, já que sua atuação não difere muito das organizações criadas dentro da lógica assistencialista. Essa ação assistencialista - característica das ONGs - pode ser associada sim à desmobilização e à diminuição da capacidade reivindicativa dos movimentos populares. Se antes as classes dominadas e populações vulneráveis voltavam suas reivindicações para o Estado, através da mobilização, numa clara intenção de ampliar direitos universais, agora suas reivindicações se voltam para as próprias ONGs, e os serviços prestados aparecem como dádivas de pessoas ou entidades "comprometidas" com a "erradicação da miséria", e não como um direito que, na verdade, está-lhe sendo negado pelo Estado e mal executado pelo setor privado "sem fins lucrativos". A precariedade é vista, pelos usuários, não como uma falha no sistema estatal, que deveria sofrer o controle popular de suas políticas, mas como uma situação limite em que "pelo menos alguém está fazendo algo pelos pobres". A desmobilização é inevitável.

As mais importantes críticas da atuação dessas organizações são aquelas que relacionam sua atuação ao atual estágio de penetração da ideologia e das políticas neoliberais no interior das classes dominadas. James Petras talvez seja o crítico mais contundente da ação dessas organizações e, apesar de, em alguns

momentos, exagerar o caráter deliberado do incentivo às ONGs por parte do Banco Mundial e do BID, tem alguma razão em suas análises, pois é bastante difícil explicar o incentivo mais que intenso que essas organizações têm tido por parte de agências claramente engajadas com a difusão de políticas neoliberais e de governos igualmente comprometidos com as reformas voltadas para o mercado, sem recorrer às estratégias das classes dominantes. Não levar isso em conta é não reconhecer que as classes dominantes têm políticas e estratégias para alcançar seus objetivos. Se o objetivo é “diminuir o tamanho do Estado” nas áreas sociais, e sabendo que essa redução da presença do Estado pode gerar mobilização social e grandes manifestações, nada mais corriqueiro que incentivar qualquer iniciativa para acalmar esses “agentes”.

Aliás, o financiamento das organizações não-governamentais é um dos pontos fundamentais que caracterizam sua ação. Podemos dizer, assim como James Petras, que as ONGs “dão ênfase a projetos, não a movimentos (Petras, 2000)”. Esses projetos são desenvolvidos especialmente para captar recursos junto aos organismos internacionais ou governos locais ou nacionais. O próprio financiamento dessas entidades, por mais que algumas se autodenominem progressistas, determina o seu modo de atuação. Não há ONG contestatória do *status quo* exatamente porque sua sobrevivência depende da doação de organismos comprometidos com esse *status quo*. Não é por acaso que, nas poucas oportunidades de manifestação e mobilização contra as políticas neoliberais, não houve a presença de ONGs. Elas não constituíram, em momento algum, parte da resistência às privatizações, por exemplo. Enquanto pequena parte do sindicalismo estava tentando resistir ao desmonte do parque industrial brasileiro e à venda de empresas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do país, as ONGs estavam preocupadas em montar projetos de “desenvolvimento alternativo”, focando suas forças num sistema de auto-ajuda que não leva as camadas mais vulneráveis da população a lugar algum.

“...[as ONGs] se mostraram ativas na criação de projetos privados, promovendo o discurso da iniciativa privada (auto-ajuda) ao dedicar-se ao fomento de micro-empresas nas comunidades pobres. Enquanto os ricos criavam vastos impérios financeiros a partir das privatizações, profissionais de classe média, que trabalhavam nas ONGs, recebiam pequenos fundos para financiar suas oficinas, seus gastos com transporte e suas atividades para promover atividades econômicas em pequena escala” (Petras, apud Rangel, 2001).

Não é possível manter a tese da suposta autonomia e independência das ONGs em relação ao Estado – muito menos aos financiadores internacionais – quando a simples sobrevivência dessas organizações depende do dinheiro do governo e das agências internacionais. Se uma organização qualquer tiver a pretensão de usar esses recursos para mobilizar setores do movimento social contra as políticas neoliberais, fatalmente a fonte de recursos secará, e sempre haverá a justificativa da “falta de eficácia” de tal ou tal projeto desenvolvido pela entidade. Dessa forma, a atuação dessas organizações está inevitavelmente amarrada ao seu financiador, apesar da insistência geral das ONGs autodenominadas progressistas em se diferenciarem das por elas chamadas ONGs assistencialistas. Por mais que algumas – e nem tão poucas assim – organizações se coloquem como flanco de resistência ao neoliberalismo, sua atuação por projetos, em detrimento de uma atuação pela ampliação de direitos universais, que caracteriza a ação em movimentos, e sua sobrevivência econômica atada aos governos comprometidos com a ideologia neoliberal e ao Banco Mundial, BID, etc. colocam-nas como difusoras de um antiestatismo conservador que é característica integrante da ideologia neoliberal, reforçando ou promovendo a proliferação desse ideário entre as classes dominadas. Além disso, não podemos esquecer que a atuação por projetos é responsável, em parte, pelo aprofundamento da fragmentação dos movimentos sociais, já que eles passam a concorrer entre si por recursos.

Mesmo que tomemos os resultados dos projetos desenvolvidos por organizações não-governamentais, seu tipo de ação não se justifica dentro de uma

lógica que podemos chamar, de maneira pouco precisa, de progressista. Os resultados práticos de políticas focalizadas são bastante restritos, já que têm aplicação limitada tanto no tempo quanto no espaço, ou seja, não conseguem distribuir serviços nem ao menos aos que eles chamam de populações mais vulneráveis. Além disso, a natureza dos serviços prestados é, geralmente, precária, já que os projetos são fragmentados e não mobilizam grandes orçamentos; mesmo porque a economia de recursos é um dos pontos fundamentais do investimento governamental na “sociedade civil” através das ONGs. São estes os resultados práticos: uma precarização dos serviços e uma regressão social evidenciadas pelo aumento das desigualdades sociais e da pobreza absoluta, e pela degradação do sistema de proteção social que, se antes não beneficiava a todos, tem hoje perspectiva ainda mais pessimista quanto a uma cobertura total.

Os resultados políticos da atuação das ONGs podem ser medidos de acordo com a contenção social e a legitimação de governos de inclinação neoliberal. Segundo Salama e Valier (1994), as políticas econômicas neoliberais são vistas, em boa medida, como benéficas, já que o processo hiperinflacionário foi neutralizado. Além disso, os teóricos e governos neoliberais passaram a fazer a crítica da intervenção do Estado, principalmente do setor de proteção social. Essa crítica estava e está baseada em dois fatos reais: que o Estado-providência nos países periféricos não conseguia atingir as populações mais pobres e o desvio, ao longo da burocracia, de recursos destinados aos projetos sociais (Salama e Valier, 1996). É nessa medida - tomados esses dois elementos do sistema de proteção social falho que vigorava no Brasil - que as políticas sociais focalizadas praticadas pelo voluntariado e pelas organizações não-governamentais aparecem como benéficas, ou são, pelo menos, justificadas.

Essas características do sistema brasileiro de proteção social impulsionam, em grande medida, o antiestatismo presente nos movimentos sociais e em parte

das ONGs que se colocam no campo progressista. Este antiestatismo alimentou as análises dos teóricos dos movimentos sociais. É para reforçar a ação da chamada sociedade civil que se mobiliza esse antiestatismo que poderíamos chamar de progressista. Ocorre que, quando as ONGs aceitaram desempenhar o papel de executoras de pequenos projetos assistenciais, passaram a colaborar com o outro antiestatismo - o conservador -, que não prevê o controle das políticas públicas pela população, mas a simples transferência de responsabilidades do Estado para entidades laicas ou religiosas, profissionais ou voluntárias, numa clara privatização das políticas sociais.

### **1.5 – ONGs e Políticas Sociais Neoliberais**

Consideramos o incentivo às ONGs - por parte de governos e das agências multilaterais - como parte fundamental das políticas sociais que acompanharam as reformas voltadas para o mercado, que vêm sendo desenvolvidas desde a eleição de Fernando Collor de Mello, mas que ganharam força e contornos nítidos sob os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. As organizações não-governamentais servem muito bem aos propósitos de políticas sociais liberais. Se tomarmos as características mais gerais das políticas sociais defendidas pelo Banco Mundial em seus textos de difusão, notaremos como as ONGs podem exercer, e exercem, papel fundamental. As principais características são a focalização dessas políticas sob os “mais pobres dentre os pobres”, o caráter privatizado e de assistência-beneficência das políticas e a descentralização com apelo à participação popular (Salama e Valier, 1994).

Ao tomarmos as propostas de Hayek em seu famoso livro Os Fundamentos da Liberdade, sobre Previdência Social, habitação, educação, pesquisa, etc.<sup>9</sup>,

---

<sup>9</sup> As propostas de Hayek para assuntos que dizem respeito às políticas sociais estão na Parte III do livro acima citado, intitulada “A Liberdade no Estado Previdenciário”, pp. 377/466.

notamos a proximidade dessas propostas com políticas sociais tomadas por diversos governos, seja no centro do sistema capitalista, seja em sua periferia. A diferença principal, talvez, seja o grau de resistência a essas políticas, dado o não desenvolvimento de um Estado de bem-estar nos países da periferia do sistema capitalista.

De modo geral, as críticas de Hayek, assim como as dos Friedman, voltam-se para o caráter de direito universal que a assistência social tomou no século XX. Segundo suas opiniões, em linhas gerais, a previdência social deve contemplar somente os mais pobres dentre os pobres – cidadãos em situação debilitada e que podem pôr em risco o equilíbrio da sociedade - e não deve ter caráter compulsório. No caso da saúde, um sistema público, com atendimento gratuito para todos é visto como nefasto porque insustentável. Com o avanço da medicina, segundo Hayek (1980), os custos tendem a crescer porque se voltam para atendimentos ilimitados. A sugestão dada pelos neoliberais para resolver tal problema é a assistência focalizada nos mais necessitados e com amplitude de atendimento restrita a um mínimo preventivo ou que contemple tratamentos simples. Em relação à educação, as medidas defendidas por esses ideólogos visam a privatização total das escolas, com a presença do Estado apenas em localidades muito distantes, onde não há interesse da iniciativa privada. Aos governos caberia somente a criação de um sistema de cupons, que garantiria um mínimo de educação para todos. Com os cupons, os pais teriam a “liberdade de escolher” a escola que mais lhes conviesse.

Demos, acima, apenas uma vaga noção das propostas e concepções dos clássicos do neoliberalismo para algumas áreas relacionadas às políticas sociais, sempre lembrando que a ideologia de fundo dessas concepções é contrapor liberdade e igualdade, optando pela primeira. Para esses ideólogos, qualquer tentativa de redistribuição de renda a partir de ações estatais tem como resultado o cerceamento da liberdade, seja ela de propriedade ou de escolha.

As políticas consideradas neoliberais não são, obviamente, uma cópia das proposições dos “clássicos” neoliberais; mas são políticas que mantêm alguma aproximação, alguma semelhança com aquelas defendidas por eles. O que nos faz caracterizar uma política como neoliberal ou de cunho neoliberal é a sua contribuição para chegar aos objetivos da ideologia neoliberal para essa área, quais sejam a saída do Estado das áreas sociais e o incentivo à privatização. Desta forma, as três características citadas mais acima – a focalização, a privatização e a descentralização – descrevem bem as políticas que podem ser consideradas de cunho neoliberal.

As políticas neoliberais operam uma sistemática separação entre pobres e extremamente pobres. Para os pobres, não há política específica, já que, segundo o “receituário” neoliberal, a retomada do crescimento que ocorreria inevitavelmente após as reformas voltadas para o mercado beneficiaria também essa camada. Assim, a redução da pobreza aparece como uma espécie de subproduto das políticas econômicas neoliberais. Porém, há, segundo essa concepção, uma categoria social - os extremamente pobres – que não conseguiria suportar os custos das reformas, durante o período de sua implantação. Para essa categoria devem ser reservadas as políticas de seguridade social. Estas políticas aparecem de maneiras diversas, como programas especiais de alimentação, assistência médica, programas especiais de requalificação ou educação profissional para mulheres, jovens e desempregados, programas de frentes de trabalho emergenciais, programas de desenvolvimento de microprojetos de desenvolvimento, etc. (Salama e Valier, 1994). Essas políticas focalizadas têm caráter temporário e restrito, já que têm razão de ser apenas durante a espera pelos “benefícios” das reformas econômicas. Políticas sociais focalizadas sobre as fatias mais vulneráveis da população tendem a limitar as políticas sociais em geral, tirando seu caráter universal, apresentando-se como um paliativo reservado aos que se convencionou chamar de “excluídos”.

A segunda característica básica – políticas sociais com caráter assistencial-beneficente e privatizada – guarda relações com a expansão das ONGs na periferia do sistema capitalista e com as outras duas características. A focalização das políticas sobre os extremamente pobres leva governos comprometidos com as reformas neoliberais à necessidade de identificação dessa população-alvo. É nesse aspecto que as ONGs são úteis. Sua proximidade e, em alguma medida, relação com os movimentos sociais e com as periferias das grandes cidades deixam-nas em condição privilegiada junto a esses governos, que podem promover seus projetos. A focalização, assim, abre caminho à privatização. Se os governos e agências internacionais se valem das ONGs na identificação da sua população-alvo, nada mais eficaz que promover seus projetos, obtendo a privatização tão propalada como modo de assegurar a eficiência no uso dos recursos.

A terceira característica – a descentralização com apelo à participação popular – confunde-se com o próprio discurso dos defensores das organizações não-governamentais, principalmente no que diz respeito à participação popular. É claro que essa participação, tal como é pensada pelos “ongueiros” só pode se dar no nível local, já que não se trata de controlar e fiscalizar políticas sociais universais, mas de executar projetos de assistência e auto-ajuda, de auto-desenvolvimento, etc.. O local é o espaço da caridade/filantropia por excelência, enquanto que o espaço nacional é aquele voltado para os direitos universais (Salama e Valier, 1994). É nesse aspecto que a ação das ONGs, independentemente de suas intenções ou de sua origem, promove a desmobilização e limita a luta por direitos universais.

Salama e Valier (1994) anexam mais dois elementos a essas três características básicas: Uma política de repressão às reivindicações de trabalhadores urbanos organizados - que nós estendemos, no caso brasileiro, à repressão de movimentos contestatórios rurais, basicamente às mobilizações do

MST – e a complementação dessas políticas com o apoio ao desenvolvimento do setor informal, sempre sob a lógica da liberalização de mercados dos entraves estatais e da denúncia da incapacidade de integração dos “excluídos” pelo Estado, num claro antiestatismo de tipo conservador.

## ***2 - CUT e Economia Solidária: do sindicalismo participativo ao executor?***

Neste capítulo, tentaremos traçar as relações da CUT com o campo da chamada economia solidária. O que a adesão de parte dos sindicatos ligados à CUT e o engajamento relativo da própria central trouxe de novo à ação sindical e ao caráter da CUT? O sindicalismo propositivo desenvolvido ao longo da década de 1990 tem suas características aprofundadas com esse engajamento?

Entendemos que a inserção da CUT na economia solidária, principalmente através do fomento às cooperativas – de produção e de crédito, basicamente -, deixa a central numa posição delicada em relação à (re)construção de uma central combativa e classista.

Para analisarmos as experiências da CUT nesse campo, primeiramente traçaremos uma pequena trajetória da central, desde o seu nascimento, no início da década de 1980, momento em que se caracterizava como uma central classista e de combate ao modelo de desenvolvimento brasileiro – pró-monopolista, pró-imperialista e pró-latifundiário -, passando pelas transformações da década de 1990, em que a central abandona a greve como principal meio de luta e passa a adotar o que ficou conhecido como “sindicalismo propositivo”, até as últimas mudanças nessa trajetória, a partir do final da década de 1990, quando a CUT cria instâncias para fomentar o desenvolvimento de projetos de economia solidária e de qualificação profissional. Ao ser um campo relativamente novo de estudo, reservaremos algum espaço para a discussão das idéias e experiências que se convencionou chamar de economia solidária.

## **2.1 – A CUT na década de 1980: uma central combativa**

A CUT foi criada em 1983, sob os pilares das oposições sindicais (principalmente a oposição metalúrgica de São Paulo), dos sindicalistas autênticos (representada pelos metalúrgicos de São Bernardo, pelos bancários de Porto Alegre e de São Paulo e pelos petroleiros de Paulínia) e pelos setores mais avançados do movimento sindical rural (Tumolo, 2002; Gianotti e Lopes Neto, 1990). A década de 1980 foi, de modo geral, de fortalecimento e de crescimento do sindicalismo no Brasil, a despeito das tendências de refluxo ou de crise, vividas pelo sindicalismo dos países do capitalismo central. E o sindicalismo desenvolvido nesse período foi essencialmente combativo, sendo as greves de massa seu mais expressivo modo de atuação.

Como percebido no parágrafo anterior, a CUT já nasceu pluralista, agregando experiências sindicais diferentes. Estas diferenças continuam a acompanhar a central, mas se, nos seus primeiros anos, havia uma preocupação muito grande em manter o máximo de democracia interna, na tentativa de conseguir uma representação de base mais próxima da realidade, a partir do III Concut (Congresso Nacional da CUT), em 1988, começa a ocorrer um processo de reestruturação que trouxe mudanças significativas em seu estatuto, que visavam restringir a participação das bases e aumentar o poder das direções oficiais (Gianotti e Lopes Neto, 1993). A partir daí, a ala majoritária da CUT – a Articulação Sindical – passa a manter um controle razoavelmente grande sobre os caminhos da central. Este controle se efetiva realmente no IV Concut, em 1991:

O golpe fatal na democracia ocorreu durante o próprio Congresso [IV Concut] quando a tendência majoritária correu o risco de perder o controle burocrático sobre a central. Estava em jogo a adoção ou não, na Central, da norma da proporcionalidade qualificada em todas as instâncias. Esse mecanismo democrático nada tem a ver com a disputa de cargos hoje tão na moda, mas, ao contrário, é a possibilidade de haver uma Central democrática onde todas as visões sejam contempladas conforme o seu peso de representação. Trata-se da

distribuição dos cargos internos de maneira a envolver todos na tarefa de dirigi-la. Sem isso, não há representação democrática, pois uma tendência que tem a metade mais um dos votos leva tudo. Escolhe todos os cargos chave. Ou seja, controlará todas as alavancas de comando e poderá fazer sua política, independente da correlação de forças e visões existentes no interior de uma Central pluralista (Gianotti e Lopes Neto, 1993:44/45).

A caracterização da CUT nesse período não é unanimidade entre os analistas, principalmente quanto às supostas características socialista e de enraizamento na base. Os princípios que nortearam a criação da CUT, segundo Gianotti e Lopes Neto (1990), e incorporados pela maioria dos analistas são:

1. sindicalismo classista e não de conciliação de classe;
2. sindicalismo enraizado na base e não cupulista;
3. sindicalismo livre da interferência do Estado;
4. autonomia dos sindicatos frente aos partidos políticos;
5. democracia interna nas instâncias da central;
6. internacionalismo sem alinhamentos;
7. socialismo como objetivo final da luta sindical (Gianotti e Lopes Neto, 1990:43).

Para Boito Jr., no entanto, tanto a CUT quanto o Partido dos Trabalhadores mantêm apenas uma simpatia genérica pelo socialismo, sem qualquer definição de seu conteúdo ou forma de atingi-lo.

[...] As lutas práticas assumidas pela central naquela década [de 1980] – democracia, salários, reforma agrária, não-pagamento da dívida externa – e as bandeiras que ela propagou – estatização do sistema financeiro, da saúde, do transporte coletivo – configuravam um programa de transformações democrático-popular, e não um programa socialista (Boito, 1999:139).

Em relação ao seu enraizamento na base, Boito Jr. (1999) considera que, apesar do discurso favorável a essa organização de base, as comissões de empresa nunca foram concretizadas. De outro modo, a CUT optou por se organizar dentro da estrutura sindical, contribuindo assim para a manutenção da

estrutura corporativa de Estado, ainda que sua atuação combativa tenha contribuído para a sua reforma<sup>10</sup>.

A estratégia sindical da CUT durante a década de 1980 pode ser caracterizada como “de combate à política de desenvolvimento pró-monopolista, pró-imperialista e pró-latifundiária do Estado brasileiro (Boito Jr., 1999:132)”. Ao longo do período entre 1983, seu ano de fundação, até o terceiro congresso, em 1988, a CUT lutou contra o modelo de desenvolvimento do Estado brasileiro e atuou junto ao Congresso Constituinte, na luta pela institucionalização dos direitos conquistados e pela inclusão de novos. Ainda que as características combativas da central tivessem começado a declinar já em 1989, a CUT teve, nos anos que cobriram os três primeiros congressos (de 1983 a 1991), nas greves gerais de protesto seu modo de atuação privilegiado. Não por acaso, sua imagem foi se firmando ao longo dessa década como central combativa e de confronto; não de conciliação.

[...] Adotava-se, no caso da CUT, uma estratégia de confrontação, caracterizada por uma oposição sistemática às políticas governamentais e pela ênfase na mobilização de massas e na ação grevista (Alves, 2000:287).

---

<sup>10</sup> Uma análise da estrutura sindical corporativa e seus efeitos é encontrada em Boito Jr., Armando, *O Sindicalismo de Estado no Brasil – Uma Análise da Estrutura Sindical*, São Paulo, Hucitec, 1991 e Boito Jr., Armando, “Reforma e Persistência da Estrutura Sindical”, in Boito Jr. (org.), *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*, São Paulo, Paz e Terra, 1991. Neste segundo texto, o referido autor defende a ideia de que a estrutura sindical não sofreu nenhuma crise ao longo de sua existência, ao contrário do que afirma a maioria dos analistas do movimento sindical brasileiro. Segundo sua tese, o “novo sindicalismo” não lutava contra a estrutura, mas sim contra seus efeitos, tal como se apresentavam na conjuntura da ditadura, já que o fundamento da estrutura sindical – a necessidade de reconhecimento oficial-legal do sindicato pelo Estado – só foi combatido pelo “novo sindicalismo” e, mais tarde, pela central no nível do discurso. Durante o período que poderíamos chamar de pré-formação da CUT, que conta com as grandes greves de 1978 até 1983, houve a possibilidade de instalação de uma crise na estrutura sindical, devido ao alto grau de enraizamento na base, de disciplina e de organização dos operários. Porém, a ideologia legalista no interior das correntes do movimento sindical combativo – efeito da própria estrutura sobre o movimento – e a política de abertura sindical do governo Figueiredo não permitiram que essa crise se desenvolvesse. O Novo sindicalismo, que formaria mais tarde a corrente hegemônica da CUT, acomodou-se à estrutura a partir de 1983-1984. Assim, a CUT foi criada já sob uma conjuntura de acomodação, ainda que conflituosa, do sindicalismo mais combativo à estrutura sindical corporativa.

No período de 1983 a 1989, a CUT organizou quatro greves gerais de protesto, geralmente contra a política de salários e os planos econômicos lançados pelos governos ao longo desses anos. A mobilização foi crescendo ao longo das greves, sendo que de dois a três milhões em 1983, os grevistas passam para vinte milhões em 1989 (Sandoval apud Boito, 1999:135). Citamos esses dados superficiais apenas para afirmar o caráter mobilizador do sindicalismo cutista até 1989.

Além das características de mobilização e de confronto que atribuímos à primeira fase do sindicalismo cutista, podemos dizer que a central tinha um caráter classista; não socialista, mas classista. Isto porque, analisando as lutas para as quais a CUT mobilizou forças, e as bandeiras levantadas por ela – não-pagamento da dívida externa, estatização do sistema financeiro, de saúde e de transporte, reforma agrária sob controle dos trabalhadores e contra a privatização das estatais (Boito Jr., 1999:132) – notamos, assim como Boito Jr. (1999), que havia a noção de que a luta sindical estava inserida num conflito maior:

Como se pode observar, a direção da CUT concebia o sindicato como parte de um conflito maior, que opunha diferentes classes sociais. Não se tratava de uma visão marxista da luta sindical. A CUT não pensava o Estado como um aparelho que organiza a dominação de classes e nem via a luta sindical como parte da luta pelo socialismo (Boito Jr., 1999:136).

A CUT, então, durante a década de 1980, não entendia possível que interesses dos trabalhadores fossem atendidos através de uma política de conciliação das classes. Havia uma visão classista do sindicato. O sindicato representava, assim, um lado específico do confronto de classes: o dos trabalhadores. A partir da década de 1990, com o chamado sindicalismo propositivo, a CUT passa a falar em nome da sociedade – a um passo de falar em nome dos cidadãos -, num claro desvio de sua característica classista.

## **2.2 – O sindicalismo propositivo da década de 1990**

Vários fatores condicionantes das mudanças no padrão de atuação da CUT na década de 1990 podem ser apontados. Alguns fatores estão ligados à conjuntura nacional e internacional; outros dizem respeito à configuração interna que a central vinha tomando desde meados da década de 1980; e outros, ainda, remetem às mudanças atravessadas pelo capitalismo nacional, seguindo as tendências do capitalismo central. Galvão (1996) e Tumolo (2002) nos dão o panorama que antecede ou acompanha as mudanças na estratégia sindical da CUT nesse período.

Primeiramente, a Constituição de 1988 trouxe mudanças, operando uma relativa democratização do meio sindical e favorecendo um arrefecimento do caráter de confronto da central. Por outro lado, a possibilidade real de ascensão de um ex-metalúrgico advindo das fileiras do novo sindicalismo à Presidência da República, nas eleições de 1989, impôs à CUT a necessidade mais de participação do que de confronto em relação ao provável próximo governo. Quando essa possibilidade não se concretizou, com a derrota de Luís Ignácio Lula da Silva para Collor de Mello, o sindicalismo cutista começou a atravessar uma situação de desânimo e certa desorientação. A própria conjuntura sindical mudou com a criação da Força Sindical, que jogou a CUT numa concorrência à qual ela não estava habituada e talvez não estivesse preparada. No plano internacional, a derrocada do leste europeu deixou a esquerda numa situação defensiva e sem perspectiva de transformação social no curto prazo (Galvão, 1996:76). Além disso, com a vitória de Collor – o primeiro presidente eleito após a ditadura militar – o projeto de reformas neoliberais ganhou força (Boito Jr., 1999).

No plano interno, houve um distanciamento das direções em relação às bases, desencadeado com o processo de burocratização da central (Galvão, 1996:76; Gianotti e Lopes Neto, 1993:43). Segundo Gianotti e Lopes Neto (1993), o III Concut marca a virada da central, afastando-a de seus princípios democráticos

originais e abrindo espaço para a consolidação da Articulação Sindical como corrente hegemônica.

Alguns autores apontam um outro fator como decisivo para as mudanças por que passou a CUT no início dos anos de 1990: a chamada reestruturação produtiva. Mas as considerações sobre este tema não são tranquilas, nem unânimes. Galvão (1996) leva em consideração a reestruturação - principalmente da indústria automobilística - como fator que colabora para a ascensão de um sindicalismo participativo a partir da importância que esse setor produtivo tem para a central:

No final de 1991 e início de 1992, preocupado com a recessão e com a crise que se abateu sobre a indústria automobilística, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema promoveu um intenso debate interno a fim de encontrar uma saída para o setor. A opção por este segmento é compreensível: ele congrega o maior número de trabalhadores da base [...], é o carro-chefe do setor metalúrgico (pois muitas empresas dependem dele para sobreviver) e tem um peso muito grande para a economia nacional[...] (Galvão, 1996:85).

Como mostra Galvão (1996:85 e seguintes), a indústria automobilística brasileira vinha atravessando um período difícil desde o início da década de 1980, com um pequeno intervalo de sobrevida na mesma década, devido a algumas medidas paliativas, como repressão da demanda através de um volume de produção inferior à capacidade instalada, prioridade para a produção de modelos de luxo, que garantem margem maior de lucro por unidade produzida, compensando em parte a queda nas vendas, dentre outras. Mas estas medidas não conseguiram afastar a crise do setor, especialmente com a ascensão da indústria japonesa e de seu paradigma produtivo, baseado na automação e em formas alternativas de organização e gestão do trabalho. A ascensão deste novo paradigma nas indústrias européias e estadunidenses - o que se convencionou chamar reestruturação produtiva - gerou "uma enorme sobrecapacidade produtiva

em escala mundial, num momento em que a demanda de veículos crescia somente 2 a 3% ao ano (Galvão, 1996:86)".

Segundo a análise de Galvão, a reestruturação produtiva não tinha chegado às fábricas brasileiras quando da ascensão do sindicalismo propositivo, no início da década de 1990. Assim, são as discussões sobre a sua necessidade para a sobrevivência da própria indústria automotiva brasileira que estão na base da defesa da câmara setorial feita pelos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, especialmente através de sua nova liderança da época, Vicente Paulo da Silva – o Vicentinho.

Um caminho diferente segue Alves (2000), que vê relação direta entre a reestruturação produtiva e uma suposta crise do sindicalismo no Brasil. A crise do sindicalismo é colocada por esse autor como "resultado político-ideológico da crise no mundo do trabalho (de caráter estrutural e não apenas conjuntural), caracterizado pelo surgimento de um novo (e precário) mundo do trabalho (Alves, 2000:300)". Se, para Boito Jr., o movimento sindical combativo tem atravessado um período de refluxo, derivado principalmente de questões ligadas à conjuntura, para Alves, esse momento se caracteriza como crise; crise que levará – ou já levou – a uma mudança estrutural nas práticas do movimento sindical. Se tomarmos as análises de Alves, não cabe a questão se o sindicalismo propositivo pode entrar em declínio, com a ascensão de uma nova estratégia sindical. Há, nas análises de Alves, um caráter determinista bastante forte:

O desenvolvimento do novo complexo de reestruturação produtiva, a partir da era neoliberal, imporá provocações ao sindicalismo no Brasil. A nova ofensiva do capital na produção constituiu um novo (e precário) mundo do trabalho que, por um lado, tende a apresentar limites estruturais para a prática sindical de contestação à lógica do capital no campo da produção, e, ao mesmo tempo, a impulsionar o desenvolvimento de um sindicalismo de participação de cariz neocorporativo (Alves, 2000:302).

O argumento de Alves (2000) pode ser resumido da seguinte maneira: Durante a década de 1980, o toyotismo tinha caráter restrito no complexo industrial brasileiro, e aparecia aos analistas como uma revitalização do fordismo. Neste período de toyotismo restrito, o movimento sindical brasileiro mais combativo, representado pelos metalúrgicos do ABC – e pela CUT – desenvolveu um sindicalismo classista e de confronto com o capital. Porém, na década de 1990, o toyotismo passa de restrito a sistêmico, contando para isso com a ajuda das reformas voltadas para o mercado - principalmente da abertura comercial - que são desencadeadas desde o início da década. A ação sindical dos metalúrgicos – que é a categoria estudada pelo autor – passa então a se adequar a essa nova forma de acumulação. Com isso, o sindicalismo classista e de confronto entra em crise. O principal sintoma da crise do sindicalismo combativo, segundo Alves, é exatamente o desenvolvimento do chamado sindicalismo propositivo.

O seu principal sintoma é o desenvolvimento de estratégias sindicais neocorporativas de cariz propositivo, que assinalam uma rendição ideológica (e política) à lógica do capital no campo da produção. É um comportamento sindical compatível com o momento predominante do complexo de reestruturação produtiva – o toyotismo -, que exige um novo perfil da classe operária, pró-ativa e propositiva (Alves, 2000:350).

Alves entende que a forma que tomou essa mudança nos padrões de atuação dos metalúrgicos do ABC – propositivo e neocorporativo – estava latente no novo sindicalismo; porém, ao deslocar totalmente a análise da conjuntura para a reestruturação produtiva, o autor desconsidera que a CUT – juntamente com os sindicatos metalúrgicos – poderia ter optado por uma forma de adequação ao novo momento econômico e político diferente do sindicalismo propositivo. Nesse ponto, concordamos com Boito Jr.:

A eleição de Fernando Collor de Mello mudou a situação. Ele se elegeu com o voto popular, consagrou nas urnas o programa neoliberal que defendera na campanha, e demonstrava força e disposição para implantar o neoliberalismo. Instaurou-se,

então, uma defasagem entre a plataforma e a linha ofensiva da CUT e a nova conjuntura. A corrente Articulação Sindical percebeu prontamente a mudança de situação, o mesmo não tendo acontecido com parte das correntes de esquerda da central. Mas, se a mudança na conjuntura impunha um recuo do sindicalismo, com a adoção de uma linha de ação defensiva, ela não impunha a adoção do "sindicalismo propositivo", que a Articulação Sindical acabou por implantar (Boito Jr., 1999:142).

Enfim, entendemos que a mudança na estratégia sindical da CUT, tal como tem se apresentado desde o final da década de 1980, é o resultado da complexa articulação de diversos fatores, que podem ser agregados em três tipos: os de caráter estrutural – que comporta a chamada reestruturação produtiva –, os conjunturais e os de ordem interna à própria central e ao sindicalismo brasileiro. Assim, os problemas trazidos pela reestruturação produtiva ao movimento sindical combativo não explicam, por si só, o conteúdo das mudanças por que passou e passa a CUT desde o final da década de 1980. Os elementos da conjuntura que levantamos anteriormente - a derrota de Lula e a vitória de Collor, a derrocada do leste europeu e das experiências soviéticas -, juntamente com as características e elementos próprios da CUT – o processo de burocratização, a permanência da estrutura sindical corporativa de Estado, a concorrência com outras centrais, especialmente com a Força Sindical -, já citados, formam um panorama em que os elementos se articulam de maneira complexa.

[...] é possível afirmar que as condições objetivas se constituíram como *elemento determinante* no referido processo ou, em outras palavras, que a *atual estratégia da CUT tem sido a resposta política construída pela Central para a realidade presente. Partindo do pressuposto da vitória do capital no plano mundial, através da consolidação do novo padrão de acumulação, cuja manifestação aparente são as metamorfoses no mundo do trabalho, e tendo em vista o fracasso da construção do socialismo, a estratégia tem sido, em linhas gerais, a de conviver com o capitalismo, buscando oferecer alternativas por dentro dele, baseada na crença de que é possível reformá-lo estruturalmente e, dessa forma, arrancar, através da negociação, benefícios para os trabalhadores.* Isso explica a CUT do *sim* dos anos

90 como superação da *CUT do não* dos anos 80. Entretanto, não quer dizer, em absoluto, que existia ou existe somente tal alternativa, mas esta tem sido a que efetivamente logrou ser vitoriosa e se consolidar (Tumolo, 2002:131-132).

O fato é que o sindicalismo da CUT nos anos 1990 tem se caracterizado pela negociação, pela participação e pela proposição. Ou seja, de um sindicalismo classista, que tinha a noção, ainda que, em alguns momentos, difusa, de que a sociedade se divide em classes sociais, e que estas têm interesses distintos e irreconciliáveis, e apesar de sua relação ambígua com o Estado, que denunciava seu caráter de classe, mas, ao mesmo tempo, endossava um certo populismo, voltando suas reivindicações ao poder arbitral da Justiça do Trabalho, a CUT passou a um sindicalismo que dissipou a noção de classes e interesses de classes, adotando uma posição estratégica que acredita que possam existir interesses comuns que conciliem empresários e Estado com os trabalhadores.

As câmaras setoriais tripartites, desenvolvidas no governo Itamar Franco, são o exemplo mais emblemático dessa estratégia sindical. Essas negociações tripartites foram vistas pela central, no início da década de 1990, como um grande avanço democrático nas relações capital/trabalho e como maneira de barrar o desemprego que atingia e atinge o setor industrial brasileiro. Logo esse entusiasmo se frustrou, com a revelação do caráter desigual dos participantes e irreconciliável dos interesses em jogo. As câmaras setoriais não são foco principal de nossa análise; elas nos interessam na medida em que constituíram expressão mais acabada e significativa do sindicalismo propositivo. Afinal, por mais inexpressivo que tenha sido o número de câmaras que conseguiram firmar acordos – apenas três –, a experiência deixou marcas na central, fazendo com que se tornasse palavra de ordem no ramo metalúrgico pelo menos até 1995, quando do Terceiro Congresso Nacional dos Metalúrgicos, e se mantém como objetivo, ainda que de forma mais sutil, até os dias de hoje.

Em seu caderno de resoluções do terceiro congresso, ocorrido em 1995, os metalúrgicos consideram vitoriosa a experiência e coloca a reativação das câmaras setoriais que tinham sido firmadas em 1992, e a estruturação de novas câmaras para os setores metalúrgicos não contemplados com a primeira experiência como uma das prioridades da ação sindical da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM). As câmaras desaparecem das resoluções do Quarto Congresso, mas sua forma de atuação ainda estava lá; vejamos uma das resoluções da CNM para a questão da reestruturação produtiva:

[...] Fazer gestão junto ao governo federal visando amplas negociações entre trabalhadores, governo e empresários, com o objetivo de implementar uma política industrial, na qual sejam assegurados o direito de requalificação profissional com acompanhamento dos sindicatos e em que hajam exigências visando assegurar o desempenho integral do papel do Estado em relação à Educação (CUT, 1998:72).

Das três câmaras que conseguiram estabelecer acordos, a do setor automotivo foi sem dúvida a mais analisada; e foi palco de intensas discussões e divergências de opinião. Não vamos desenvolver análise detalhada sobre essa experiência, apenas vamos nos posicionar diante da polêmica. Desde já deixamos claro que o mesmo diagnóstico feito para o sindicalismo propositivo vale para as câmaras setoriais. Dessa forma, esse tipo de estratégia de ação sindical, que valoriza o “negociado”, a participação e a elaboração de propostas “viáveis” em detrimento da mobilização e do confronto faz da resistência ao neoliberalismo algo frouxo e hesitante. Especificamente sobre as câmaras setoriais, tomando a do setor automotivo como referência, endossamos a tese de analistas que consideram que essa experiência fragmenta, divide, despolitiza e desmobiliza as classes trabalhadoras. Divide e fragmenta os trabalhadores não só num plano mais geral, entre as categorias, mas também no interior de cada categoria, constituindo claramente um corporativismo de novo tipo (Boito Jr., 1999:167-169).

Intelectuais que defenderam as câmaras setoriais e, em especial, a câmara do setor automotivo, argumentam que essa estratégia do movimento sindical contribuiria para a democratização das relações entre capital e trabalho no Brasil. Na mesma linha da defesa da atuação das ONGs, apontam para um “fortalecimento da sociedade civil” e dos canais de participação e controle das políticas governamentais<sup>11</sup>. Estes defensores não parecem levar em consideração os moldes em que se deu tal acordo, nem as características do capitalismo brasileiro e a força das montadoras (Boito Jr., 1996:96-97). O caso da câmara do setor automotivo ilustra bem a impossibilidade de um consenso, de uma conciliação de interesses. Os analistas que entendem que as câmaras setoriais trazem um avanço democrático não se dão conta da assimetria de poder entre os grupos envolvidos, com franca desvantagem para os sindicatos. Tanto é assim que, quando governo e empresários abandonaram a câmara, não serviu de nada a reclamação e o protesto geral dos sindicatos, clamando pela volta das negociações<sup>12</sup>.

### **2.3 – A CUT e a Economia Solidária: Rumo ao sindicalismo executor?**

O sindicalismo propositivo da CUT não logrou, durante toda a década de 1990, tornar-se único dentro da Central. Há resistências por parte das chamadas correntes de esquerda. Nem foi um processo linear, sem desvios; apenas foi esta a tendência mais efetiva no interior da Central nesse período. Ao mesmo tempo, a partir do final dessa década, poderíamos dizer que esse sindicalismo propositivo

---

<sup>11</sup> Esse tipo de defesa é feito principalmente por Francisco de Oliveira. “Quanto melhor, melhor: o acordo das montadoras”. *Novos Estudos Cebrap.*, São Paulo, nº36, 1993.

<sup>12</sup> Não é nossa intenção analisar em profundidade nem as câmaras setoriais, nem o sindicalismo propositivo, com todas as resoluções da CUT e a sua reação frente às diversas políticas no período, evidenciando as mudanças de estratégias da Central. Andréia Galvão (2002), “A CUT na encruzilhada: impactos do neoliberalismo sobre o movimento sindical combativo”, *Idéius, ano 09(1)*, Unicamp-IFCH traça a trajetória da CUT na década de 1990, operando uma periodização que conta com um período de gestação do sindicalismo propositivo (de 1990 a 1992), um período de fortalecimento (de 1992 a 1995) e um período de desenvolvimento de um sindicalismo cidadão (de 1995 a 1999).

tem tido desdobramentos, sempre capitaneados pela Articulação Sindical. Talvez possamos falar de um sindicalismo “executor”. Ora, se no início da década a corrente majoritária da central começou a pregar a necessidade de propor políticas, por que não executar estas ou outras políticas? Talvez seja este o pensamento de seus dirigentes.

A partir da desativação das câmaras setoriais pelo recém empossado Fernando Henrique Cardoso, a CUT, para manter a estratégia sindical propositiva, passa a participar de outros fóruns e instituições tripartites, como o Codefat (Conselho Deliberativo do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador), disputando seus recursos. A partir da constatação de que a reestruturação produtiva é um processo inexorável, a CUT – principalmente o seu ramo mais expressivo: o dos metalúrgicos –, usando basicamente os recursos do FAT, passa a oferecer cursos de requalificação profissional, contribuindo assim para disseminar a idéia de que a culpa pelo desemprego é do próprio trabalhador, que não tem qualificação suficiente para enfrentar as “novas tecnologias”. As investidas da Central nessa arena trouxe para o sindicalismo combativo mais um elemento de desmobilização e desmonte de uma luta histórica – a luta pelo ensino profissional público, gratuito e de qualidade que se identificava com a luta da CUT contra o chamado Sistema S (Senac, Senai, Sesc, Sesi e Senar). Com o uso de recursos do FAT pela CUT nesse terreno, a luta se perde sem que o ensino profissionalizante saia das mãos da iniciativa privada; isso porque o montante dos recursos arrecadados pelo Sistema S junto à folha de pagamento é muito maior que o repassado do FAT para a CUT. Em 2000, foram arrecadados 6 bilhões pelo Sistema S, enquanto que, para a CUT, o repasse de recursos da União foi de aproximadamente 39 milhões<sup>13</sup>. A central não consegue, assim, fazer frente à formação profissional desenvolvida pelo empresariado e, ao mesmo tempo, contribui para o desenvolvimento de

---

<sup>13</sup> Os dados acerca dos repasses do FAT à CUT foram fornecidos pelo gabinete do Deputado Federal Agnelo Queiroz (PcdoB), em 26 de março de 2002. Já os dados referentes aos recursos arrecadados pelo Sistema S com o desconto em folha de pagamento são de Jorge Luís Martins, “Quatro questões centrais sobre os recursos do FAT”, *Revista Debate Sindical*, São Paulo, 2001, nº39.

políticas de caráter compensatório, que tira a responsabilidade do Estado pela formação profissional e enfraquece a luta pelo ensino público de qualidade.

Um dos aspectos que caracterizam o desdobramento do sindicalismo propositivo em uma espécie de sindicalismo executor, e que está, na maioria das vezes, ligado à área de qualificação profissional é o desenvolvimento pela Central de projetos voltados para a chamada economia solidária. No interior deste campo estão as experiências cooperativistas que a CUT e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC têm desenvolvido.

Antes de qualquer incursão nas experiências desenvolvidas pelo sindicalismo cutista nessa área, uma definição mínima de economia solidária se faz necessário. Assim como o campo das ONGs, o da economia solidária também é bastante heterogêneo; heterogêneo quanto à forma de organização e de distribuição dos ganhos e ao tipo de atividade que desenvolve. Podemos inseri-la nas experiências do associativismo de base, compreendendo aí o cooperativismo. Mas não são somente as cooperativas que estão dentro desse campo. Assim, este vasto campo abriga tanto experiências emergenciais comunitárias, associações, micro empresas familiares - que se formam como maneira de sobrevivência simplesmente -, quanto cooperativas de produção - que se formam com intenção de competir no mercado capitalista, ao tentarem manter empresas que ou estão em processo falimentar, ou faliram efetivamente. O chamado campo da economia solidária congrega, assim, diversos tipos de empreendimentos que se apresentam como estratégia de sobrevivência para grupos sociais que estão à margem do mercado formal de trabalho, que estão desempregados ou em vias de perder o emprego. Nossa preocupação nesse trabalho se concentra nas experiências cooperativas ligadas à produção, já que estas constituem um dos aspectos centrais das teorias de Singer para o fomento de uma revolução social socialista, e tem causado grande mobilização – favorável e contrária – no interior da CUT.

Há, também, definições que podemos considerar mais políticas, mais engajadas, como a de Singer:

*A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo). Sob o capitalismo, os meios de produção são socializados na medida em que o progresso técnico cria sistemas que só podem ser operados por grande número de pessoas, agindo cordialmente, ou seja, cooperando entre si. Isso se dá não somente nas fábricas, mas também nas redes de transporte, comunicação, de suprimento de energia, de água, de vendas no varejo, etc. O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos (Singer, 2000:13).*

A partir desta citação, podemos apreender a importância que Singer – o grande mentor intelectual e colaborador político dos projetos da CUT para a área – dá à economia solidária na construção de um novo modo de produção. A economia solidária, tendo as cooperativas de produção como sua “unidade típica”, constitui-se como um modo de produção dentre outros presentes no capitalismo, capaz de operar uma crítica radical ao modo de produção hegemônico porque parte de princípios democráticos e solidários de gestão. Modo de produção, para Singer, é a maneira de organizar a produção e a distribuição de bens e serviços, oriundos da interação de agentes especializados, inseridos numa divisão social do trabalho (Singer, 2000:11). Aparentemente, o modo de produção – tal como definido pelo autor – solidário pode disputar hegemonia com o modo de produção capitalista, desde que consiga superar os entraves ideológicos – basicamente o individualismo – e econômicos - através da formação de redes que integrem diversas experiências do campo.

### 2.3.1 – As experiências cooperativistas da CUT: a ADS e a UNISOL

Dentro das iniciativas da CUT no campo da economia solidária estão a criação da ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário), da Unisol Cooperativas (União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo), ligada ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e o desenvolvimento de ações dentro do Projeto Integrar, da CNM (Confederação Nacional dos Metalúrgicos), que tem sua atuação voltada para a área de requalificação profissional. Essas experiências marcam a atuação da Central a partir do final da década de 1990<sup>14</sup>.

A partir da análise dos documentos de criação das instâncias voltadas à constituição de cooperativas da CUT e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, notamos que o desenvolvimento dessa política está ligado à preocupação da Central com a questão da reestruturação produtiva e com o desemprego que esta acarreta. Tal política está também dentro da perspectiva de integração de desempregados e trabalhadores precarizados ou informais aos seus quadros. Não podemos deixar de ressaltar que, assim como o desenvolvimento do sindicalismo propositivo ao longo da década de 1990 não se deu de forma tranqüila dentro da central, também a participação em projetos cooperativos enfrenta grande resistência, principalmente das correntes situadas “à esquerda do espectro político”. Mais uma vez, é a Articulação Sindical quem capitaneia as propostas de elaboração e participação em projetos da economia solidária.

---

<sup>14</sup> Antes de entrarmos diretamente nas relações entre CUT e cooperativismo, temos que ressaltar que a Central defende cooperativas de produção e de crédito, não as de trabalho, que são chamadas pelos sindicalistas de “cooperगतos”. Essas cooperativas de trabalho estão a serviço da terceirização e da precarização do emprego. Na verdade, empresas incentivam funcionários a pedirem demissão e montarem uma cooperativa para então utilizarem seus serviços. Com isso, diminuem seus quadros, mantendo as funções necessárias à produção. Neste processo, os trabalhadores, agora cooperados, têm sua situação trabalhista piorada, sem as garantias legais que a carteira assinada lhes dava. Esse tipo de empreendimento é não só criticado como combatido pela Central. Mesmo em relação aos empreendimentos que compõem o que eles chamam de novo cooperativismo, a CUT não deixa de voltar suas preocupações quanto aos direitos trabalhistas dos cooperados. Isso se reflete nas propostas de mudanças na legislação que regulamenta as cooperativas.

A investida de maior envergadura da CUT na economia solidária talvez tenha sido a criação da ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário). Sua criação se deu a partir de um grupo de trabalho (GT) sobre economia solidária, aprovado pela executiva nacional da central no final de 1998. Deste GT nasceu o projeto de constituição da Agência, que teve como parceiros uma ONG holandesa – a Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO) –, a Fundação Unitrabalho e o Dieese. A Agência foi lançada em setembro de 1999, em seminário internacional, após discussões em seminários regionais.

O texto produzido a partir dos seminários nacionais realizados pela central quando do lançamento da ADS fornece um panorama dos marcos sob os quais foram criadas as instâncias cutistas para a economia solidária. O projeto da CUT voltado para o desenvolvimento da economia solidária é justificado por dois fatores: a “crise do trabalho” e a crise do sindicalismo<sup>15</sup>. A crise do trabalho estaria assentada na reestruturação produtiva, na flexibilização e na informalização das relações de trabalho. Já a crise do sindicalismo traz consigo as marcas do modelo corporativo. Sobre a crise sindical, diz o texto:

No que diz respeito ao sindicalismo, uma das faces da crise está expressa nas heranças do modelo corporativo. [...] as origens da CUT estão justamente na crítica e no enfrentamento às amarras do sindicalismo corporativo desenhado no período getulista. Mas todo o vigor das lutas iniciadas em fins dos anos 80 até hoje, em boa parte responsável pela redemocratização brasileira, não foram suficientes para romper com alguns limitantes: a fraca organização no local de trabalho, a pulverização da organização, a baixa capacidade de resistência, entre outros (Magalhães e Todeschini, 2000:139).

---

<sup>15</sup> Esse texto constitui documento elaborado a partir dos seminários regionais que a CUT promoveu quando do lançamento das bases da ADS, em 1999. Os seminários aconteceram entre julho e agosto desse ano em Goiânia, Belém, Florianópolis, São Paulo e Recife. Esse documento está também disponível no site da Central ([www.cut.org.br](http://www.cut.org.br) e [www.ads.org.br](http://www.ads.org.br)). Com isso, pode-se dizer que o texto parte de algum consenso entre os participantes desses seminários, já que foi usado, logo depois, como referência para o debate nacional sobre a Agência de Desenvolvimento Solidário.

A partir da constatação dessas duas dimensões da crise, a CUT entende que é necessária uma nova estratégia de enfrentamento e de organização sindical. Com as transformações por que passam as classes trabalhadoras, novos desafios são colocados ao sindicalismo cutista; e um deles é exatamente como integrar os desempregados. Assim, as cooperativas aparecem como alternativa ao desemprego e à precarização/informalização e como resposta ao desafio de conter a diminuição de sua base de sustentação, com a inserção dos que estão à margem do mercado de trabalho, ou evitando perdas iminentes, inevitáveis com a falência de empresas cujos trabalhadores fazem parte de suas fileiras.

A estratégia da ADS é de constituir “complexos cooperativos”, entendidos como concentrações locais de empreendimentos autogestionários com alguma afinidade setorial. Para levar a cabo esta estratégia, a ADS propõe algumas políticas. Estas são, basicamente<sup>16</sup>:

1 – Política de inovação tecnológica, que deve seguir critérios diferentes dos tradicionais projetos com este objetivo. Os critérios a serem seguidos são os princípios que norteiam a Agência em relação ao desenvolvimento local: melhoria dos indicadores sociais da comunidade, aumento do nível de ocupação, crescimento econômico com distribuição de renda e o uso adequado dos recursos naturais.

2 – Política de comercialização, visando criar sistemas locais de comercialização e informação sobre mercados (preços, fornecedores, clientes, etc.). Diz o texto referido:

O objetivo é criar caminhos alternativos para reduzir as assimetrias de mercado e os custos da transação e, com isso, ampliar o acesso de empreendimentos solidários aos mercados, através da criação de novas instituições, da adoção de

---

<sup>16</sup> As políticas para a ADS foram analisadas a partir de texto divulgado pela Agência em seu site – [www.ads.org.br](http://www.ads.org.br) – em abril de 2003.

políticas de marketing (sic) e da criação de espaços públicos e cooperativos para a comercialização de produtos e serviços da economia solidária (ADS, s/d).

3 – Política de financiamento. Esta política tem como objetivo a criação de cooperativas de crédito:

A articulação das políticas de crédito com sistemas de captação da poupança local constituem a estratégia central para a criação de instituições financeiras que reorganizem os mercados financeiros locais, buscando direcioná-los para os projetos de desenvolvimento local e para o financiamento da economia solidária (idem).

4 – Políticas voltadas para o desenvolvimento da autogestão. Estas políticas contam com ações de assessoria e assistência técnica a serem desenvolvidas pelas instâncias responsáveis pelos projetos de qualificação e requalificação da CUT.

A tabela a seguir indica os empreendimentos que mantêm alguma relação com a ADS e foi retirada do citado site da Agência.

<b>Atividades</b>	<b>Complexos cooperativos</b>	<b>Empreendimentos</b>	<b>Trabalhadores</b>
Agricultura	13	20	8.159
Alimentação	1	3	143
Artesanato	2	21	128
Comércio varejista	1	1	800
Confecções	1	2	30
Indústria de móveis	1	45	1.500
Indústria de plástico	1	2	178
Indústria metalúrgica	1	2	222
Indústria têxtil	1	5	426
Maricultura	2	13	1.818
Pesca	1	39	2.000
Reciclagem	2	44	870
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>197</b>	<b>16.274</b>

Notemos que a maior parte dos empreendimentos da ADS se encontra na área rural e/ou extrativa. Estas áreas somam 16 dos 27 complexos (13 na agricultura, 2 de maricultura e 1 de pesca), com quase 12 mil dos pouco mais de 16 mil trabalhadores empregados. Com isso, queremos dizer que a maioria das iniciativas da Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT está em áreas de pouco ou nenhum processo de produção. Os empreendimentos são, provavelmente, resultado da união de pequenos produtores - ou assentados – em busca de sobrevivência competitiva. O que também chama a atenção é que, em pouco mais de três anos de existência, a ADS não conseguiu realmente difundir experiências cooperativas, já que 16 mil podem ser considerados número bastante restrito se atentarmos para os índices de desemprego no Brasil, beirando os 20% da população economicamente ativa, segundo o Dieese. Nem por isso devemos entender tais dificuldades de difusão como um desprezo da Central em relação a essa estratégia. O cooperativismo e a ADS têm figurado entre os assuntos mais persistentes nos documentos da CUT. Neste momento, quando a Central realiza o seu 8º Concut, em São Paulo, a ADS tem atenção especial no texto base a ser aprovado pelo congresso. Neste texto, o cooperativismo é apontado como alternativa ao neoliberalismo, formando assim um “projeto” contra-hegemônico (CUT, 2003:04).

Além da maior facilidade de constituição e restituição de empreendimentos cooperativos no meio rural, outro fator pode explicar a maior articulação da ADS neste setor: a tentativa de fazer frente ao MST como movimento social mais expressivo atualmente. Assim, é a parceria com a CONTAG que traz como fruto o incremento de políticas voltadas para a agricultura familiar e, com elas, o incentivo às cooperativas rurais ligadas à Agência.

As proposições da CUT para o desenvolvimento do cooperativismo da ADS estão no texto base da Direção Executiva Nacional da CUT para o 8º congresso sobre estratégia sindical. No item intitulado “Desenvolvimento, Trabalho e Renda”,

o texto traça a proposta de desenvolvimento que a executiva defende para o país. Segundo suas palavras, este desenvolvimento deve ser sustentável econômica, ecológica e socialmente. Caberia à política econômica nacional implantar mecanismos para o “incremento da produção e alavancar o consumo de massa” (CUT, 2003:4).

Quando o documento trata das propostas de políticas voltadas para o desenvolvimento e para a reativação das câmaras setoriais a questão é colocada como geração/manutenção de **emprego** e renda, quando o assunto são as iniciativas cooperativistas a política passa a ser de geração de **trabalho** e renda, mostrando as duas frentes diferentes em que a Central pretende atuar: nos mercados de trabalho formal e informal. Os parágrafos 39, 40 e 42 do referido documento trazem as propostas que a CUT deve fazer ao governo e a política que deve seguir para consolidar sua trajetória no campo da economia solidária:

39: Devemos, portanto, propor, incentivar e reivindicar políticas públicas de crédito, capacitação, assistência técnica, desenvolvimento tecnológico, promoção de mercados e de políticas de desenvolvimento local; essenciais para a criação de condições mais adequadas para uma inserção equitativa dos empreendimentos solidários no mercado;

40: Incentivar as formas autônomas de organização dos trabalhadores, reivindicando a definição conjunta com o Ministério do Trabalho e o Ministério Público de critérios claros para a fiscalização das cooperativas;

42: Propor e reivindicar alterações na Lei de falências e na legislação e regulamentação do sistema financeiro, visando o fortalecimento e a livre organização dos trabalhadores em empreendimentos coletivos.

Vimos, através destes parágrafos, que a preocupação da CUT centra-se na questão legal da formação de cooperativas – um entrave para a proliferação dos empreendimentos autogestionários a partir de empresas em processo falimentar-, na questão do crédito e na delimitação de sua inserção nesta área, através da

diferenciação em relação às cooperativas de trabalhadores – as chamadas “cooperagatos”.

A ADS mantém um projeto de comercialização com o Sebrae, voltado para os complexos cooperativos. Os objetivos específicos deste projeto são o diagnóstico das condições de comercialização dos empreendimentos, a implantação de programas de capacitação e a formulação de estratégias de negócios e políticas comerciais para as cooperativas.

Tentaremos dar uma idéia da atuação da ADS junto às cooperativas a partir de um complexo cooperativo. A Agência informa que o complexo cooperativo têxtil conta com 50 famílias produtoras de algodão em Castilho e Andradina (ambas no interior de São Paulo), uma cooperativa de fiação, com 250 funcionários, em Nova Odessa (SP), chamada Cones – Cooperativa Nova Esperança - e uma cooperativa de tecelagem em Santo André – a Textilcooper -, com 90 funcionários. Pois bem, para que o complexo cooperativo funcione efetivamente, a ADS tem de manter encontros entre representantes dos cooperados para elaborar projetos de ação comum; deve prestar assessoria quanto à verificação da oferta e demanda entre os empreendimentos; fazer levantamentos dos recursos que cada empreendimento tem à disposição – recursos entendidos como relações institucionais, capacitação para o empreendimento, tecnologia empregada, além de recursos financeiros. Também precisa manter um trabalho de consultoria e acompanhamento na área têxtil<sup>17</sup>.

A Unisol Cooperativas (União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo) nasceu – como a ADS - em 1999, fruto do engajamento de dois

---

<sup>17</sup> As informações sobre os complexos cooperativos da ADS estão em seu site - [www.ads.org.br](http://www.ads.org.br) - e não há informação das parcerias mantidas para a oferta da assessoria e dos programas de capacitação, voltados para cada um dos setores produtivos em que as cooperativas estão inseridas. Assim, a ADS mantém capacitação na área de aproveitamento de materiais reciclados para o complexo cooperativo de reciclagem e assim por diante. A primeira consulta ao referido site com o propósito de obter informações sobre os complexos cooperativos desenvolvidos pela ADS foi em março de 2003, e a última em junho do mesmo ano.

sindicatos do ABC paulista – o Sindicato dos Metalúrgicos e o Sindicato dos Químicos. A criação de uma entidade que tem como objetivos dar apoio técnico e jurídico, assessorar e promover a integração entre as cooperativas associadas, além, é claro, de tentar estender estas experiências para além do ABC foi o coroamento de um processo no qual o sindicato vinha atuando desde meados da década de 1990 junto a empresas da região que estavam em dificuldades financeiras e administrativas e que, por conta disso, mantinham os trabalhadores em constante ameaça de desemprego. A Conforja foi desmembrada em quatro cooperativas – a Coopertatt, a Cooperlafe, a Coopercon e a Cooperfor e se transformaria, anos depois, em carro-chefe da Unisol.

A Unisol começou a ser gestada no 2º Congresso do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em 1996, quando foi decidido que trabalhadores cooperados poderiam ser sócios do sindicato, rompendo a diferenciação entre assalariado formal e cooperado. A partir deste ano, o Sindicato passou a manter relações estreitas com ligas cooperativistas italianas. Esta troca de experiências se mantém até os dias de hoje. No plano metalúrgico mais geral – tomando, para tal, os congressos da CNM – Confederação Nacional dos Metalúrgicos –, a questão das cooperativas e da autogestão passa a ser tratada a partir do 3º Congresso, em 1995, ainda que de maneira bastante tímida:

Considerando:

que nos últimos anos várias empresas têm sido desativadas, em decorrência da reestruturação industrial ou simplesmente por falência, em função da política econômica adotada pelos últimos governos;

que tem sido colocada como alternativa para os trabalhadores destas empresas a possibilidade de assumi-las no sistema de *autogestão*, [...]

O 3º Congresso da CNM/CUT decide:

Que a Direção Executiva, eleita neste Congresso, promova em 1996, um seminário sobre o Sistema de Autogestão, a partir das experiências concretas vividas pelos trabalhadores (CNM/CUT, 1996:33).

O 4º Congresso dos Metalúrgicos da CUT trouxe, em seu Caderno de Resoluções, um diagnóstico da situação do cooperativismo no Brasil, explicitando a sua tendência à expansão, e exaltou a cooperação internacional. Este foi o Congresso em que a questão ficou mais explicitada nos documentos da Confederação. No diagnóstico traçado pelo congresso, notamos já a influência dos textos de Paul Singer sobre autogestão e socialismo, senão vejamos:

Considerando:

[...] Que a expansão precisa ser estimulada e valorizada em termos estratégicos pela CUT, inclusive pelo fato de as cooperativas de trabalhadores representem uma forma concreta de organizar a produção e a distribuição de bens em oposição aos fundamentos da economia capitalista, apoiada na exploração da mais-valia do lucro burguês;

Que nasce na classe trabalhadora, após a queda do Muro de Berlim, o consenso de que a economia socialista pela qual lutamos não deve ser concebida exclusivamente como produção estatal e centralmente planejada, havendo modalidades de organização produtiva, entre as quais as cooperativas ocupam lugar destacado; [...] (CNM/CUT, 1999:76).

A partir deste diagnóstico que, além de contar com o otimismo em relação ao cooperativismo como estratégia de transformação social, conta também com um otimismo em relação à sua possibilidade de expansão no Brasil, o Congresso traça suas resoluções, que levam basicamente ao incentivo à abertura de amplo debate sobre estratégias de desenvolvimento do cooperativismo, através de seminários, debates e cursos, à intensificação e à ampliação das cooperações internacionais, principalmente com “centrais sindicais combativas de outros países”, à integração dos metalúrgicos às lutas da CUT a respeito da legislação que versa sobre as cooperativas, à criação de mecanismos de proteção social dos cooperados e à elaboração de propostas para a área. Além destes compromissos, o 4º Congresso da CNM/CUT enfatiza a necessidade de formação profissional e sindical específica para o novo campo que tem se mostrado aos trabalhadores:

7º) Intensificar a formação dos trabalhadores cooperados, objetivando mudar as suas práticas culturais numa perspectiva de **conquista da cidadania** e de envolvimento dos sindicatos no trabalho de requalificação da mão-de-obra (idem: 77).

Se, no diagnóstico, o cooperativismo é colocado como um novo modo de produção, que estaria em oposição ao capitalismo, no momento das decisões, os metalúrgicos da CUT entendem a constituição das cooperativas e do trabalhador em cooperado como **conquista da cidadania**, operando uma espécie de oscilação entre a reivindicação de um caráter socialista aos sindicatos metalúrgicos e a reivindicação sem conotação de classe, voltada para o conceito burguês e genérico de cidadania. Reforçamos, ainda, que os metalúrgicos da CUT colocam a estratégia de incentivo às cooperativas - assim como a de retomada das câmaras setoriais - vinculada à questão da requalificação profissional e, portanto, da reestruturação produtiva.

Os documentos do 5º Congresso da CNM/CUT, em 2001, colocam a questão das cooperativas e da economia solidária como “políticas permanentes”, juntamente com outros assuntos agrupados no tema “Política e Cidadania”. O interessante é que a questão da economia solidária aparece no diagnóstico - que cita principalmente a atuação dos metalúrgicos da CUT nesse campo - porém não figura nas decisões que são consequência do diagnóstico feito. Enfim, não há uma só diretriz traçada pela Confederação para o triênio 2001-2003 especificamente em relação à economia solidária e às cooperativas, a não ser a que se segue:

8) Não permitir que a discussão de Economia Solidária presente na Central, através da ADS, se descole dos objetivos estratégicos de classe, mas sim venham a reforçar ainda mais tais objetivos.

Uma última informação sobre a Unisol Cooperativas: Ela contava, até o final de 2002, com uma incubadora de cooperativas apoiada pela prefeitura de Santo

André e ligada à Fundação Santo André – uma faculdade municipal, e 17 cooperativas.

Um pequeno balanço das experiências cutistas voltadas para a economia solidária, principalmente para a formação de cooperativas, seja talvez interessante para mostrarmos alguns elementos que podem ter passados despercebidos. Há uma interação entre a experiência dos metalúrgicos do ABC com a ADS, percebida pela inserção de duas cooperativas do complexo têxtil – a fiação de Nova Odessa e a tecelagem de Santo André – na lista de cooperativas apoiadas pela Unisol. Esta interação não se dá somente entre o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e a Agência de Desenvolvimento Solidário, mas também com o poder público, nas figuras da Prefeitura de Santo André e da Universidade de São Paulo, que mantém cursos sobre economia solidária com reserva de vagas para sindicalistas e trabalhadores cooperados, e com a iniciativa privada, como o Sebrae, que também mantém parcerias com a ADS na confecção de diagnóstico de mercado e em projetos de comercialização dos produtos dos complexos cooperativos em que a Agência atua.

Um dado interessante é que as iniciativas da CUT – tanto a ADS quanto a Unisol – inserem-se nas instâncias cutistas voltadas para a qualificação e a requalificação profissional. Foi a partir da constatação da crise de emprego desencadeada pela reestruturação produtiva e pelas políticas econômicas dos últimos governos que a CUT passou a encarar as cooperativas como uma alternativa ao desemprego e como projeto de desenvolvimento alternativo. É certo que a Central não entende a proliferação de cooperativas como solução única para o desemprego, já que sua estratégia sindical se volta de forma bastante forte para a manutenção do nível do emprego. A CUT mantém, assim, um duplo objetivo: ser entidade representativa tanto de trabalhadores formalmente empregados quanto de trabalhadores desempregados ou que têm sua condição formal ameaçada. Com

isso, a estratégia de incentivo às cooperativas pode ser colocada na perspectiva de manutenção ou ampliação de sua base de filiados e representados.

O apoio ao cooperativismo não é aceito tranquilamente pela Central como um todo. As críticas a esta estratégia têm dois eixos diferentes: um eixo que considera que a dispersão da Central em várias frentes enfraquece a luta e fragmenta os trabalhadores. Isto porque, se houver realmente uma proliferação de cooperativas a partir de empresas com problemas financeiros e/ou administrativos, não haverá uma defesa coesa e firme do emprego formal por parte Central. O outro eixo diz respeito aos limites próprios deste tipo de empreendimento inserido na sociedade capitalista. Não daremos muitos subsídios para esta crítica porque o próximo tópico versa exatamente sobre tais limites. As críticas dos sindicalistas contrários à adesão formal da CUT e de seus sindicatos à economia solidária relacionam-se com aquelas feitas ao próprio modelo de ação política desencadeado pelo sindicalismo propositivo. Assim, a questão que é colocada é se, ao executar políticas para amenizar o desemprego, a Central não colabora com a diminuição do Estado nas áreas sociais? Como vemos, internamente, a CUT tem refletido sobre as conseqüências da sua atuação política e sindical propositiva e executora para o desenvolvimento de políticas de cunho neoliberal no Brasil. Estas reflexões aparecem nas contradições entre a firmeza com que a questão aparece nos documentos oficiais e a dificuldade de implantação das Resoluções nas bases da Central. Isto porque, apesar de ser indicado como política para todos os sindicatos da CUT, o incentivo à implantação de cooperativas não ocorre naqueles dirigidos pelas oposições à Articulação Sindical, fazendo com que a firmeza de propósitos fique muito mais no discurso do que na prática da Central.

As políticas desenvolvidas pela CUT para geração de trabalho e renda nos moldes da economia solidária, que contam com o fomento de cooperativas através da ADS e da Unisol, são colocadas como parte de uma política maior de luta pelo emprego, assim como o envolvimento da central nas câmaras setoriais, no início

da década de 1990. Se, no caso das câmaras, a participação se apresentava como propostas que a CUT entendia palatáveis aos empresários e ao governo, com as cooperativas, a central entra de vez na execução de projetos, ainda que, em boa parte das vezes, sua tarefa seja de assessoria, nos moldes da atuação das ONGs na década de 1980. E há, como no caso das ONGs, uma mistificação da tarefa e do alcance de seus feitos. Assim como ONGs - especialmente aquelas autodenominadas progressistas - entendem que estão colaborando para a “transformação” da sociedade, que estão colaborando para a melhoria no padrão de vida das “populações excluídas”, a CUT, através de suas agências e entidades de fomento ao cooperativismo, colocam essa como uma nova fase do sindicalismo e da “luta pelo socialismo”. É nesse ponto que talvez seja interessante fazermos um pequeno estudo das influências que a CUT sofre no desenvolvimento de sua inserção no campo da economia solidária.

A influência mais direta e mais visível – inclusive porque fornece textos para discussão e divulgação do cooperativismo, além de fazer parte do projeto da USP de incubadoras de cooperativas, que tem realizado trabalhos com a Unisol – é a de Paul Singer. Mais adiante faremos algumas considerações acerca das teorias de Singer sobre socialismo, economia socialista e cooperativismo. Mas não somente Singer influencia as concepções que aparecem nos textos elaborados pela CUT e pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, aos quais temos acesso. Todo o discurso dessas entidades sindicais está impregnado com o das teorias da esfera pública e espaços públicos e da ação comunicativa, ou seja, com o discurso das ONGs. Esses documentos oscilam entre uma concepção de socialismo aos moldes de Singer e as concepções “movimentistas” ligadas às teorias habermasianas. Na detecção da influência das teorias da esfera pública e espaço público encontramos menções à formação de espaços públicos para a discussão de experiências de geração de emprego e renda nos moldes da economia solidária. O discurso contido nos documentos de lançamento do projeto da CNM para a formação dos

cooperados, ligado à sua instância de requalificação profissional – o Projeto Integrar - é sempre ambíguo:

Enfim, nesse processo estará sendo realizado um esforço de construção da esfera pública, na medida em que atores distintos sejam fortalecidos. Este processo de construção dessa alternativa anti-capitalista, na disputa do fundo público, deverá ocorrer através de método democrático e conteúdo socialista (CNM/CUT, 1999:23).

Esses atores distintos não estão muito claros; quais poderiam ser? Quais “atores” devem sair fortalecidos? E como atender a uma expectativa socialista nos termos da esfera pública, que considera possível reduzir os interesses de classe a um denominador comum?

O tipo de socialismo ou de luta pelo socialismo que está presente nas concepções de economia solidária da CUT promove a mistificação do Estado, disseminando a ilusão de que as classes dominadas fazem parte do bloco no poder; senão vejamos:

Com essa preocupação [o desenvolvimento de uma economia não capitalista] não vemos o Estado como algo externo à sociedade e à economia, por isso podemos e devemos nele interferir, disputando recursos do fundo público, propondo e interferindo nas políticas públicas naquilo que elas viabilizem as iniciativas de geração de emprego, trabalho e renda no campo da Economia Solidária (idem:23).

Notemos que a intenção da CUT e da CNM é propor e interferir em políticas públicas, dando a elas a direção que eles querem – a direção da economia solidária. Há, em nosso entendimento, uma clara mistificação do Estado, já que a central não leva em conta sua natureza de classe. Há uma mistificação da participação das classes dominadas no bloco do poder, ao vislumbrar a possibilidade de mudar os rumos do sistema capitalista e da composição das classes do bloco no poder, do interior do próprio sistema. É claro que as classes dominadas podem interferir e, de fato, interferem nas políticas públicas,

essencialmente através de suas lutas e movimentos, mas essa interferência não muda o caráter de classe do Estado, apenas possibilita alguma democratização, o que, dada a conjuntura, não seria pouco.

Ainda sobre o socialismo defendido nos documentos relativos ao cooperativismo e à economia solidária, podemos relacioná-lo à análise das características da CUT em seu nascimento. Enquanto a maioria dos analistas considerava que a Central tinha caráter socialista – análise baseada nos próprios documentos de lançamento e dos primeiros congressos -, entendemos, assim como Boito Jr., que a CUT nunca deu um conteúdo à expressão “socialismo” que mantinha em seus princípios até o início da década de 1990, pelo menos. Aquela falta de conteúdo, salientada na idéia de que o socialismo no Brasil teria de ser (re)inventado, expressa-se no presente, quando a Central começa a dar algum conteúdo ao “seu socialismo”. Desta forma, entendemos que as experiências cooperativistas são vistas como luta por um socialismo que, de alguma forma, a Central tem tentado dar corpo; um socialismo que se situa entre o utópico de Singer e uma proposta democrática e cidadã, presente na influência da atuação das ONGs no cooperativismo cutista. Por não partir de uma análise classista, o socialismo presente na parcela da CUT envolvida com a economia solidária convive com práticas que colaboram para solidificar uma hegemonia neoliberal entre as classes subordinadas, como a ênfase na requalificação profissional e na ação de cidadania, deslocando o foco da ação sindical classista.

### **2.3.2 – Limites e possibilidades do cooperativismo: para além da contradição degeneração ou falência?**

A discussão das possibilidades e limites do cooperativismo remete a questões diversas. Por um lado, a discussão pode se dar simplesmente considerando a possibilidade que uma cooperativa tem de se manter competitiva no mercado e, assim, sobreviver num ambiente hostil. Por outro lado, a análise

pode ser direcionada para as possibilidades de crescimento e difusão do cooperativismo, de tal forma que possam revelar uma alternativa ao modo de produção capitalista. É claro que estas dimensões não estão – nem poderiam estar – separadas uma da outra, mas a perspectiva do que representaria o “sucesso” é diferente numa e noutra análise.

O sucesso, tomado como estritamente econômico, de empreendimentos individuais ou associados em redes pode ser obtido, apesar das dificuldades de crédito, de confiança e internas, dentro dos marcos do sistema capitalista, ainda que não haja, ou pelo menos não tenha havido, um desenvolvimento tecnológico próprio, capaz de impulsionar o movimento. Já um sucesso do ponto de vista estratégico para a transformação social consideramos bastante improvável.

Podemos dizer que há um consenso em considerar as cooperativas como empresas híbridas, que têm na sua organização interna uma configuração democrática e, em alguma medida, socialista, mas, ao mesmo tempo, precisa competir no mercado capitalista. Ao considerarmos que as cooperativas devem competir no mercado capitalista, está subentendida a idéia de que tais empreendimentos têm de ter a mesma “eficiência econômica” que suas concorrentes organizadas hierarquicamente.

Ao se constituírem como empresas híbridas, as cooperativas estão sujeitas ao que ficou conhecido em algumas obras marxistas como contradição entre degeneração e falência. Isto quer dizer que, ou as cooperativas abrem mão de seus princípios democráticos internos – a degeneração capitalista –, ou mantêm tais princípios e acabam por falir. Dois elementos interligados estão subentendidos neste esquema: primeiro, que o critério de eficiência é dado pela inserção econômica do empreendimento; e, segundo, que a eficiência no mercado capitalista é incompatível com a autogestão. Assim, os critérios que devem ser levados em conta na análise do sucesso ou fracasso de um empreendimento

cooperativo são aqueles que dizem respeito à eficiência capitalista, que pode ser resumida na máxima “produzir mais com o menor custo”. Rosa Luxemburgo (1975) mostra que tais critérios de eficiência determinam a existência e a sobrevivência das empresas:

Praticamente, exprime-se isso [a condição de existência da empresa] pela necessidade de intensificar o trabalho o mais possível, de reduzir ou prolongar as horas de trabalho conforme a situação do mercado, de empregar a força de trabalho segundo as necessidades do mercado ou de atirá-la na rua, em suma, de praticar todos os métodos muito conhecidos que permitem a uma empresa capitalista enfrentar a concorrência das outras. Resulta daí, por conseguinte, para a cooperativa de produção, verem-se os operários na necessidade contraditória de governar-se a si mesmos com todo o absolutismo necessário e desempenhar entre eles mesmos o papel do patrão capitalista. É desta contradição que morre a cooperativa de produção, quer pela volta à empresa capitalista, quer, no caso de serem mais fortes os interesses dos operários, pela dissolução (Luxemburgo, 1975:53).

Também Marx ressaltou o caráter contraditório das cooperativas, no Livro III d’O Capital:

As formas cooperativas de produção são, dentro da forma tradicional, a primeira brecha aberta, apesar de que, onde quer que existam, sua organização efetiva apresenta, naturalmente, e não poderia deixar de apresentar, todos os defeitos do sistema existente. Mas dentro dessas fábricas aparece abolido o antagonismo entre o capital e o trabalho, ainda que, por um momento, somente sob uma forma em que os operários associados são seus próprios capitalistas, quer dizer, empregam os mesmos meios de produção para valorizar o seu próprio trabalho (Marx e Engels, 1973:419).

Também Singer considera que as cooperativas se mantêm no “fio da navalha” entre voltarem à condição capitalista e se dissolverem, mas o risco de dissolução não é maior, segundo sua análise, do que nas empresas capitalistas. Na verdade, ele entende que há até uma certa vantagem para as cooperativas, já

que teriam mais opções num momento de crise ou depressão econômica. O que consideramos um problema – a dificuldade de adequar a quantidade de trabalhadores à conjuntura econômica – Singer vê como vantagem das cooperativas, que poderiam manter os cooperados em semi-ociosidade, com redução das retiradas, ou desligar temporariamente um determinado número de associados que tenham maiores possibilidades de encontrar trabalho fora da cooperativa. A análise de Singer a respeito do perigo de falência das cooperativas de produção não leva em conta, em nosso entendimento, as dificuldades de manter um sistema de crédito ligado à atividade cooperativa para que essas empresas continuem a competir no mercado. Também não leva em conta que, em grande parte, as cooperativas são formadas por empresas falidas ou em processo de falência, fato que dificulta ainda mais a sua inserção no mercado capitalista, seja pela desconfiança dos fornecedores, seja pela desconfiança dos compradores.

Quanto ao perigo de degeneração que Singer também constata nos empreendimentos cooperativos, ele cita como perigo a entrega dos cargos de direção, de maneira mais ou menos permanente, a operários tidos como mais competentes, o que causa a eliminação do caráter democrático da gestão cooperativa, um dos elementos que a difere de empreendimentos estritamente capitalistas.

Marx, no *Manifesto de Lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores*, também trata da questão das cooperativas, agora de maneira mais pessimista, ainda que veja nessas experiências um valor educativo importante:

[...] O valor dessas grandes experiências sociais [as fábricas cooperativas] não pode ser superestimado. Pela ação, ao invés de pôr (sic) palavras, demonstraram que a produção em larga escala e de acordo com os preceitos da ciência moderna, pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões que utilizam o trabalho da classe dos assalariados; que, para produzir, os meios de trabalho não

precisam ser monopolizados, servindo como um meio de demonização e de exploração contra o próprio operário; e que, assim como o trabalho escravo, assim como o trabalho servil, o trabalho assalariado é apenas uma forma transitória e inferior, destinado a desaparecer diante do trabalho associado que cumpre a sua tarefa, com gosto, entusiasmo e alegria.

[...] Ao mesmo tempo, a experiência do período decorrido entre 1858 e 1864 provou acima de qualquer dúvida que, por melhor que seja em princípio, e por mais útil que seja na prática, o trabalho cooperativo, se mantido dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, liberar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria. É talvez por essa mesma razão que, aristocratas bem intencionados, porta-vozes filantrópicos da burguesia e até economistas penetrantes, passaram de repente a elogiar **ad nauseam** o mesmo sistema cooperativista de trabalho que tinham tentado em vão cortar no nascedouro, cognominando-o de utopia de sonhadores, ou denunciando-o como o sacrilégio de socialistas. Para salvar as massas laboriosas, o trabalho cooperativo deveria ser desenvolvido em dimensões nacionais e, conseqüentemente, incrementado por meios nacionais. Não obstante, os senhores da terra e os senhores do capital usarão sempre seus privilégios políticos para a defesa e perpetuação de seus monopólios econômicos. Em vez de promoverem, continuarão a colocar todos os obstáculos possíveis no caminho da emancipação do operariado. [...] Conquistar o poder político tornou-se, portanto, a tarefa principal da classe operária (Marx, 1961:319-320).

A longa citação do texto de Marx para o lançamento da I Internacional condensa vários elementos que determinam os limites e as possibilidades do cooperativismo quando pensado como estratégia para uma transição pacífica para o socialismo. Em primeiro lugar, as cooperativas têm valor demonstrativo para a classe operária ao provar que a produção pode se dar em outros marcos, que não o capitalista. Porém, apesar deste valor – que não é pequeno –, o cooperativismo sempre enfrentará dificuldades enormes se quiser expandir-se a ponto de oferecer risco à produção capitalista hegemônica. Marx, nesse texto, mostra que a reação dos proprietários a qualquer tentativa de acabar com seu monopólio econômico se dá através do uso dos “privilégios políticos” que as classes dominantes possuem, ou seja, elas contam com o aparato jurídico-político. Como única solução para a

expansão e o desenvolvimento do sistema cooperativo – ou modo de produção associado – Marx coloca a conquista do poder político. Como vimos, Marx não considera possível a construção de uma nova sociedade, baseada num novo modo de produção a partir da proliferação do sistema cooperativo dentro do sistema capitalista; nem mesmo considera a possibilidade de uma expansão efetiva do movimento cooperativista.

Alguns analistas tentam fugir ou ultrapassar a contradição falência X degeneração. Para fugir de tal armadilha, eles partem da idéia de que eficiência e seus critérios definidores são o resultado de conflitos e correlações de forças, tanto em relação a determinantes técnicos, como políticos e sociais (Parra, 2002). Assim, a maneira de produzir de um determinado período histórico é apenas uma “escolha” entre outras formas; e esta escolha é o resultado de uma luta política entre os diversos agentes envolvidos – trabalhadores, empresários, Estado e consumidores, basicamente (Castoriadis, 1985). Dentro desta perspectiva, os analistas que sustentam a possibilidade de sucesso prolongado de cooperativas em particular, e o desenvolvimento e difusão do movimento cooperativo de modo geral sustentam que o modo de produção associado (como é chamado por parte dos analistas) disputa – ou pode vir a disputar – com outras formas de produzir e pode impor a sua opção tecnológica, a sua técnica de produção para as demais em disputa.

As análises marxistas que levam em conta a contradição falência X degeneração reduzem, segundo Parra (2002), a eficiência à sua dimensão econômica. Não haveria a possibilidade de questionamento do próprio critério de eficiência:

Nessa direção, os procedimentos técnicos são despolitizados num duplo sentido: ao se negar os conteúdos sócio-políticos que uma técnica comporta no instante em que ela é inserida numa relação social e ao negar o contexto histórico que faz com que aquela experiência seja a mais eficiente no mercado (Parra, 2002:136).

Saindo, então, da problemática marxista da superação da competição intercapitalista e da própria superação do capitalismo, Parra considera que as cooperativas, ao se constituírem como empreendimentos híbridos, devem ter sua eficiência “medida” em outros termos que não aqueles relacionados “à pura maximização do capital”. Outras formas de eficiência devem ser levadas em conta na análise:

Portanto, os problemas que as empresas de autogestão e as cooperativas de produção enfrentam para se realizarem como tais dizem respeito a uma luta política, pois sua existência dependerá de sua capacidade de criar novos critérios de pertencimento social e de partilha do excedente econômico no interior de uma sociedade (Parra, 2002:137).

O que é discutido realmente no caso acima são critérios de eficiência que levam em conta não somente a inserção do empreendimento, mas uma espécie de satisfação dos cooperados. Assim, não é o sucesso econômico – ou não só ele – que conta na avaliação de uma cooperativa, mas as mudanças nos padrões de produção no interior da fábrica e a satisfação do cooperado com sua inserção econômica e política. A análise se volta para determinar quais as mudanças que o movimento cooperativo traz ou pode trazer para a maneira de produzir. Assim como para Singer, para Parra o que importa são transformações no interior da fábrica, como as mudanças na divisão social do trabalho, as transformações nas plantas das empresas – medidas para amenizar ou democratizar o controle sobre o trabalho. A sobrevivência da cooperativa no mercado capitalista realmente não importa para este tipo de análise. Isso porque há o reconhecimento da necessidade de competir no mercado capitalista e há a consciência das dificuldades que isso traz à manutenção dos empreendimentos, mas, ainda assim, a eficiência deve ser medida como se ela não estivesse de fato no mercado capitalista; sua eficiência deve ser verificada a partir de critérios internos, visando transformações culturais e simbólicas, além de um redirecionamento econômico:

[...] É certo que todo empreendimento econômico que surge no presente terá de competir com aquelas empresas do mesmo setor que já estavam atuando no mercado e que instituíram, no decorrer do tempo, as “regras do jogo” em que se dará a concorrência capitalista (definição do mercado consumidor, tipos de produtos, organização tecnológica, redes de distribuição, políticas fiscais e de financiamento, etc.). [...]

[...] Entretanto, seria uma imprecisão reduzir tal cenário a uma aceitação pura e simples do “*sistema produtor de mercadorias*”. Na medida em que as empresas de trabalhadores autogeridas são portadoras de um conflito, simultaneamente interno (a forma como a racionalidade econômica se manifesta dentro da fábrica) e externo (da relação entre essas empresas e o mercado), que as institui como tais, sua própria existência depende da luta pela instituição de novos critérios de performance econômica [...]

[...] Dessa forma, quando se pensa em empreendimentos econômicos que introduzem no seu interior critérios alheios àqueles identificados com a pura maximização do capital, deve-se estar atento para outras formas de eficiência – que afetam não apenas o empreendimento em si, mas a sociedade a sua volta – que podem surgir a partir dessas experiências. No caso das empresas de trabalhadores autogeridas, falar em racionalidade socioeconômica ou eficiência, implica necessariamente uma redefinição desses termos, e tal redefinição significa problematizar os objetivos da própria economia (Parra, 2002:136-137).

Se, para Singer, a importância dada ao movimento cooperativo oscila entre sua possibilidade educativa, que prepara – ou pode preparar - os operários para gerirem a produção numa sociedade socialista e a sua suposta capacidade de se constituir em via de transição para esta nova sociedade, para Parra, a importância do desenvolvimento do cooperativismo e da economia solidária como um todo estaria na sua capacidade intrínseca de modificar as relações de trabalho e na possibilidade de extravasar tais mudanças para a economia em geral, restabelecendo “sua dimensão social e política” (Parra, 2002:240).

Que as cooperativas são portadoras de novas relações de trabalho, e que não é apenas sua inserção econômica que deve ser levada em conta em sua avaliação não temos dúvidas. O que questionamos é a capacidade atribuída ao

movimento cooperativo redivivo de, por um lado, servir de via principal para uma revolução social socialista e, por outro, redirecionar os padrões de eficiência, a competição intercapitalista e a própria forma de produzir, mantendo os princípios que orientam a produção associada – pelo menos aqueles que norteiam as experiências ligadas à CUT. Como sair da lógica da produção capitalista de gerar excedente econômico de maneira mais eficiente possível, buscando os meios mais adequados, se as cooperativas estão inseridas nesta mesma lógica competitiva?

Entendemos que as dificuldades enfrentadas pelas cooperativas de produção são muito grandes dentro da lógica de competição capitalista. A lógica da produção capitalista exige uma agilidade organizacional que a empresa autogestionária não tem, nem poderia ter. E dizer isso não é afirmar a superioridade da lógica capitalista em relação à lógica democrática dos empreendimentos autogestionários, mas simplesmente ter consciência da anarquia reinante na produção. O problema é que, enquanto uma empresa tipicamente capitalista, num momento de crise conjuntural, dispensa rapidamente trabalhadores para equilibrar a produção, as cooperativas não podem fazer o mesmo. Para que tenham uma margem de manobra maior sobre tal problema, as cooperativas recorrem à contratação de trabalhadores assalariados, descaracterizando o empreendimento. Isso ocorreu e vem ocorrendo no complexo cooperativo de Mondragón, no país Basco.

As próprias experiências históricas do cooperativismo indicam as enormes dificuldades em escapar da contradição falência X degeneração, elaborada nestes termos por Luxemburgo. Rochdale, que é tomada como matriz do cooperativismo moderno pelos entusiastas do movimento cooperativo, apesar de seu sucesso e longevidade, não manteve os princípios cooperativos; aliás, nem mesmo em seu período inicial tais princípios foram realmente respeitados. Mais adiante veremos que somente os acionistas tinham direito de voto nas Assembléias, e a maioria dos trabalhadores não era constituída de acionistas. As cooperativas de Rochdale

caminharam para a degeneração a partir do fim da partilha do excedente e conseqüente assalariamento dos trabalhadores.

Outro empreendimento cooperativo tomado como exemplo são os *kibbutzim* israelenses, que se instalaram a partir de 1910:

Os *kibbutzim* são cooperativas integrais. [...] Todos os membros capazes trabalhavam nas plantações e indústrias do *kibbutz* e todas as suas necessidades eram atndidas pelos bens e serviços adquiridos coletivamente. Dentro da comunidade não circulava dinheiro (Singer, 2001:386).

Pois bem, muitos dos *kibbutzim* também não resistiram à pressão das novas gerações pela diferenciação “de ganhos” conforme as diferentes atividades desenvolvidas, pelo trabalho – ou emprego - fora das comunidades e pela introdução do dinheiro. Ainda que possamos considerar a experiência israelense como a mais bem sucedida do ponto de vista socialista, ela não logrou constituir a forma hegemônica de produzir em Israel, ficando confinada às comunidades e enfrentando uma espécie de isolamento, que agora as novas gerações querem romper, mas não com o fortalecimento e disseminação das cooperativas para além da comunidade, mas indo ao encontro do capitalismo do resto do país.

O Complexo de Mondragón, por sua vez, é a experiência cooperativa que obtém o maior sucesso do ponto de vista econômico. Este é um complexo que integra cooperativas de produção e de comercialização, organizadas em torno de um banco e de uma escola politécnica. Seu sucesso econômico, porém, está condicionado ao crescente assalariamento, adotado para dar maior agilidade no processo produtivo; ou seja, seu sucesso está atrelado a um processo de degeneração que, no limite, pode levar ao retorno da condição capitalista.

### ***3 - O socialismo construído nos interstícios da sociedade capitalista***

As noções de parceria, esfera pública e consenso podem levar à proposta de construção do socialismo nos interstícios da sociedade capitalista, configurando aquilo que poderíamos denominar de novo socialismo utópico. Esse novo socialismo utópico vem ganhando prestígio, não só no Brasil, mas também em grande parte da esquerda mundial. Trata-se de uma espécie de socialismo direto, realizado, pelos próprios ativistas, aqui e agora. Essas tendências congregam diferentes concepções, mas todas guardam uma característica em comum: a possibilidade de transformação sem revolução política e sem transição. Paul Singer talvez seja, mesmo em nível internacional, o expoente mais brilhante dessa nova corrente, por isso daremos maior atenção às suas considerações. Outros autores que representam de alguma forma essa corrente serão analisados: Alain Bihl e os parceiros Antonio Negri e Michael Hardt.

Se chamamos essa corrente de novo socialismo utópico é porque entendemos que, de alguma forma, as obras e autores analisados retomam e reelaboram elementos do socialismo pré-marxista do século XIX. Com isso, enfatizamos que esses autores mantêm, ainda que de maneira distante, principalmente no caso de Hardt e Negri, compromisso com e propostas para a transformação da sociedade capitalista em socialista ou comunista. A referência mais óbvia ao socialismo utópico é, sem dúvida, a ênfase dada ao cooperativismo como forma de desenvolver um modo de produção socialista. Essa ênfase é encontrada principalmente nas obras de Paul Singer. Porém, as semelhanças não se atêm ao cooperativismo; e para que possamos justificar a idéia de que existe uma corrente que une esses autores, e que pode ser chamada de novo socialismo utópico, faremos primeiramente a análise de cada autor em particular para, depois

disso, fazemos um balanço das características comuns entre eles e deles com o socialismo do século XIX.

Ao contrário dos autores analisados, que entendem possível organizar a sociedade socialista sem que o poder político esteja nas mãos da classe operária, entendemos que sem a tomada do poder político e conseqüente construção de um Estado socialista não é possível a passagem do modo de produção capitalista para o socialista. Nossa análise está ancorada no esboço de teoria da transição apresentada por Etienne Balibar, em *Sobre os Conceitos Fundamentais do Materialismo Histórico*.

Balibar (1980) parte da diferenciação entre modo de produção e formação social para elaborar a idéia de defasagem por antecipação da estrutura jurídico-política em relação à econômica numa fase de transição de um modo de produção a outro. O modo de produção designa, resumidamente, o modelo geral de funcionamento da sociedade, enquanto que formação social é o lugar onde se realizam os modos de produção particulares.

Não há, segundo Balibar, contradição entre forças produtivas e relações de produção; o que há é uma relação de correspondência ou não-correspondência entre elas. A relação de correspondência se dá na fase de reprodução do modo de produção, e a não-correspondência no período de transição entre um modo de produção e outro (Lazagna, 2002:37 e segs.). Desta forma, o funcionamento das estruturas na reprodução do modo de produção não é contraditório, mas seus efeitos de longo prazo o são. Os efeitos contraditórios do funcionamento não contraditório das estruturas – que são observados numa formação social concreta - levam ao aprofundamento dos antagonismos entre grupos sociais que se situam em lugares diferentes da estrutura econômica. Não que não haja conflito de classe na reprodução do modo de produção, mas este conflito não tem a configuração de luta de classes. Assim, a luta de classes está presente no período de transição e

leva à transformação da estrutura jurídico-política. Como podemos perceber, a luta de classes depende do movimento econômico, mas também é o que leva à transformação – por antecipação - da estrutura jurídico-política.

Se Balibar entende que a passagem de um modo de produção a outro implica na implantação prévia de uma estrutura jurídico-política; ou seja, que a transição conta com a defasagem antecipada do Estado em relação à estrutura econômica, é porque considera que é o Estado que estabelece condições ideológico-políticas para a transformação econômica. Na mesma linha teórica, Martorano considera:

A transição se inicia com a vitória da revolução proletária, que afasta a burguesia e as demais classes exploradoras do poder estatal, e instaura o novo Estado socialista, defasado por "antecipação" às relações de produção vigentes, ainda capitalistas. Por isso, a luta política revolucionária de classe tem papel dominante sobre as demais práticas sociais, inclusive a econômica; graças a ela, os trabalhadores podem instaurar e consolidar o novo Estado, sem o qual as próprias relações de produção não podem ser transformadas e nem pode ser desenvolvida a política de desestatização.[...]

A eliminação da defasagem entre o novo Estado e a base econômica, ainda não transformada, ocorre com a revolucionarização das relações de trabalho e de produção, possibilitando o surgimento de novas forças produtivas concebidas pelos trabalhadores e a instalação da dominância de relações socialistas de produção (Martorano, 2002:219-220).

Com esta pequena inserção no campo da teoria da transição, tivemos a intenção de tão somente afirmar que não entendemos possível a mudança de um modo de produção a outro sem a destruição da estrutura jurídico-política. Isto porque consideramos, tendo como base a teoria poulantziana e seus desdobramentos, que o modo de produção é "uma articulação entre estrutura econômica (relações de produção mais forças produtivas) e estrutura jurídico-política (o Estado)", e que o que "o conteúdo dessa articulação é a função do Estado de reproduzir as relações de produção (Boito Jr., 1998:71)".

### **3.1 - Negri e Hardt: o fim do imperialismo e a ascensão da multidão**

A obra de Hardt e Negri tomada como referência será *Império*. Não faremos uma análise pormenorizada da referida obra; apenas tomaremos os elementos que ajudam a formar o conceito de império de maneira geral. Analisaremos, assim, as considerações que os autores fazem e que levam à definição de império, a forma como as lutas sociais se dão no cenário descrito por eles e como se daria a transformação da sociedade.

A tese central de *Império* é que o imperialismo acabou e que estaríamos assistindo à formação de um império, que viria sendo constituído desde a derrocada dos regimes coloniais. O imperialismo teria sido substituído por uma “globalização irresistível e irreversível de trocas econômicas e culturais (Hardt e Negri, 2001:11)”. Com a “globalização”, uma nova forma de soberania e de supremacia teria surgido. Essa nova ordem teria como elementos essenciais o declínio inevitável dos Estados nacionais e a ascensão do poder supremo do império. E o que seria esse império? De início, podemos dizer que seria uma nova forma de soberania, baseada nos organismos supranacionais e numa nova noção de Direito, que resolveria todos os conflitos através de consensos; consensos estes baseados em valores universais.

O império, diferentemente do imperialismo, não possui centro territorial de poder e constitui, segundo essa visão, “aparelho de *descentralização* e *desterritorialização* do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão (idem:12). Sendo dessa forma, todos os países fazem parte do império; não há a noção de dentro e fora. Com isso, não haveria, segundo os autores, diferenças de natureza entre os países, apenas de grau. Nessa nova ordem global não há lugar para hegemonia: “Os Estados

*Unidos não são, e nenhum outro Estado poderia ser, o centro de um novo poder imperialista (ibidem:14)*”. Os Estados Unidos teriam apenas uma posição privilegiada nesse império descrito pelos autores. O principal dessa nova forma jurídica está no direito de intervenção. De uma maneira essencialmente formalista, os autores consideram a atuação da ONU, com sua Carta e sua Assembléia Geral, como guardião dos valores universais de justiça. Só esse fato já é suficiente para Hardt e Negri entenderem que a fase imperial pode ser considerada um passo à frente, um salto de qualidade em relação ao período anterior, dominado pelo imperialismo. Sobre o direito de intervenção, consideram:

Ele [o direito de intervenção] é geralmente concebido como o direito ou o dever que têm os senhores dominantes da ordem mundial de intervir em territórios de outros senhores no interesse de prevenir ou resolver problemas humanitários, garantindo acordos e impondo a paz. O direito de intervenção figurou com destaque na panóplia de instrumentos postos à disposição das Nações Unidas por sua Carta destinada a manter a ordem internacional, mas a reconfiguração contemporânea desse direito representa um salto qualitativo. Diferentemente do que acontecia na antiga ordem internacional, Estados individuais soberanos ou o poder supranacional (ONU) não mais intervêm para assegurar ou impor a aplicação de acordos globais voluntariamente contratados. Agora as autoridades supranacionais que estão legitimadas não por direito mas por consenso intervêm em nome de qualquer espécie de trivial emergência e princípios éticos superiores. O que está por trás dessa intervenção não é um permanente estado de emergência e exceção, mas um permanente estado de emergência e exceção justificado pelo *apelo a valores essenciais de justiça*. Em outras palavras, o direito de polícia é legitimado por valores universais (H&N:35-36)<sup>18</sup>.

A era sob vigência do império é colocada pelos autores como melhor que a era dominada pelo imperialismo. Esta superioridade está baseada no fim do colonialismo e no declínio e posterior fim dos Estados nacionais. Mesmo reconhecendo, em algumas partes do livro, que o império constrói suas relações de poder baseadas na exploração, e que essa exploração, muitas vezes, é mais dura

---

<sup>18</sup> Sempre que citamos trechos de *Império*, usaremos H&N, seguido da(s) página(s) utilizada(s).

que durante o imperialismo, o império é visto como superior porque ofereceria um maior potencial de liberação da “multidão”.

Em certas partes do livro, os autores parecem considerar que o capitalismo foi superado pelo império: “Sustentamos que o Império é melhor, da mesma forma que Marx insistia que o capitalismo é melhor do que as formas de sociedade e modos de produção que o precederam” (H&N:62). Assim, da mesma maneira que o capitalismo trouxe maior potencial emancipatório, o império também promoveria esse processo. Essa colocação nos faz questionar se, para os autores, o império configura uma nova etapa da sociedade, um novo modo de produção, já que compararam a transição do feudalismo e do mercantilismo ao capitalismo com uma suposta transição do imperialismo/capitalismo para o império. Atilio Boron, em uma crítica que fez à obra de Hardt e Negri, também ressaltou essas considerações acerca de uma “passagem” para uma nova sociedade, lembrando que Marx usou o argumento de que o capitalismo é melhor referindo-se à transição entre dois modos de produção diferentes:

Talvez nossos autores estejam querendo dizer que o Império significa a superação do capitalismo? Será que o transcendemos, sem que ninguém tenha reparado neste fabuloso trânsito histórico? (Boron, 2002:28).

Outra idéia forte no livro é aquela à qual já nos referimos de que o império engloba tudo, não há nada fora dele. Sendo assim, as lutas essencialmente nacionais antiglobalização neoliberal não fazem sentido ou são prejudiciais à luta pela emancipação. Seguindo essa lógica, os autores fazem uma distinção entre a globalização tal como se dá sob o império e uma globalização capitaneada pela “multidão”:

Não somos, de forma alguma, contrários à globalização das relações como tais – na realidade, como dissemos, as forças mais poderosas de internacionalismo esquerdista conduziram, com efeito, esse processo. O inimigo é, ao contrário, um regime específico de relações globais que chamamos de Império. Mais importante,

essa estratégia de defesa do local é danosa porque obscurece e até nega as alternativas reais e os potenciais de libertação que existem *dentro* do Império (H&N:64-65).

Não somente o imperialismo acabou, segundo as análises dos autores, como também o internacionalismo proletário. E, nesse ponto, entramos nas considerações dos autores sobre as lutas e movimentos sociais. O internacionalismo proletário, caracterizado pela solidariedade de classe no nível internacional, e que visava a derrubada dos Estados e a tomada do poder político pela classe operária, teria se tornado obsoleto. O tempo desse internacionalismo teria passado porque o que lhe dava expressão eram os ciclos internacionais de luta. Essa época de império seria caracterizada por uma espécie de incomunicabilidade entre as diversas lutas ao redor do mundo.

Apesar de insistirem que o que caracteriza o império e o diferencia do imperialismo é a ausência de centro territorial de poder, os autores, agora que tratam das lutas sociais contra o império, consideram que, mesmo com essa incomunicabilidade entre as lutas, elas tendem a atingir verticalmente o **centro do poder**. No entanto, caracterizam esse centro não como territorial, mas virtual. Eis o problema dessa caracterização do centro como sendo virtual: Se as lutas e movimentos sociais atingem, de maneira isolada, diretamente o centro do poder, poderíamos dizer que o “inimigo” a ser combatido é esse centro, mas se ele é “virtual”, como identificá-lo? Não há como porque, segundo os autores, não há inimigo comum às diversas lutas, como nos casos da revolta de Chiapas, das greves francesas de 1995 e das de Seul de 1996, somente para citar algumas. Estas e outras lutas não formariam um ciclo de lutas internacionais, como formariam se estivessem inseridas no contexto do imperialismo. Elas seriam lutas isoladas e que atingiriam diretamente o núcleo virtual do império. E é exatamente aí que residem a importância e a força dessas lutas. Assim, para os autores, a suposta incomunicabilidade das lutas é uma virtude, não um problema para as intenções emancipatórias da multidão.

As lutas que surgem com a emergência do império formariam, segundo a análise de Hardt e Negri, não um novo ciclo de lutas, mas um novo tipo de movimento social:

Deveríamos ser capazes de reconhecer que isso não é o aparecimento de um novo ciclo de lutas internacionais, mas, antes, a emergência de uma nova qualidade de movimentos sociais. Deveríamos ser capazes de reconhecer, em outras palavras, as características fundamentais novas que essas lutas apresentam, apesar de sua diversidade radical. Primeiro, cada luta, por intermédio de condições locais firmemente arraigadas, salta imediatamente para o nível global e ataca a constituição imperial em sua generalidade. Segundo, todas as lutas eliminam a distinção tradicional entre conflitos econômicos e políticos. As lutas são ao mesmo tempo econômicas, políticas e culturais – e, por consequência, são lutas biopolíticas, valendo para decidir a forma de vida (H&N:74-75).

Desta forma, as características das lutas que têm potencial para pôr o império abaixo poderiam ser resumidas da seguinte maneira: As lutas são incomunicáveis, têm caráter local, porém saltam diretamente ao núcleo “virtual” do império e não possuem um inimigo comum.

Não há possibilidade, diante do quadro descrito pelos autores, de uma revolução que tenha como base o território ou a Nação:

O declínio de toda e qualquer esfera política autônoma indica o declínio, também, de qualquer espaço onde revolução possa surgir no regime político nacional, ou onde o espaço social possa ser transformado com o uso de instrumentos do Estado (H&N:329).

Como vemos, uma revolução que tenha como objetivo o comunismo não deve visar, segundo os autores, a tomada do poder de Estado, já que este é uma estrutura obsoleta na nova ordem global. Segundo essa análise, o Estado nacional capitalista e democrático se autodestruíu ou está em vias de:

O modelo democrático nacional de política de exploração gerenciada pelo Estado funcionou nos países capitalistas dominantes enquanto foi capaz de regular a crescente conflituosidade de maneira dinâmica – em outras palavras, enquanto foi capaz de manter o potencial de desenvolvimento e a utopia do planejamento estatal, enquanto, acima de tudo, a luta de classes em cada país determinou a espécie de dualismo de poder sobre o qual as estruturas unitárias de Estado podiam situar-se. Na medida em que essas condições desapareceram, tanto em termos reais como ideológicos, o Estado nacional capitalista e democrático destruiu-se a si mesmo (H&N:329).

A idéia, parece-nos, é a seguinte: O poder das corporações transnacionais cresceram tanto que ultrapassou a capacidade ou a possibilidade de um comando constitucional dos Estados e, se isso ocorreu, a luta por transformações – a luta pela derrubada do império pela “multidão” – deve se dar no nível global, através da luta por uma “Constituição Global”.

O quadro constitucional do poder mundial – ou global – está, segundo os autores, representado pela clássica metáfora da pirâmide. No topo estariam os Estados Unidos, porque possuem hegemonia militar – somente por isso. Logo abaixo, mas ainda no mesmo grupo, estariam os países do G-7, que ocupariam essa posição devido ao seu poder de controlar os instrumentos monetários e regular as trocas internacionais. Numa camada intermediária estariam as empresas transnacionais articuladas; e na base estaria a tão decantada “multidão”, composta por grupos que representariam os interesses populares no arranjo global de poder. Nesta última camada estão também, segundo os autores, os Estados nacionais subordinados, que entram como representantes de seus respectivos “povos” na Assembleia Geral da ONU. Dessa maneira, a Assembleia Geral é colocada como instância que permite que o mundo inteiro seja representado e tenha voz:

Dentro da Assembléia Geral da ONU, por exemplo, coleções de Estados-nação subordinados, numericamente majoritários mas minoritários em termos de poder, funcionam como coação e legitimação, pelo menos simbólicas, das grandes potências. Nesse sentido, concebe-se que o mundo inteiro é representado na Assembléia Geral da ONU e em outros foros globais. Aqui, como os Estados-nação são apresentados (nos países mais ou menos democráticos ou nos regimes autoritários) como representantes da vontade de seu Povo, a representação no Estado-nação em escala global só pode reivindicar a vontade popular em dois estágios, mediante dois níveis de representação: o Estado-nação representando o Povo que representa a multidão (H&N:332).

Não somente o Estado representaria a “vontade do povo” – ou, indiretamente, da multidão –; e sequer seria a mais importante instância de representação:

As forças mais novas e talvez mais importantes da sociedade civil global chamam-se organizações não governamentais (ONGs). O termo ONG não recebeu uma definição rigorosa, mas podemos defini-lo como qualquer organização que pretenda representar o Povo e trabalhar em seu interesse, à parte das estruturas de Estado (e geralmente contra elas). Para muita gente, com efeito, as ONGs são sinônimo de “organizações do povo” porque o interesse do Povo é definido como distinto do interesse do Estado (H&N:333).

Os autores tentam levar em conta as críticas às ONGs, mas acabam por tomar essas críticas de modo bastante parcial e de maneira desarticulada. Os autores citam as críticas feitas por intelectuais de esquerda, como James Petras, que dão conta que as ONGs auxiliam o “projeto” neoliberal porque estão fora do Estado e, geralmente, em conflito com ele. Partindo disso, Negri e Hardt consideram:

O fato de ser não governamental, ou mesmo de se opor aos poderes dos Estados-nação, não basta para pôr essas organizações do lado dos interesses do capital. Há muitas maneiras de estar fora do Estado e a ele se opor, e o projeto neoliberal é apenas uma delas (H&N:333).

Os autores, segundo nossa perspectiva, partem de um pressuposto equivocado para definir ONG. ONGs não agem contra o Estado. Em grande medida, apesar da tensão entre as organizações e órgãos estatais, seus projetos são financiados por Estados, levando essas organizações a formarem “parcerias” com eles. Não entendemos que as críticas estejam voltadas para um suposto caráter não governamental, mas exatamente para a pretensão de substituição de funções que só podem ser executadas – pela sua amplitude e pelo caráter universal que devem ter – pelo Estado, pelo menos sob o capitalismo. As críticas são voltadas muito mais ao caráter de suas ações, que enfatizam projetos em detrimento de ações por movimentos - estas sim, mantêm uma relação de conflito e tensão com o Estado, reivindicando e pressionando por direitos de caráter universal. Não nos deteremos nas críticas às ONGs e em seu papel na difusão do ideário neoliberal entre as classes dominadas; isso já foi feito no capítulo que trata especificamente dessas organizações. O que importa é que nessa terceira camada – a base da pirâmide – estaria concentrado o potencial transformador. E se as ONGs são consideradas por eles a fatia mais relevante dessa camada do poder global, a importância atribuída a elas numa derrocada do império é inegável. O interesse dos autores está focado nas organizações de caráter humanitário, aquelas que “se esforçam para representar os últimos de nós” (H&N:334). Encaixam-se nessa “definição” ONGs como a Anistia Internacional, Testemunhas da Paz e Médicos sem Fronteiras.

Sua ação política fundamenta-se num chamado moral universal – o que está em jogo é a própria vida. Nesse sentido, talvez seja inexato afirmar que essas ONGs representam aqueles que não podem representar a si próprios (as populações em guerra, as massas famintas, e assim por diante) ou mesmo que representam o Povo global em sua totalidade. Elas ainda vão além. O que de fato representam é a força vital que serve de base ao Povo, e assim transformam a política numa questão de vida geral, vida em toda a sua generalidade. Essas ONGs se estendem largamente no húmus do biopoder; são os extremos capilares das redes contemporâneas de poder, ou (para voltar à nossa metáfora geral) a ampla base do

triângulo do poder global. Aqui, neste nível mais vasto e mais universal, as atividades dessas ONGs coincidem com as ações do império "além da política", no terreno do biopoder, satisfazendo as necessidades da própria vida (H&N:334-335).

Se lembrarmos que, apesar da ação bastante louvável destas entidades, nenhuma delas tem por objetivo o fim do capitalismo ou da exploração – talvez nem mesmo das guerras –, podemos questionar a que tipo de comunismo os autores se afiliam, já que se autodenominam comunistas várias vezes ao longo do livro. Seria uma espécie de "comunismo humanitário", em que nós - os comunistas - nos engajáramos em entidades humanitárias, enquanto o capitalismo global continuaria a fazer mais vítimas, para que assim pudéssemos continuar a ajudá-las, participando com nossa solidariedade e compaixão?

Apesar da dificuldade em apreender a noção que os autores têm de revolução, podemos dizer que, aparentemente, eles operam com a substituição da revolução política – agora sem sentido, já que o Estado está, segundo sua teoria, definindo e esse processo é inexorável – por uma espécie de Constituição Global, que asseguraria uma "cidadania global", e que fosse "fiscalizada" pela ONU e por ONGs humanitárias. Além desta Constituição Global, a transformação estaria inserida nas próprias mudanças ocorridas no capitalismo. Para isso, os autores trabalham com a idéia de que há, desde a Idade Média, uma sucessão de paradigmas econômicos: do paradigma agrícola para o industrial e, neste momento, do industrial para os setores de serviços/comunicação/informação. A industrialização está ligada, segundo os autores, à modernização; e a informatização à pós-modernização. De acordo com essa análise, modernização equivale à industrialização e "a modernização acabou" (H&N, 306). Por conseguinte, perguntamos: Teria a industrialização acabado? O que os autores consideram é que a indústria perdeu a hegemonia no sistema produtivo, dando lugar à produção de conhecimento, comunicação e serviços. Tomam, para provar a perda de hegemonia da indústria, o declínio estatístico de emprego nesse setor e um conseqüente incremento do número de empregos no setor terciário.

Os novos meios de produção trazem mudanças na essência do trabalho, segundo a análise de Negri e Hardt: o que estaria a se desenvolver, nesses tempos, seria o chamado “trabalho imaterial”. Dizem os autores:

Como a produção de serviços não resulta em bem material e durável, definimos o trabalho envolvido nessa produção como *trabalho imaterial* – ou seja, trabalho que produz um bem imaterial, como serviço, produto cultural, conhecimento ou comunicação (H&N:311).

A base que caracteriza esse trabalho seria a cooperação; ela seria inerente ao trabalho do setor de serviços. Essa cooperação imanente daria ao “trabalho imaterial” um potencial comunista espontâneo:

O trabalho imaterial envolve de imediato a interação e a cooperação sociais. Em outras palavras, o aspecto cooperativo do trabalho imaterial não é imposto e organizado de fora, como ocorria em formas anteriores de trabalho, mas a *cooperação é totalmente imanente à própria atividade laboral*. Este fato põe em questão a velha noção (comum à economia clássica e à economia política marxista) segundo a qual a força de trabalho é concebida como “capital variável”, isto é, uma força ativada e tornada coerente apenas pelo capital, porque os poderes cooperativos da força de trabalho (particularmente da força de trabalho imaterial) dão ao trabalho a possibilidade de se valorizarem. Cérebros e corpos ainda precisam de outros para produzir valor, mas os outros de que eles necessitam não são fornecidos obrigatoriamente pelo capital e por sua capacidade de orquestrar a produção. A produtividade, a riqueza e a criação de superávites sociais hoje em dia tomam a forma de interatividade cooperativa mediante redes lingüísticas, de comunicação e afetivas. Na expressão de suas próprias energias criativas, o trabalho imaterial parece, dessa forma, fornecer o potencial de um tipo de comunismo espontâneo e elementar (H&N, 315).

Além desse suposto potencial comunista que as novas formas de produção carregam, a informatização promoveria também a dissolução do próprio conceito de propriedade privada:

O conceito de propriedade privada, entendido como o direito exclusivo de usar um bem e de dispor de toda a riqueza que deriva de sua posse, torna-se cada vez mais despropositado nesta nova situação. ...O alicerce do conceito moderno clássico de propriedade privada é, portanto, em certa medida, dissolvido no modo pós-moderno de produção.

Pode-se objetar, entretanto que esta nova condição social de produção não enfraqueceu de forma alguma os regimes jurídico e político da propriedade privada. A crise conceptual de propriedade privada não se torna uma crise prática; em vez disso, o regime de expropriação privada tende a ser aplicado universalmente. Esta objeção seria válida se não fosse pelo fato de que, no contexto de produção linguística e cooperativa, trabalho e propriedade privada tendem a se sobrepor. A propriedade privada, apesar de sua força jurídica, não tem como deixar de tornar-se um conceito mais e mais abstrato e transcendental, e, portanto, mais afastado da realidade (H&N:323).

O passado revolucionário – nós diríamos da classe operária, os autores consideram da “multidão” – mais a capacidade cooperativa da produção contemporânea determinam a capacidade de a multidão tornar-se sujeito político. A “multidão” deve, segundo os conselhos dos autores, “dirigir tecnologias e produção para sua alegria e para o crescimento do seu próprio poder” (H&N:420).

São quatro os pontos do programa político de Negri e Hardt que citaremos agora e comentaremos a seguir: 1) Conquista da “cidadania global”; 2) conquista do direito a um salário social, ou uma renda social garantida para todos; 3) direito à reapropriação – da linguagem, da comunicação e do conhecimento, das máquinas, etc.; 4) organização da multidão como sujeito político.

O direito à cidadania global tem se efetuado através da movimentação/migração das classes trabalhadoras, a despeito das restrições impostas pelo império a essa movimentação. A luta por uma cidadania global, segundo os autores, se expressa na exigência de pleno direito de cidadania a todos os trabalhadores, não importando sua origem territorial. Não podemos deixar de questionar o que seria realmente essa cidadania global. Se os Estados estão

em irremediável declínio, quais são os marcos desta cidadania global? Deprendemos da análise da obra de Hardt e Negri que é no direito à livre movimentação que está a força da idéia de cidadania global. A demanda política fundamental da multidão para atingi-la é, assim, o direito de controle sobre seu próprio movimento, obtendo garantias de plenos direitos onde quer esteja. Não há nenhum tipo de questionamento por parte dos autores em relação ao porquê da necessidade de essas massas de trabalhadores do capitalismo periférico emigrarem para países centrais. Talvez, se houvesse esse questionamento, os autores seriam obrigados a reconhecer a vigência de elementos essenciais do imperialismo, como as assimetrias entre países periféricos e centrais, demonstrando a exploração que há daqueles por parte destes.

A segunda demanda do programa para a emancipação da “multidão” é a conquista do direito a uma renda social para todos, que eles chamam de salário social. Veremos mais adiante que essa proposta também está presente no esquema de Alain Bihl e, em alguma medida, no programa de Paul Singer, outros autores analisados. Esse salário social iria além do salário-família porque seria universal:

O salário social estende-se muito além da família, para toda a multidão, mesmo para os desempregados, porque a multidão produz, e sua produção é necessária do ponto de vista de todo o capital social. ... A demanda por um salário social estende à população inteira a demanda para que toda atividade necessária à produção de capital seja reconhecida com uma compensação igual, de modo que um salário social seja na realidade uma renda garantida. Uma vez que a cidadania se estende a todos, podemos chamar essa renda garantida de renda de cidadania, devida a cada um como membro da sociedade (H&N:427).

A terceira demanda – o direito à reapropriação – mantém proximidade com a teoria habermasiana da ação comunicativa, atribuindo caráter libertador à linguagem e às redes de comunicação, com a diferença que Habermas entende essa possibilidade libertadora apenas em relação ao indivíduo, e Hardt e Negri

aplicam tal concepção para um coletivo – a “multidão”. Na verdade, neste ponto, os autores fazem uma espécie de mistura de elementos da teoria da ação comunicativa com objetivos e estratégias marxistas de fim da propriedade privada dos meios de produção. O raciocínio é o seguinte: Já que, em tempos de império, a produção industrial não é mais a hegemônica, e o que está na ordem do dia é a produção de conhecimento, linguagem, comunicação, etc., então o novo proletariado não deve voltar suas preocupações e energia para tomar o controle de fábricas, mas para se apropriar dos elementos que caracterizam a produção pós-moderna: informação, conhecimento, linguagem.

O direito à reapropriação é antes e acima de tudo o direito à reapropriação dos meios de produção. Socialistas e comunistas de há muito exigem que o proletariado tenha livre acesso a, e o controle de, máquinas e materiais que usa para produzir. No contexto da produção imaterial e biopolítica, entretanto, essa demanda tradicional toma novo aspecto. A multidão não apenas usa máquinas para produzir, mas também se torna cada vez mais maquinal, enquanto os meios de produção são progressivamente integrados às mentes e aos corpos da multidão. Nesse contexto reapropriação significa ter livre acesso a, e controle de, conhecimento, informação, comunicação e afetos – porque esses são alguns dos meios primários de produção biopolítica. ... O direito à reapropriação é realmente o direito da multidão ao autocontrole e à autoprodução autônoma (H&N, 430/431).

Por fim, o que falta à “multidão” para que ela possa pôr o império abaixo é a formação de uma poderosa organização; esta seria a forma de organizá-la como sujeito político. Das características dessa organização, os autores somente têm uma idéia muito vaga; apenas que seria a simples maturação de algo que já está dado através do desenvolvimento do que os autores chamam de “posse”. A posse, segundo a concepção deles, refere-se à atividade: “Posse é o que o corpo e que a mente podem fazer” (H&N, 431). Reproduziremos a seguir trechos de dois parágrafos do livro porque entendemos que estes dão um panorama bastante interessante da concepção dos autores:

O modo de produção do povo reapropria-se da riqueza do capital e também constrói uma nova riqueza, articulada com os poderes da ciência e do conhecimento social pela cooperação. A cooperação invalida o título de propriedade. Na modernidade, a propriedade privada era geralmente legitimada pelo trabalho, mas essa equação, se algum dia fez sentido, hoje tende a ser completamente destruída. Propriedade privada dos meios de produção hoje, na era da hegemonia do trabalho cooperativo e imaterial, é apenas uma obsolescência pútrida e tirânica.

Certamente, deve haver um momento em que a reapropriação e a auto-organização atingem um limiar e configuram um evento real. É então que o político é realmente afirmado – que a gênese se completa e a autovalorização, a convergência cooperativa de sujeitos, e a administração proletária de produção se tornam um poder constituinte. É este o ponto em que a república moderna deixa de existir e surge a posse pós-moderna. ... A capacidade de construir lugares, temporalidades, migrações e novos corpos já afirma sua hegemonia por ações da multidão contra o Império. A corrupção imperial já está solapada pela produtividade de corpos, pela cooperação e pelos desígnios de produção de massas. O único evento que ainda estamos esperando é a construção, ou melhor a insurreição, de uma poderosa organização. A cadeia genética é formada e estabelecida em ontologia, o andaime é continuamente construído e renovado pela nova produtividade cooperativa, e dessa maneira esperamos apenas a maturação do desenvolvimento político da posse. Não dispomos de qualquer modelo a oferecer para esse evento. Só a multidão, pela experiência prática, oferecerá os modelos e determinará quando e como o possível se tornar real (H&N:434-435).

Numa tentativa de resumo, podemos dizer que o império a que se referem Hardt e Negri é uma nova forma de soberania, não mais baseada nos Estados nacionais, mas em organismos supranacionais, principalmente na ONU. Esta nova forma de soberania teria surgido por conta do declínio inexorável e irreversível dos Estados nacionais, principalmente em relação ao seu papel de regulador e planejador da economia. Assim, esta nova soberania vem colada com a “globalização irreversível de trocas econômicas e culturais”. Haveria, nesta nova ordem global, a ausência da noção de dentro-fora ou de centro-periferia. Todos os países fazem parte do império. Portanto, não há, na concepção de império, lugar para a noção de hegemonia.

O império seria, na verdade, uma fase de transição em que a "multidão", de uma maneira quase inconsciente – já que as lutas são incomunicáveis e não elegem um inimigo comum -, vem minando e pondo o império abaixo. A nova ordem que está surgindo tem, segundo a nossa análise feita a partir das considerações dos autores, a ONU como estrutura jurídico-política. A estrutura econômica traz consigo a hegemonia do setor terciário, portanto da produção de conhecimento, informação, cultura, lazer e serviços, e o seu trabalho correspondente – o trabalho imaterial. A sociedade civil estaria representada, em grande parte, pelas ONGs humanitárias. Não podemos deixar de lembrar que todos estes elementos da nova sociedade já estão dados no império; é o desenvolvimento deles, mais a organização da multidão que garantirão, segundo os autores, a derrocada final do império.

A partir dessa longa exposição do que consideramos pontos elementares para o entendimento – mínimo que seja – das concepções de Hardt e Negri sobre a ordem internacional, transformação social e programa político, traçaremos as últimas considerações. Primeiramente, não podemos deixar de ressaltar que os autores se autodenominam comunistas, e esse tem a pretensão de ser um programa para chegar ao comunismo. Os autores deixam isso claro em várias passagens da obra. Outra observação, que deriva desta primeira, é que os esforços dos autores se voltam para a solução da crise que vive a esquerda socialista com a queda do bloco soviético, as mudanças em direção ao mercado financeiro efetuadas pela China, dentre outros fatores; eles tentam refazer o "campo socialista" e, para isso, deslocam o foco do político e da economia política para a filosofia, percorrendo um caminho inverso ao de Marx (Boron, 2002).

Não temos a pretensão de dar conta de todas as implicações das concepções dos autores sobre o império, as lutas sociais e o programa comunista

desenvolvido por eles. Tentaremos fazer, primeiramente, algumas críticas pontuais e, depois, algumas considerações gerais sobre tais concepções.

Uma crítica pode ser direcionada ao otimismo que os autores demonstram em relação às Resoluções da ONU. Não é preciso ser profundo conhecedor dos mecanismos de atuação da ONU para concluir que as resoluções da Assembleia Geral têm valor muito restrito, a não ser que digam respeito aos interesses dos países imperialistas, particularmente dos Estados Unidos. Mesmo o Conselho de Segurança não consegue impor suas resoluções aos países imperialistas; lembremos da “intervenção” no Kosovo e o ataque dos Estados Unidos ao Iraque.

A análise de que as lutas são, hoje, incomunicáveis não resiste a uma observação minimamente atenta; a ausência de um inimigo comum também não. Como podemos explicar, por exemplo, a força e a difusão do movimento “antiglobalização”, a partir de Seattle? Como sustentar a incomunicabilidade das lutas se a figura do subcomandante Marcos é tomada como símbolo não somente para os zapatistas rebeldes, mas para militantes antiglobalização neoliberal no mundo inteiro? Como os zapatistas poderiam ter se transformado em “bandeira” se as lutas não tivessem comunicação? Quanto à falta de um inimigo comum, concordamos com Boron quando este afirma:

Desde o primeiro momento de sua luta o povo de Chiapas não teve dúvida alguma e sabia perfeitamente bem, muito melhor que os nossos autores, quem eram seus inimigos. Conscientes dessa realidade, organizaram um evento, extraordinário sob todos os aspectos, nas profundezas da Selva Lacandona: uma conferência internacional contra a globalização neoliberal, à qual compareceram centenas de participantes procedentes dos mais diversos rincões da terra para discutir alguns dos problemas mais candentes do momento atual. A capacidade demonstrada pelos zapatistas para organizar uma conferência desse tipo refuta, na prática, outras teses de H&N, quando postulam a inexistência de uma linguagem comum idônea para traduzir a que é utilizada nas diversas lutas nacionais para outra língua comum e cosmopolita (p75). As sucessivas conferências que foram realizadas na

Selva Lancadona, além da interminável série de manifestações contrárias à globalização neoliberal e a realização de dois fóruns sociais mundiais na cidade de porto Alegre, demonstram que, contrariamente ao que se alega em *Império*, existe uma linguagem comum e uma compreensão entre as diferentes lutas que se entabulam no mundo todo contra a ditadura do capital (Boron, 2002:34-35).

Outro ponto a criticar nas considerações acerca das lutas sociais potencialmente transformadoras é a noção de cidadania global. Qual o marco institucional da cidadania global? Se a demanda fundamental da multidão para alcançar o status de cidadão global é o direito à livre movimentação ao redor do mundo, o direito à plena cidadania em qualquer país onde “resolva” trabalhar e viver, a quem deve ser feita tal reivindicação senão a Estados nacionais particulares? Pela importância atribuída a algumas entidades da chamada sociedade civil – principalmente às ONGs -, os autores parecem considerar que tais direitos seriam garantidos pela ação destas entidades na defesa da multidão móvel. Mas, ainda que isto fosse possível, não há, no esquema de Hardt e Negri, um marco institucional para garantir tais direitos.

As demandas do programa de transformação de Hardt e Negri têm, na reivindicação por uma renda social garantida, o seu ponto de aproximação maior com a “antiga” socialdemocracia, e evidencia seu caráter reformista; reformista porque esta reivindicação está presente nos programas socialdemocratas e foi atendida em alguma medida na Suécia e em outros países (Boron, 2002: 112). Mesmo atendida em parte, essa renda social mostrou-se incapaz de afrontar o capitalismo ou neutralizar a exploração burguesa; portanto, é uma reforma que se dá nos marcos do capitalismo. Sem dúvida, apresenta-se como um avanço nas relações entre capital e trabalho, mas não é suficiente para pôr em xeque dois dos pilares do capitalismo – a propriedade privada dos meios de produção e o trabalho assalariado.

Através da análise de *Império* e *O Poder Constituinte*, podemos concluir que os autores consideram que o mundo está passando por um momento de “transição” – contínua e sem rupturas – rumo ao comunismo. A partir do uso conceito de trabalho imaterial, a dominação do capital sobre o trabalho aparece como residual. O uso deste conceito vem acompanhado da análise sobre o deslocamento da hegemonia do trabalho industrial para o trabalho no setor de serviços. O trabalho que corresponde aos “novos meios de produção”, representados pela informação, comunicação, cultura, conhecimento, etc., traz consigo mesmo o potencial transformador. Isto porque as características intrínsecas deste trabalho são a cooperação e a interação sociais. Podemos dizer que, ao utilizarem o conceito de trabalho imaterial como um dos fundamentos de suas análises sobre as potencialidades transformadoras que o momento histórico oferece, Hardt e Negri acabam por fazer uma mistura improvável de elementos da teoria da ação comunicativa de Habermas e da teoria de Marx sobre o modo de produção capitalista. Segundo Hardt e Negri, se antes os “velhos e ultrapassados” comunistas reivindicavam o controle dos meios de produção tendo como elemento fundamental as máquinas e equipamentos necessários à produção, hoje o novo proletariado deve também lutar pela reapropriação – ou apropriação – dos meios de produção. Porém, os meios de produção hoje, levando em conta que a produção é “imaterial e biopolítica”, incorporam, além das máquinas, comunicação, informação e conhecimento. Citando Boron:

Como se relacionam o conhecimento, a informação, a comunicação e os afetos com os meios “clássicos” de produção e os materiais que ainda requerem para produzir a maior parte dos bens necessários para sustentar a vida neste planeta? Tais segmentos ou instrumentos encontram-se disponíveis para qualquer um? O conhecimento, a informação e a comunicação são capazes de circular livremente através de todas as classes, estratos e grupos do império? (Boron, op.cit., 117).

E mais:

...devemos supor que os donos e/ou quem controla esses novos, muito complexos e custosos meios de produção irão ceder pacificamente sua propriedade e seu controle sobre os mesmos, jogando fora os próprios fundamentos de sua riqueza e de sua dominação política? Por que procederiam desta maneira, inédita na milenária história das lutas de classes? Seriam levados a agir deste modo porque seus corações se enterneceriam perante a visão luminosa da multidão autocosntituída, marchando jubilosamente para a sua libertação? Se não é este o caso, qual seria a recomendação que poderiam fazer nossos autores ante a inevitável intensificação da luta de classes e da repressão política que seguramente desencadeariam as iniciativas emancipatórias da multidão? (Boron, 2002:118).

Boron considera que os problemas da análise de Hardt e Negri estão no ponto de partida para o delineamento da nova ordem internacional, baseado na incorporação de elementos da “teoria” da globalização, refutando o imperialismo, e a utilização da idéia de “multidão” – uma categoria sociologicamente amorfa -, em detrimento do conceito de classes. Quem faz parte dessa multidão? Acaso os empresários, os megainvestidores, todos fazem parte da multidão? Não há a diferenciação necessária para estabelecer quais os atuais conflitos de classes.

O fundamento para que Hardt e Negri neguem a existência – ou a persistência – do imperialismo é a convicção do fim dos Estados nacionais. Se não há mais Estados, não há lógica em afirmar um imperialismo estadunidense ou europeu. Assim, o império não é nem estadunidense, nem europeu, nem os dois simultaneamente, mas simplesmente capitalista, supranacional. Se as multinacionais – agora chamadas de transnacionais – mantêm e expandem seu poder, como explicar o fim dos Estados-nação? Implicitamente, os autores respondem que as companhias não teriam mais vínculos com seus Estados, não teriam mais nacionalidade. Ora, uma rápida verificada no “mundo real” desmonta tal argumento em relação às empresas multinacionais. Das 500 maiores empresas do mundo, 244 são estadunidenses, e 173 são européias. Ou seja, 83% das maiores empresas do mundo estão concentradas nos Estados Unidos e na Europa. Em relação às organizações financeiras, das 13 maiores, 11 são estadunidenses e

as outras duas são da Europa<sup>19</sup>. As multinacionais japonesas, que muitas vezes foram apontadas como ameaça ao domínio econômico das potências imperialistas, têm diminuído sua influência. Se, no início da década de 1990, entre as 500 maiores figuravam cerca de 70, ao seu final somente 44 estão nesta seleta lista<sup>20</sup>. As multinacionais não são companhias sem Estado; é para os países-sede que os vultosos lucros são enviados e onde são feitas as pesquisas tecnológicas e de novos produtos, normalmente com o subsídio de seus respectivos Estados.

O imperialismo se caracteriza pela dominação, controle e exploração por parte das classes dominantes de um Estado-nação sobre outros Estados-nação; sobre seus recursos, seus mercados e sua cultura. Segundo James Petras, “A principal função do Estado imperialista é dominar de tal modo que as suas multinacionais possam florescer”<sup>21</sup>. Não entendemos que essa lógica de dominação em escala mundial tenha sido superada por uma ordem global, baseada em um poder supranacional e consensual.

Resta-nos perguntar qual é a concepção de comunismo presente nas análises de Hardt e Negri. Esta noção não está explícita, mas tentaremos extrair algumas considerações sobre este assunto dos elementos apresentados e de críticas feitas por Lessa (2002) à noção de trabalho imaterial. Lessa (2002) considera que Hardt, Negri e Lazzaratto<sup>22</sup> dissolvem a noção de comunismo numa espécie de “estilo de vida”. Segundo sua análise das últimas obras de Negri e colaboradores, qualquer pessoa pode viver como comunista dentro da ordem capitalista. Para Lessa, a revolução é substituída por uma “ética comunista”

---

<sup>19</sup> Os dados foram citados por James Petras, “Imperialismo: presente, passado e futuro”. *Revista Confidencia*”, Uruguai, março de 2001. Esse artigo está publicado também no site [www.galizacig.com](http://www.galizacig.com), que foi consultado em março de 2003.

<sup>20</sup> Idem.

<sup>21</sup> Ibidem.

<sup>22</sup> Lazzaratto está incluído aqui porque Lessa faz a crítica do conceito de trabalho imaterial, que está presente tanto em obras em que Negri tem como colaborador Hardt, como Lazzaratto.

desenvolvida pelos operários-máquina<sup>23</sup>, forjados pelo trabalho imaterial. Segundo sua concepção, o embate entre diferentes estilos de vida se desenvolve no interior de uma “revolução permanente” que não permite rupturas:

A “revolução permanente” deixa de ser *revolução*, isto é, ruptura, para ser ‘permanente’, cotidiana: revolução e continuidade passam a ser sinônimos. Afirmam com todas as letras, portanto não é uma questão de interpretação: a continuidade é a marca da afirmação do ‘poder constituinte’ ao longo da história (PC-284,379).

Nenhuma surpresa, portanto, quando afirmam que “as teorias e mitos socialistas da transição ruíram completamente” (LD-266-7). E, muito menos, quando adiantam uma nova “*definição do conteúdo do comunismo*” (MBM-159): “Comunismo não é nem a teleologia do sistema capitalista nem sua catástrofe” (MBM-165; cf. tb. LD-17 e PC-392). “*O comunismo tem a forma da subjetividade, comunismo é uma práxis constituinte* (MBM-163) que *constitui um modo de produção, (...) [o] modo de produção comunista*” (MBM-167) (Lessa, 2002:116/117)<sup>24</sup>.

Não podemos afirmar com precisão, através da análise de *Império*, que os autores entendem o comunismo como estilo de vida, mas podemos dizer que tal idéia não pode ser totalmente descartada; isto porque não é dado à palavra comunismo nenhum conteúdo preciso na referida obra. Os autores se autodenominam comunistas, estão no campo daqueles que têm se esforçado para dar um rumo à esquerda mundial, para elaborar um programa socialista/comunista que incorpore as críticas ao modelo soviético e do Leste da Europa; porém, não dão realmente um conteúdo ao “novo comunismo”. Podemos, apenas, tirar algumas conclusões: este novo comunismo tem um componente anarquista, na medida em que prescinde de qualquer necessidade de conquista do poder de Estado – e do próprio Estado na sua organização. Ou seja, o comunismo de Hardt

<sup>23</sup> Lessa afirma que Negri e colaboradores consideram que a subordinação do operário à máquina está superada sob o trabalho imaterial, e hoje estes elementos formariam uma integração harmônica. É este operário-máquina (cyborg) que traz consigo a possibilidade do comunismo na atualidade.

<sup>24</sup> As letras entre parênteses referem-se às iniciais das obras de Hardt, Negri e Lazzarato, seguidas da página citada. Assim, PC refere-se a *Poder Constituinte*, de Hardt e Negri; MBM, a *Marx Beyond Marx*, de Negri e LD a *Labor of Dionysus*, de Hardt e Negri.

e Negri é, sem dúvida, direto, construído dentro da ordem capitalista e pelos próprios agentes – a multidão.

### **3.2 - Alain Bihl e o sindicalismo revolucionário sem insurreição**

Se em Hardt e Negri a revolução política é substituída por uma ética comunista e uma Constituição Global, em Bihl uma suposta “revolução tecnológica”, baseada na microeletrônica, oferece as bases para a transformação da sociedade capitalista. Seu programa se baseia num retorno ao sindicalismo revolucionário – portanto ao anarco-sindicalismo -, porém sem greve geral insurrecional. Esse autor considera que o aumento da produtividade advindo da revolução tecnológica pode ser usado pelo movimento operário para atender aos seus interesses históricos. Como podemos notar, o programa de Bihl reserva para o sindicalismo papel fundamental; tanto que o movimento operário é, na verdade, reduzido ao sindicalismo de características revolucionárias.

A idéia geral de Bihl é que a partir de alguns objetivos ou reivindicações “realizáveis” do ponto de vista do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, o movimento operário chegaria a outros, estratégicos para a construção do comunismo. Assim, alguns objetivos a serem perseguidos pelo movimento operário podem servir de “escada” para alcançar objetivos estratégicos que levam ao comunismo. Para tanto, o sindicalismo deve abandonar qualquer influência socialdemocrata ou marxista e retomar elementos do sindicalismo revolucionário do século XIX.

Alain Bihl considera que houve uma espécie de “embate” entre dois modelos de movimento operário e que, no período que compreende o final do século XIX e antes da Primeira Guerra Mundial, o movimento operário de característica socialdemocrata se desenvolveu e, principalmente depois da

Segunda Guerra, venceu o chamado sindicalismo revolucionário. A noção de modelo de movimento operário é utilizado pelo autor como

uma certa configuração deste, caracterizada ao mesmo tempo por formas organizacionais, institucionais e ideológicas determinadas, assim como seu arranjo de acordo com uma estrutura característica. Essas formas e esse arranjo correspondem sempre a uma estratégia dominante na luta de classe do proletariado, uma concretização histórica particular de seu projeto de emancipação, em relação a um aspecto particular da luta de classes, dando nascimento a uma forma original de desenvolvimento do capitalismo (Bihr, 1998:19).

No modelo socialdemocrata de movimento operário – ou de sindicalismo, que é do que de fato o autor trata -, a conquista do poder de Estado pelo proletariado aparece como condição fundamental para a emancipação. Assim, a revolução política é a via por excelência para a transformação da sociedade capitalista. Segundo o autor, a estratégia de emancipação que acompanha esse modelo de sindicalismo é resumida na máxima “*emancipar-se do capitalismo de Estado, emancipando o Estado do capitalismo* (Bihr, 1998:20)”.

Haveria, no interior deste modelo, duas vertentes: uma reformista e uma revolucionária. A reformista apresenta como “limite de projeto” reformas como nacionalização dos principais monopólios, algum controle sobre os grupos financeiros, organização da assistência social pelo Estado, atenuação da exploração dos trabalhadores através de legislação favorável, entre outras. Essa vertente tem como característica a tentativa de aliança – ou, nas palavras do autor, compromisso – com frações progressistas da burguesia, e a conquista do poder de Estado deve se dar pela via eleitoral. Já a vertente revolucionária, “visa a expropriação da burguesia e de seus aliados (as outras classes proprietárias) pela estatização do conjunto dos meios de produção, destinada a lançar as bases de um desenvolvimento autocentrado, planejado pelo aparelho de Estado (Bihr, p.21)”. Nesse caso, o poder de Estado é tomado através de uma ruptura violenta, de uma insurreição.

Como podemos notar, Bihr coloca, no mesmo modelo de movimento operário a socialdemocracia e o leninismo. Talvez isso o leve a alguns erros de avaliação em sua proposta para o movimento operário atual, a qual analisaremos mais adiante. Ele faz essa junção num mesmo modelo porque entende que ambas as vertentes estão unidas por um “fetichismo do Estado”, apesar das diferenças de concepção entre elas. Em sua avaliação, a vertente socialdemocrata apresenta o Estado como uma entidade neutra, como um instrumento que pode ser usado tanto pela classe dominante quanto pelo proletariado. Já a vertente leninista ou revolucionária vê o Estado como uma entidade transcendente, que pode resolver as “contradições inerentes à acumulação do capital” (Bihr:22). Segundo o autor,

Nos dois casos, a inerência do Estado ao capital como relação social é ignorada, ao mesmo tempo que o próprio papel que ele desempenha na reprodução dessa relação (portanto na manutenção das relações capitalistas de exploração e de dominação) é ocultada (Bihr:22).

Nesta passagem depreendemos que o autor vê a relação Estado/capital como inerente, não distinguindo assim o Estado capitalista de outros tipos. O Estado aparece como relação social, não como uma estrutura jurídico-política associada a um modo de produção específico. Não há a possibilidade, de acordo com a lógica desenvolvida por ele, de uma sociedade socialista com a presença de um Estado, que poderíamos chamar de socialista. Ao seguirmos logicamente essa análise, notamos que a transformação não pode se dar senão ao largo do Estado e, mais do que isso, a transformação não pode permitir continuidade de nenhum tipo de Estado. Notamos, desde já, a filiação do autor com uma espécie de anarquismo; relação esta que será mais explicitada quando da análise de suas propostas para o movimento operário atual.

A organização do modelo de movimento operário se dá através de sindicatos, partidos políticos e outros movimentos cooperativos e mutualistas. O

sindicalismo e outros movimentos cooperativos e mutualistas, para o movimento operário socialdemocrata tem importância na organização e na mobilização da classe operária, mas apresentam limites que são ultrapassados pelo partido político. Assim, segundo sua análise, o sindicalismo e outros movimentos cooperativos e mutualistas estão sob tutela do partido; este sim capaz de tomar ou assumir o poder de Estado.

A alternativa derrotada de modelo de movimento operário foi o sindicalismo revolucionário. Este foi, segundo Bihr, a única alternativa ao modelo socialdemocrata dominante que o movimento operário ocidental desenvolveu historicamente. O anarco-sindicalismo – termo que o autor rejeita – tem na estratégia a principal diferença em relação ao sindicalismo socialdemocrata. Esta é uma diferença óbvia, já que a estratégia revolucionária anarquista se volta contra o Estado e se caracteriza pela ação direta.

A greve é, sem dúvida, a principal forma de ação do sindicalismo revolucionário, mas não somente, segundo Bihr. Além dela, a sabotagem, o boicote a patrões considerados mais severos, a emissão de selo de qualidade para produtos de fábricas cujos patrões são mais maleáveis, a agitação e a manifestação também estão presentes. Estas formas de ação se voltam principalmente contra os patrões e contra o Estado, seu aparelho de dominação. São as formas de organização que nascem espontaneamente do proletariado, como as cooperativas e movimentos mutualistas e sindicatos, que são privilegiadas pelo sindicalismo revolucionário; e as organizações sindicais são as principais formas de inserção política para esse modelo de movimento operário.

As organizações sindicais, ao se constituírem como principal forma de organização do proletariado, são concebidas de maneira bastante diferenciada do modelo socialdemocrata. Segundo o autor, enquanto neste modelo, o sindicato tem como limite a defesa dos interesses imediatos, o sindicato revolucionário se

apresenta mais como um embrião da sociedade transformada – a sociedade anarco-comunista. O sindicato seria, nesta nova sociedade, o órgão de direção, de administração e de controle da produção e da vida social. O sindicato revolucionário deve se preparar para uma revolução; revolução esta que se dará através da greve insurrecional. A greve geral insurrecional não é simplesmente a parada total do trabalho, mas a oportunidade de derrubar o capitalismo; e abre espaço para a “reapropriação coletiva e direta dos meios de produção” e para “instaurar, sobre essa base, uma democracia direta dos produtores associados (Bihr, 1998:28)”.

O fato é que, segundo o autor, do embate entre os dois modelos, o socialdemocrata saiu vencedor. E venceu principalmente devido ao que Bihr chama de “impregnação do fetichismo do Estado no seio do proletariado (Bihr:32)”. A difusão desse fetichismo do Estado é favorecida pelas características do Estado capitalista. A aparência de estar acima das classes, de representar a união social contribui para essa difusão. O autor tenta traçar a maneira como a ideologia burguesa penetrou no movimento operário, enfatizando, primeiramente, o papel dos aparelhos ideológicos, como a escola e a imprensa. Além desses mecanismos diretos, houve o que ele chama de “legalização debutante” (idem:31) do movimento operário, que corresponde ao reconhecimento do direito de greve e de coalizão, o desenvolvimento dos direitos trabalhistas e da assistência social. Essa legalização teria formado o consenso da superioridade da via pacífica para a resolução dos embates entre trabalhadores e empresários, e entre trabalhadores e Estado. Assim, concluímos que, para que o sindicalismo revolucionário triunfasse seria necessário que as condições de trabalho não obtivessem nenhuma melhora, mesmo que isso ocorresse depois de muita luta do movimento operário, algumas dramáticas. Aparentemente, o sindicalismo revolucionário não entende essas conquistas – legislação trabalhista, assistência social, direito de greve – como sendo do proletariado, pelo menos segundo a visão de Bihr, mas apenas como manobra de cooptação da burguesia e de seu representante político – o Estado.

Mas a penetração da ideologia dominante do Estado como representante da unidade nacional e da impessoalidade de seu poder político não seria possível, segundo a análise de Bihr, sem a colaboração dos intelectuais marxistas ligados ao movimento operário.

Foi essa hegemonia [de frações de classe burguesas que mantêm aliança com o proletariado] que, desde o último quartel do século passado, com a cobertura da ideologia socialista (em toda a diversidade de suas variantes, mas principalmente a de inspiração marxista), as elites políticas do *staff* administrativo e seus ideólogos orgânicos procuraram garantir para si. Foram eles que, forjando uma teoria política *ad hoc*, impuseram a idéia de que a emancipação do proletariado passa pela via da conquista e do exercício do poder de Estado. Foram eles que, em ligação com a "burocracia operária" nascente no seio dos movimentos cooperativos e mutualistas, mas também das organizações sindicais, suscitaram a formação dos partidos socialistas ou social-democratas, tomando evidentemente sua direção e cuidando de subordinar-lhes esses movimentos e organizações. Enfim, foram eles que, certos de sua "ciência socialista" da sociedade e da história, justificaram o conjunto desse processo de captação do poder pelos pretensos "intelectuais revolucionários" (isto é, por seus pares), únicos aptos a guiar o proletariado em sua luta de classe, por serem os únicos capazes de lhe fornecer uma consciência de classe adequada (Bihr: 33).

Como podemos notar, o autor lamenta que o movimento operário tenha sofrido influência do marxismo e entende que, se não fosse esta nefasta influência, não teria vicejado a ideologia dominante no seio do proletariado. Assim, não traça nenhuma linha unindo o modelo de sindicalismo adotado pelo ocidente após a Primeira Guerra e, principalmente, após a Segunda como fruto da conjuntura política e econômica a que os operários estavam submetidos. Parece entender o modelo de movimento operário - e mais especificamente sindical - como descolado da realidade em que está inserido. Além disso, acaba por subestimar a capacidade de luta do proletariado, ao colocar as conquistas como fruto simplesmente do ato

intencional de cooptação empreendido pelas classes dominantes através do Estado.

A socialdemocracia foi um dos pilares do sindicalismo e do movimento operário ocidental desde a Primeira Guerra; outro pilar foi o fordismo/taylorismo. Segundo sua análise, o movimento operário seria orientado ideologicamente pela socialdemocracia, principalmente pelo que o autor chamou de estatismo, deixando de lado a ação direta e o confronto espontâneo em troca de organização sindical e institucionalização do conflito de classe. Por outro lado, o chamado “compromisso fordista” fez com que o proletariado abrisse mão do que o autor chama de “aventura histórica” – a luta pela revolução, pela transformação da sociedade capitalista em sociedade comunista – em favor de sua seguridade social, caracterizada não somente pela assistência social, mas também pela satisfação de interesses de classe mais imediatos, como uma relativa estabilidade no emprego, uma redução relativa na jornada de trabalho, etc.. Dessa forma, o compromisso fordista aparece como uma trégua no conflito de classes em troca do atendimento de interesses imediatos do proletariado, tendo o Estado como mediador do compromisso.

O “compromisso fordista” não foi algo explicitamente acordado entre partes plenamente conscientes, mas imposto pela própria dinâmica do sistema capitalista naquele momento. Segundo Bihl, o taylorismo, através da separação entre as tarefas de execução e concepção, e o fordismo, com a crescente mecanização do processo de trabalho, impôs um regime de acumulação intensivo, baseado no crescimento constante dos ganhos de produtividade. Essa acumulação intensiva levou à crise de superprodução da década de 1930. Tal crise pôs em evidência que esse regime de acumulação só estaria livre de atropelos se fosse seguido por um crescimento proporcional dos salários. Estas são as bases para o chamado compromisso fordista descrito pelo autor.

O modelo de desenvolvimento capitalista que o compromisso fordista trouxe, segundo o autor, transformou profundamente a condição proletária. Este desenvolvimento teria feito surgir o operário-massa, ou seja, promoveu a massificação do operário através de vários movimentos: a migração, principalmente de áreas rurais para urbanas, que desterritorializa uma massa considerável de operários; a integração via consumo de massa; a desqualificação do trabalho pela mecanização e parcelização das tarefas, fazendo com que houvesse uma privatização do modo de vida proletária e a atomização do proletariado. Enfim, o proletário passou de produtor coletivo para consumidor individual. Porém, esse movimento de massificação do proletariado é contraditório. Enquanto há um desenraizamento provocado pela intensa mobilização/urbanização, há um reagrupamento através dos conjuntos habitacionais operários e da concentração fabril. Ao mesmo tempo em que a massificação colabora para a dissolução da identidade, que antes estava ligada ao lugar e ao ofício, promove laços de solidariedade mais amplos, lançando as bases para a construção de uma nova identidade.

As contradições que o regime de acumulação fordista carrega levam-no à crise, segundo Bihr. Esta crise, além de seus componentes econômicos estritos, como a diminuição dos ganhos de produtividade, uma certa saturação do consumo, a elevação da composição orgânica do capital e o aumento do trabalho improdutivo – sempre segundo o autor –, que levam à diminuição da taxa média de lucro, há um componente de revolta do operário-massa. Segundo o autor, esta revolta se dá de duas maneiras: uma maneira individual, que se caracteriza pela fuga do trabalho e da produção, através da retomada de formas pré-capitalistas de produção, de pequenos trabalhos ocasionais, etc., e uma forma coletiva, de luta pela reconquista de algum poder sobre o processo de trabalho.

Esta revolta do operário-massa teria gerado uma separação entre os sindicatos e partidos do modelo fordista e a ala mais agitada e exigente do

proletariado. Com isso, o sindicalismo e os partidos socialdemocratas foram perdendo terreno na representação dessa nova e crescente parcela do proletariado ocidental, muitas vezes defendendo os interesses do capital em detrimento dos interesses do próprio proletariado. Essa revolta teria se dado no final da década de 1960 e início da de 1970, e sem a ajuda e apoio das organizações do movimento operário social-democrata. Segundo Bihr, tal revolta colocava em evidência elementos do sindicalismo revolucionário, como a ação direta, a auto-atividade dos trabalhadores e o espontaneísmo:

De modo mais amplo, essas lutas proletárias testemunhavam a vontade de “viver de outra maneira”, o desejo de inventar novas relações sociais, baseadas na igualdade dos indivíduos e na solidariedade social, incorporando valores dos ‘novos movimentos sociais’ que igualmente surgiram na época, sempre na esteira das lutas proletárias (Bihr, 1998:63).

Porém, essa revolta fracassou, e, segundo o autor, fracassou em alguma medida devido ao papel contra-revolucionário desempenhado pelas organizações socialdemocratas do movimento operário. O movimento – ou a revolta – enfrentou o isolamento e acabou por se fechar em questões específicas; e a responsabilidade das organizações sindicais tradicionais esteve na incapacidade de fornecer o apoio organizacional e institucional de que o movimento necessitava. Resumindo: o movimento operário socialdemocrata “não entendeu” a revolta, de acordo com a análise de Bihr.

A crise, caracterizada como estrutural pelo autor, fez com que o capital empenhasse esforços para construir uma nova ordem produtiva - esta seria a única saída capitalista para a crise instalada desde o final da década de 1960. Nesta nova ordem produtiva deveria constar uma nova forma de exploração e dominação do trabalho, com a implantação de uma nova tecnologia, novas maneiras de organizar o processo de trabalho, novas formas de contrato de trabalho, de integração do trabalhador, etc..

É nesta perspectiva de saída capitalista para a crise que se insere a desconcentração das grandes indústrias, a informatização da produção e a conseqüente mudança nas formas de organização do trabalho, que forçaria a necessidade de uma certa polivalência por parte dos operários, e a denominada flexibilização tanto da fábrica quanto do processo de trabalho. Dessa forma, o fordismo foi superado por uma nova ordem produtiva.

Porém, a crise do fordismo não se restringe ao processo produtivo. Assim como, para a sua consolidação, o fordismo dependia de um determinado padrão de consumo, assegurado pelo compromisso fordista, a sua crise traz conseqüências para este padrão de consumo das classes trabalhadoras. Assim, além da nova ordem produtiva, faz-se necessário, do ponto de vista do capital, uma nova ordem social de consumo. Segundo a análise de Bihr, as tentativas de mudanças no padrão de consumo por parte do capital colaboram para o processo de fragmentação do proletariado.

A construção dessa nova ordem social de consumo contém duas dimensões: a do consumo privado e a do consumo público. Na perspectiva do consumo privado, para uma superação capitalista da crise é necessário que se abram novos mercados e novas demandas, sempre articulados às novas tecnologias, à nova ordem produtiva - informatizada e flexível. A mudança – para o autor considerada fundamental pra uma saída capitalista da crise – encontra vários obstáculos. A expansão dos mercados está barrada pela política imediata de austeridade praticada pelos países ocidentais a partir do final da década de 1970. Outro obstáculo importante à mudança no padrão de consumo, e que é fundamental para a construção da estratégia de luta do proletariado desenvolvida pelo autor, é a falta de uma redução significativa do tempo de trabalho. Isso porque, segundo Bihr, o consumo dos novos produtos e serviços desenvolvidos pela nova ordem produtiva exige tempo livre.

Se do ponto de vista do consumo privado as mudanças, segundo sua análise, estão travadas por alguns obstáculos, do ponto de vista do consumo de bens públicos elas avançaram e avançam mais rapidamente. A substituição do Estado pelo mercado nas áreas sociais – educação, saúde, assistência – tem tido desenvolvimento mais marcante. Ainda que, do ponto de vista do capital, essas mudanças no consumo público sejam consideradas tímidas, já que não permite a saída por completo do Estado dessas áreas, criando sempre um atendimento de dupla ou tripla face, do ponto de vista do proletariado, tais mudanças colaboram para a sua instabilidade e fragmentação, separando ainda mais trabalhadores estáveis e garantidos pela legislação de trabalhadores instáveis e desempregados.

Pois bem, diante da crise e da resposta do capital, o desafio para o movimento operário internacional é voltar a ser uma força social autônoma. Para que isso aconteça, Bihr entende que esse deva colocar-se objetivos que tenham duas dimensões, ou duas naturezas: uma natureza realista e outra de perspectiva de longo prazo, que leve ao comunismo. Os objetivos a serem perseguidos pelo movimento operário devem, assim, levar em conta a crise no sindicalismo gerada pela crise do modelo fordista-taylorista de produção e pela fragmentação do proletariado, traduzindo esses desafios em “reivindicações dignas de credibilidade (Bihr:186)”; dignas de credibilidade junto aos trabalhadores, capazes de mobilizá-los, de devolver-lhes a esperança e reativar a luta de classes. Ao mesmo tempo, as reivindicações devem apontar para uma perspectiva transformadora. “(...) através das lutas parciais e pontuais destinadas a concretizá-los [os objetivos realistas] imediatamente, impulsionar um processo de ruptura com o capitalismo (idem)”.

Bihr coloca alguns objetivos que o movimento operário deve perseguir e que têm potencial transformador. O núcleo desses objetivos está na diminuição em massa, rápida e abrangente da jornada de trabalho e na instituição de uma renda

social garantida para todos. A partir desses dois amplos objetivos, o movimento operário poderia chegar a outros, compondo um programa comunista.

O movimento operário deve, segundo a estratégia desenvolvida por Bihr, aproveitar-se das tendências à diminuição do tempo socialmente necessário e ao aumento de produtividade fornecidas pelas novas tecnologias baseadas na eletrônica para trazê-las para o seu lado, forçando uma redução em massa da jornada de trabalho. Essa redução geral e em massa da jornada de trabalho permitiria a reintegração de todos os trabalhadores e a superação da divisão social do trabalho, conseguida com o processo de formação permanente que o tempo livre é capaz de fornecer.

A jornada de trabalho não seria necessariamente contada por horas/dia trabalhadas, mas por períodos, deixando os trabalhadores livres para escolherem períodos sabáticos de acordo com suas necessidades. O trabalho se tornaria, assim, uma atividade intermitente. Para esses anos sabáticos, o movimento operário deve lutar por uma renda social garantida, que se diferiria em muito das políticas desenvolvidas pelos governos atuais para compensar o desemprego provocado pela reestruturação produtiva e pelas reformas neoliberais. Essa renda social garantida seria igual ao salário pleno do trabalhador, tirando o sentido forte do termo salário e apresentando-se como a parte da riqueza social a que cada indivíduo tem direito. Através destes dois objetivos, o movimento operário romperia com o produtivismo, com a divisão social do trabalho, com o culto do trabalho e com o caráter mercantil da força de trabalho, presentes no sistema capitalista.

Outro grande objetivo a ser perseguido pelo movimento operário é a reorientação da produção social, que levaria em conta o que produzir e como produzir. Essa reorientação deve considerar quatro critérios: o critério ecológico, o da economia de trabalho necessário, o critério da utilidade social e o da

cooperação internacional. O objetivo estratégico dessa reorientação produtiva é impor limites ao desenvolvimento das forças produtivas, empurrando-as para um sistema democrático integrado no plano mundial.

A reorientação produtiva deve vir acompanhada de uma descentralização e de uma desconcentração do aparelho produtivo para que possa acontecer. Estas descentralização e desconcentração priorizam o desenvolvimento local e a autogestão e lutam contra o gigantismo industrial e urbano. Para atingir tais objetivos, o movimento operário deve, segundo a lógica de Bihr, aproveitar-se dos planos de reestruturação para impor contraplanos ou planos alternativos, buscando também a redução do tempo de trabalho.

A esses três objetivos – a redução em massa, rápida e geral da jornada de trabalho, a instituição de uma renda social garantida e a reorientação da produção – associa-se um quarto objetivo: a construção de uma “sociabilidade alternativa”, que visaria a passagem de uma democracia política e formal, presente no capitalismo, para uma democracia social, que deve existir na vigência de uma sociedade comunista. Os objetivos para se chegar a essa sociabilidade alternativa são dados pelo autor:

*fazer o maior campo possível de relações sociais e de práticas sociais escapar da influência do capital e, mais precisamente, de suas duas mediações principais, que são o mercado (as relações mercantis e monetárias) e o Estado (as relações burocratizadas do aparelho de Estado);*

*Prefigurar e preparar as condições institucionais mas também psicológicas da sociedade comunista, concebida como ‘livre associação de indivíduos livres (Marx), ampliando o campo tanto da soberania individual (o campo aberto ao projeto existencial de cada um) quanto a soberania coletiva, da auto-organização cooperativa das tarefas coletivas (Bihr:202).*

O autor reconhece que, nesse processo de “transição” para uma democracia social, muitas das experiências alternativas podem ser apropriadas pela lógica capitalista, formando assim uma sociedade dual, em que uma experiência tenha

conteúdos diferentes. Para que isso não ocorra ou passe a ter caráter marginal, o movimento operário deve simplesmente ocupar terreno, disputar a hegemonia dessas experiências, transformando a disputa pelo conteúdo dessas práticas alternativas em luta de classes. Não podemos deixar de notar semelhanças com as concepções dos militantes e intelectuais ligados às ONGs denominadas progressistas. Ou seja, não importa o caráter estrutural dessas experiências, por exemplo, o fato de contarem com financiamento de governos ou organismos internacionais conectados ao modelo neoliberal (como ocorre com as ONGs); a simples disposição dos agentes pode transformar essa realidade e levar essas experiências a um patamar político mais elevado na luta pelo socialismo – no caso de Bihr – ou da democratização das relações sociais indistintamente – no caso dos envolvidos com ONGs.

A estratégia para atingir os objetivos propostos está, de uma maneira geral, dada no próprio título do livro. O autor propõe a substituição da “*Du ‘Grand Soir’*”, expressão francesa que significa, a rigor, a revolução política, pela “*alternative*”, que, no caso, é uma espécie de sindicalismo revolucionário de novo tipo, sem greve geral revolucionária e sem revolução. O autor coloca a revolução política como um mito com o qual a sua estratégia rompe. Para tanto, a sua estratégia, que afastaria o “mito” da tomada do poder pelo proletariado, está baseada em três elementos gerais: o aproveitamento ilimitado das “brechas” que o sistema capitalista oferece, o desenvolvimento de “contrapoderes” através de “contraprojetos” ou projetos alternativos, e a destruição do Estado, através da substituição gradativa da democracia representativa pela democracia direta.

Não há limites para tirar proveito das contradições do desenvolvimento capitalista. Nas palavras do autor:

Ao trabalhar assim, a *intercomunicação universal* de todos os elementos da atividade social, a apropriação capitalista da práxis social cria tanto as condições

objetivas quanto as subjetivas da emergência de uma verdadeira *comunidade humana*, englobando a totalidade da espécie (Bihr:216).

A partir desta constatação, Bihr considera que o movimento operário deve conduzir a “socialização da sociedade” ao seu fim, fazendo-a escapar das lógicas mercantil e estatal prevalentes no capitalismo. Essa socialização alternativa deve ser seguida não somente na esfera do trabalho, mas em todas as esferas da atividade social. Essa nova socialização deve se pautar pela democracia direta, associativa e de autogestão. O autor dá algumas pistas da sua afinidade com as propostas de autogestão e cooperativismo que têm encantado alguns sindicatos, especialmente os da CUT:

Por exemplo, o desenvolvimento de redes de empresas alternativas, mantendo entre elas relações de cooperação, permitiria limitar muito a divisão mercantil do trabalho. Do mesmo modo, inserindo-se em redes de associações gerindo planos inteiros da atividade social fora do trabalho, a democracia social arrancaria o indivíduo de seu isolamento e de seu fechamento em si mesmo (Bihr:217).

A simples constatação das contradições que o sistema oferece não é suficiente, nem mesmo para Bihr. O movimento operário deve tomá-las de maneira metódica, deve fazê-las aparecer para voltá-las contra o próprio sistema. Assim, Bihr chega à segunda parte de sua estratégia: a construção de contrapoderes.

Para definir o que é um contrapoder, o autor parte de uma definição de poder político. Esta definição não está baseada no marxismo, mas nas obras de Weber e, mais recentemente, de Galbraith (1989). Ou seja, sua definição de poder político está ancorada na preocupação com a legitimidade.

Seja como for, todo poder político nele compreende três momentos: um momento de *violência*, atual e/ou potencial, que mantém submetidos os dominados, que os “impressiona”; um momento de *administração* das práticas sociais, que consiste em fixar e/ou controlar suas finalidades e modalidades; enfim, um momento de

*legitimação*, que visa a obter dos dominados que eles consintam ativamente sua própria dominação, apresentando-a para eles como necessária e afável ao mesmo tempo (Bihr:119-120).

Partindo da interpretação dessa definição, Bihr conclui, então, que o poder político ultrapassa o Estado; que o Estado não concentra em si a totalidade do poder político. Sendo assim, no máximo, o nó górdio do poder político numa sociedade qualquer.

O segundo passo é a definição do que seria um contrapoder:

Com base nisso, um contrapoder pode definir-se como uma estrutura (uma organização ou uma instituição) autônoma em relação ao **poder político**, isto é, capaz de contestar na prática sua monopolização da força social. [...] Em resumo, trata-se de *uma estrutura capaz de provocar dissidência ou secessão no seio da sociedade* em relação ao poder político "oficial". Semelhantes estruturas não podem nascer senão de *uma luta contra o poder existente*, a fim de limitar suas prerrogativas e de permitir a reapropriação de sua força social pelos membros da sociedade. Portanto, de uma socialização do poder político, que visa em última análise, à sua dissipação (idem: 220, grifo nosso).

Notemos que, se anteriormente o autor afirmava que o Estado é apenas uma forma particular de poder político, na sua definição de contrapoder, no entanto, Estado e poder político se identificam. Ainda de acordo com a sua concepção, o poder político, em alguma medida, encontra-se no Estado, representado por suas instituições. Aparentemente, assim, o conceito de poder político não é reportado às relações e práticas de classe, como desenvolvido por Poulantzas em *Poder Político e Classes Sociais*. A análise sobre o poder desenvolvida por este autor, que pode ser considerada um bom exemplo de análise marxista do poder político, parte de uma delimitação baseada nas próprias obras de Marx e Engels: o poder se reporta às relações das classes em luta. O poder é apresentado como um efeito das estruturas econômica, política e ideológica sobre essas relações. Considera Poulantzas:

O conceito de poder não pode assim ser aplicado a um nível de estrutura: quando se fala, por exemplo, de *poder de Estado*, não se pode indicar com isso o modo de articulação e de intervenção do Estado nos outros níveis da estrutura, *mas sim o poder de uma classe determinada*, a cujos interesses o Estado corresponde, sobre outras classes sociais (Poulantzas, 1977:97-98).

A construção de contrapoderes na sociedade capitalista e um contrapoder alternativo de maneira global - contra o capital – estaria, segundo Bihr, de acordo com as possibilidades oferecidas pelas contradições do próprio sistema. O desenvolvimento de um contrapoder pelo proletariado se daria em três fases, ou etapas: Numa primeira etapa, ações e práticas localizadas e pontuais, que se baseariam numa “*autogestão pelos trabalhadores de suas lutas*, permitindo sua auto-organização progressiva em redes autônomas federando coletivos de base (nas empresas, nos bairros, nas localidades) (Bihr:222)”. Uma segunda etapa contaria com a multiplicação e coordenação das experiências citadas acima. Nesta segunda fase, segundo o autor, o proletariado criaria, progressivamente, um duplo poder na sociedade capitalista. Ou seja, a multiplicação – sem limites, na análise de Bihr – de experiências de autogestão em vários níveis, e a sua coordenação em redes teriam o poder de criar as bases de uma sociedade alternativa à capitalista. Fato que levaria à última etapa – da ruptura revolucionária -, com o desmantelamento do aparelho de Estado e o florescimento de uma sociedade autogerida. Notemos que o autor não conta com nenhuma reação a essa sociedade alternativa, construída a partir de experiências de autogestão coordenadas.

A ruptura que descreve Bihr não conta com nenhum momento insurrecional, nenhuma tomada do Estado. Ela está relacionada com um processo lento e paciente desencadeado pelo proletariado, através do desenvolvimento de contrapoderes. Sendo o seu conceito de poder político baseado na questão da legitimidade, sua tática tem por objetivo minar tal legitimidade:

A ação não-violenta permite, particularmente, evitar fornecer pretextos à ação repressiva do Estado, mas permite também ameaçar perder toda a legitimidade, se finalmente ela existe, apesar de todos os recursos (Bihr:227-228).

O autor, no entanto, admite que esta tática de não-violenta pode não ser suficiente. Porém, o proletariado deve evitar o “confronto massivo (sic)”, e priorizar confrontos locais e pontuais, na tentativa de minar a legitimidade do Estado, fazendo ruir sua base.

As formas organizacionais em que o movimento operário pauta suas ações devem seguir o princípio fundamental do federalismo: a união livremente consentida, que concilia autonomia das partes com unidade geral. Esta é a base das redes de autogestão, tão importantes na estratégia de desenvolvimento de contrapoderes.

No nível sindical, a renovação do sindicalismo revolucionário é colocada como caminho a seguir. Diante da crise que o movimento sindical socialdemocrata atravessa, a retomada do modelo anarco-sindicalista – com modificações nada pequenas – se mostra como solução. Tal retomada tira a ênfase que a corrente original dava à greve geral insurrecional. Assim, os princípios do sindicalismo revolucionário que devem ser reelaborados pelo movimento operário atual são: a autonomia em relação ao patronato e ao Estado, a democracia direta aplicada à organização sindical, com a construção de relações não dirigistas e não burocráticas, o privilégio das ações e estruturas interprofissionais e a coordenação e integração de lutas dentro e fora do trabalho, ampliando a atuação do movimento sindical.

Para que essa retomada tenha o sucesso esperado pelo autor, o movimento sindical deve se livrar de dois mitos do sindicalismo revolucionário: o mito da greve geral insurrecional e o mito do sindicato como única organização revolucionária. A

greve geral insurrecional, se houver, e quando houver, será somente depois da construção, dentro do sistema capitalista, de uma sociedade alternativa, comunista. A supressão do mito do sindicato como única organização capaz de conduzir a revolução leva à questão da autonomia dos movimentos sociais específicos. Novamente, seguindo o princípio do federalismo, os movimentos sociais específicos devem manter sua autonomia e, ao mesmo tempo, devem integrar-se com o movimento sindical. Dessa forma, os movimentos sociais devem estar articulados ao movimento operário, segundo os objetivos de estratégia e de organização, através de redes.

Por fim, segundo Bihr, as vanguardas políticas são inevitáveis, e até desejáveis, no seu processo revolucionário sem ruptura. Essas vanguardas devem emergir do próprio movimento anticapitalista amplo e devem servir à estratégia de construção de contrapoderes. Portanto, não podem ter as finalidades nem as modalidades de um partido político. Também elas devem seguir os princípios federalistas, mantendo a integração e articulação dos diversos movimentos, sem afetar suas respectivas autonomias.

As semelhanças entre as principais proposições de Bihr para o movimento operário – redução do tempo de trabalho e instituição de renda social garantida – e as propostas lançadas por André Gorz e outros intelectuais da neo-socialdemocracia são claras. O autor admite que suas propostas têm ambigüidades, e que estas levam a uma “falsa” aproximação com o projeto neo-socialdemocrata. As diferenças colocadas pelo autor entre o seu projeto e o da socialdemocracia têm como base o binômio tática-estratégia:

Em resumo, no quadro de uma estratégia de contrapoder, os eventuais compromissos a serem estabelecidos entre práticas alternativas e instituições capitalistas dependem de necessidades puramente *táticas*. Ao contrário, no quadro do projeto NSD [neo-socialdemocrata], esses compromissos fazem parte integrante da *estratégia* das práticas ‘alternativas’ que se trata de desenvolver (Bihr:256-257).

Ou seja, enquanto seu projeto para a esquerda tem como objetivo último o fim do capitalismo, a neo-socialdemocracia tem como objetivo uma renovação do compromisso entre capital e trabalho.

Apesar de seu esforço em diferenciar o seu do projeto neo-socialdemocrata, não podemos deixar de ressaltar as origens de suas formulações: foi a socialdemocracia, na tentativa de renovar o Estado de bem-estar, que lançou a idéia de uma redução drástica e uma flexibilização da jornada de trabalho sem prejuízo dos salários como forma de, por um lado, combater o desemprego e, por outro, desonerar o Estado de bem-estar. Uma passagem de artigo de A. Gorz ilustra bem essa idéia:

Uma maior disponibilidade de tempo representa a chave para transformar o nosso modo de viver e para reorganizar a instituição do Welfare State. É possível descentralizar uma parte das tarefas assumidas pelo Estado social, restituindo-as ao mundo da comunidade, da vizinhança (Gorz, 1986, tradução nossa).

Como pudemos notar, para Bihl, o comunismo pode ser construído, digamos assim, inserindo-se na dinâmica do próprio sistema capitalista. A revolução política pode ser substituída por uma revolução tecnológica, baseada na microeletrônica, que permitiria tanto a redução drástica da jornada de trabalho, quanto uma "revolução" no aparelho produtivo, com a constituição de empresas autogeridas, desconcentradas, descentralizadas, que produziriam de acordo com as necessidades determinadas pela sociedade em que está inserida e que levaria em conta critérios ecológicos.

Alain Bihl coloca a perseguição desses objetivos como capazes de reativar a luta de classes. Concordamos que o programa de reivindicações por ele proposto é não somente bastante progressista como eleva o nível das reivindicações se comparado às reivindicações e ao modo de luta desenvolvidos

pela CUT na última década, por exemplo. A redução geral e drástica da jornada de trabalho é uma bandeira importantíssima para o movimento operário hoje; libera tempo livre para o operário, melhorando sua condição de vida, e pode, eventualmente, contribuir para a diminuição do desemprego. Ademais, a história da luta operária mostra que um objetivo como esse é alcançável dentro da economia capitalista. Porém, quando saímos da discussão de uma plataforma reivindicativa e passamos a pensar em um processo de transição ao socialismo, é preciso ter claro que mudam a pergunta e o terreno da reflexão; mudam o objeto e o terreno da luta de classes.

Não consideramos possível que transformações que alteram a lógica da produção capitalista ocorram sob um Estado burguês e sem ruptura com a propriedade e o mercado capitalista. Produzir com vistas à utilidade do produto, em harmonia com o ambiente e num sistema de cooperação internacional contraria frontalmente a lógica do capitalismo. A produção capitalista é a produção de valor, a utilidade da mercadoria é mero suporte do valor – o capital é o valor que se valoriza. Esse é o motivo e o objetivo da produção. Não é possível impor ao capitalista que produza com vistas à utilidade. Além disso, desde o início do século XX, o capitalismo é inseparável do imperialismo. Pretender que haja cooperação, e não exploração e concorrência internacional, equivale a pleitear o capitalismo humano. As mudanças apontadas pelo autor só são exequíveis se o poder de classe da burguesia, consagrado no seu Estado, for eliminado. Mas, é justamente essa eliminação que Bihr quer contornar. Daí ele apresentar como um mito a idéia do “grande dia” que seria a revolução política e propor a “alternativa”, que seria o processo gradativo conquistado na base. O autor não leva em conta nem mesmo os interesses mais gerais da classe dominante – a manutenção da propriedade privada dos meios de produção e da exploração do trabalho assalariado. Não podemos esquecer que a luta de classes não conta com um só lado – o dos trabalhadores. A resistência capitalista a um programa de transição como o desenvolvido pelo autor seria imensa e invencível, se mantido o Estado burguês.

### **3.3 - Paul Singer: Voltando ao Século XIX?**

Paul Singer tem desenvolvido teses que também contam com a construção de uma sociedade socialista sem revolução política. O autor tem apresentado textos tanto teóricos sobre construção do socialismo, quanto de ordem prática, analisando as experiências sindicais e no campo da economia solidária, argumentando a existência de uma relação entre o crescimento dessa economia e a perspectiva de construção do socialismo.

Esse autor trabalha com uma contraposição entre revolução política e revolução social. Ele parte da coexistência de vários modos de produção numa mesma formação social para dizer que já está sendo gestada uma revolução social socialista. Segundo sua concepção, a revolução social capitalista na Inglaterra teria começado com a implantação do capitalismo como modo de produção, e perdurado até a sua consolidação como modo de produção hegemônico. A revolução social socialista, por sua vez, teria começado com a implantação de instituições não capitalistas através da luta operária e não se consolidou. Dentre essas instituições não capitalistas estão a legislação trabalhista, os sindicatos, as cooperativas, o sufrágio universal, etc..

Em seu livro *A Utopia Militante*, Singer expõe com detalhes seu argumento em favor de um socialismo construído nos interstícios do sistema capitalista. A tese central é a de que os modos de produção não se tornam hegemônicos através ou a partir de revoluções políticas, mas de revoluções sociais. Dessa maneira, ele parte da consolidação do capitalismo como modo de produção hegemônico para chegar às considerações sobre a possibilidade de um modo de produção socialista construir essa hegemonia num movimento contínuo, sem rupturas com a ordem capitalista.

O capitalismo vinha se desenvolvendo muito antes da chamada Revolução Burguesa. A produção dominada por corporações e mestres, com suas restrições à expansão, acabaram por criar um crescente número de pobres e “excluídos”, que passaram a trabalhar clandestinamente como assalariados. Assim, o desenvolvimento prévio do capitalismo se baseava na exclusão que o modo de produção hegemônico gerava. A burguesia pôde crescer e expandir a produção porque conseguia, ao mesmo tempo oferecer melhores condições aos consumidores e um meio de integração aos excluídos do sistema feudal, minando assim a dominação de classe. Com o passar do tempo, o número de excluídos ou prejudicados pelo sistema de monopólio passou a ser potencialmente majoritário. Com isso, a burguesia capitalista era a classe que tinha a proposta que atendia a todos os setores prejudicados. Foi assim, segundo Singer, que a hegemonia burguesa foi sendo construída no interior do sistema feudal de produção.

Juntamente com esse crescimento contínuo da produção de tipo capitalista, houve o desenvolvimento vertiginoso das forças produtivas e as “mudanças institucionais indispensáveis ao avanço das relações de produção capitalistas nos diversos países” (Singer, 1998:27). Dessa forma, a hegemonia do modo de produção capitalista começou com a revolução industrial inglesa e se desenvolveu nas décadas seguintes.

Algumas palavras acerca da hipótese da transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista, desenvolvida por Singer, devem ser ditas. Retomando a tese da defasagem por antecipação da estrutura jurídico-político em relação à estrutura econômica, não podemos concordar com a hipótese de Singer de que foi o crescimento da produção capitalista, que possibilitou o “desenvolvimento vertiginoso” das forças produtivas que impulsionaram as “mudanças institucionais indispensáveis ao avanço das relações de produção capitalistas nos diversos países (Singer, 1998:27)”. Boito Jr.(1998) dá tratamento

diferente à questão, concluindo que o Estado absolutista não era de tipo capitalista, portanto “reproduzia a estrutura econômica feudal e bloqueava um desenvolvimento de tipo capitalista. Dessa perspectiva, a revolução burguesa, entendida como um processo de transformação da estrutura do Estado e da correspondente mudança da classe social que detém o poder de Estado, adquire importância decisiva na transição ao capitalismo (Boito Jr., 1998:87)”.

Se a revolução social capitalista aconteceu na Inglaterra e vigorou da implantação do capitalismo como modo de produção até a sua consolidação como sistema hegemônico, a revolução social socialista teve seu início com a implantação de instituições que Singer considera anticapitalistas, através das lutas operárias. Assim, a criação de legislações trabalhistas, de sindicatos, de cooperativas de produção e de crédito faz parte da revolução social socialista que é desencadeada como reação à consolidação do modo de produção capitalista como dominante.

Diferentemente da revolução social capitalista, que foi condicionada pelo desenvolvimento das forças produtivas e estava consubstanciada na instituição da livre concorrência nos mercados, nos direitos políticos para a burguesia, na instituição do padrão-ouro, no livre câmbio, etc., a revolução social socialista, segundo Singer, não decorre do, nem está condicionada ao desenvolvimento das forças produtivas, mas resulta das lutas de resistência do movimento operário aos malefícios impostos pelo processo de acumulação capitalista.

A revolução social socialista, tal qual é concebida por Singer, vem “colada” com a revolução social capitalista. No primeiro século – entre 1780 e 1880 –, a classe operária é bastante heterogênea, mantendo grande diferenciação entre trabalhadores qualificados e não qualificados. As reações ao capitalismo nessa fase são encampadas pelos trabalhadores qualificados. Foi o avanço técnico, acompanhado da conseqüente expropriação dos conhecimentos dos trabalhadores

qualificados – processo contínuo no capitalismo até os dias de hoje – que promoveu uma homogeneização constante do proletariado fabril.

A reação ao desenvolvimento do modo de produção capitalista – portanto, o germe da revolução social socialista - se deu em três níveis pelos trabalhadores qualificados: Num primeiro nível ela se dava em relação ao industrialismo e em nome “dos direitos adquiridos e dos fundamentos do antigo regime (Singer, 1998:68)”. O segundo nível de reação se deu com a participação do proletariado qualificado na luta pela democracia política, sob os princípios e desdobramentos da Revolução Francesa. No terceiro nível estão as reações que mais interessam ao autor. Esta reação baseou-se no desenvolvimento de “formas próprias, potencialmente anticapitalistas, de organização social – o sindicalismo – e de organização da produção e distribuição – o cooperativismo (idem)”. É neste último nível de reação ao capitalismo que o autor detém seus esforços de análise, contemplando o cooperativismo e a influência de Owen<sup>25</sup> para o sindicalismo.

Além dessas duas instituições – o sindicalismo e o cooperativismo -, a legislação fabril também é considerada anticapitalista e fundamental pelo autor. A luta operária pela regulamentação legal das relações de trabalho teria uma “clara orientação ideológica anticapitalista (Singer, 1998:75)”. O ponto de partida para os defensores de uma legislação trabalhista é a desigualdade entre as partes do contrato de trabalho. Além desta desigualdade no ponto de partida da relação contratual, os trabalhadores sempre têm de lidar com o excesso de oferta no mercado de trabalho, o que faz com que suas condições se inferiorizem em relação ao empregador. A legislação fabril tira a barganha do nível individual e a eleva ao nível coletivo.

---

<sup>25</sup> Robert Owen, o socialista utópico inglês do século XIX, que começou seu projeto de reforma social como grande empresário filantropo, tentou fundar uma comunidade cooperativa nos Estados Unidos – New Harmony -, que fracassou e o levou à quase falência. Voltou à Inglaterra e se envolveu com o movimento operário, transformando-se em uma espécie de guia. As informações sobre o socialista utópico inglês foram extraídas de Teixeira, Aloisio (org.) (2002) *Utópicos, Heréticos e malditos*, Rio de Janeiro, Record, além das obras de Paul Singer citadas ao longo do trabalho e de Droz, J. (1976), *História Geral do Socialismo*, Lisboa, Horizonte.

O que realmente importa para Singer da análise desse período primeiro de reação ao capitalismo são as relações entre o sindicalismo nascente e o cooperativismo owenista. Segundo o autor, cooperativismo e sindicalismo são movimentos paralelos até final dos anos de 1820 e início dos anos 30 do mesmo século. O que mais chama a atenção de Singer são as cooperativas ligadas mais ou menos diretamente aos sindicatos. As conjunções ideológica e organizacional já eram muito claras entre os dois movimentos. O autor ressalta que as idéias de Owen eram apropriadas e reinterpretadas pelos sindicatos, “transformando as aldeias de cooperação propostas por ele [Owen] de presentes oferecidos pelas classes governantes aos pobres em associações operárias autogovernadas a serem criadas pelos esforços dos próprios operários (Cole e Postgate, apud Singer, 1998:93)”.

As experiências dos sindicatos owenistas do século XIX na Inglaterra são tomadas como exemplo para o movimento sindical e operário do século XXI. Diante da importância atribuída por Singer a Owen, falaremos brevemente de sua história, de suas experiências e daquelas que foram realizadas em seu nome tendo como base, inclusive, algumas exposições do próprio Singer.

Robert Owen (1771-1858) é o mais influente representante do socialismo utópico inglês. Podemos resumir sua trajetória política em três fases: uma primeira, em que ele aparece como um industrial filantropo; uma segunda fase, efêmera, em que ele próprio funda uma comunidade cooperativa nos Estados Unidos, e uma terceira, em que seu envolvimento com o movimento sindical se estreita, caracterizando um período de propaganda e agitação.

Na primeira fase, que se inicia no final do século XVIII, Owen ascende socialmente e se torna dono de uma grande tecelagem – New Lanarck –, que possui cerca de 500 operários. New Lanarck se situava longe da cidade de mesmo

nome, portanto os operários tinham que viver ao seu redor. Owen, então, comprou terras vizinhas, construiu casas novas e reformou as velhas, abriu uma escola e um armazém que vendia produtos de boa qualidade com preços reduzidos. Além dessas melhorias nas condições de vida de seus operários, Owen reduziu a jornada de trabalho e manteve os salários dos operários mesmo em períodos de guerra, em que a produção fora interrompida. Mesmo com todas essas melhorias, ele continuava a obter lucros, por isso ficou famoso como grande filantropo e tinha a simpatia e admiração das classes dominantes. Aparecia, assim, como patrão moderno e esclarecido.

Já em 1817, Owen começa a pensar soluções mais amplas para os pobres, que eram sustentados pelas paróquias, amparadas na Lei dos Pobres. Segundo o socialista utópico, a solução era a construção de “Aldeias Cooperativas”, em que os pobres produziram e trocariam o excedente entre as diversas aldeias. Assim, algumas aldeias seriam industriais, outras agrícolas. Notamos aqui, semelhanças com as propostas de geração de trabalho e renda feitas por parte da “esquerda” brasileira, principalmente do Partido dos Trabalhadores, e também da própria CUT. Com essa proposta, Owen passou a atacar frontalmente as próprias bases econômicas da sociedade capitalista – o lucro e a concorrência. Não demorou muito e ele passou a atacar também as religiões. A partir daí, começa a perder o apoio das classes dominantes, que já não mais o viam como um filantropo, mas como uma ameaça.

A segunda fase de sua trajetória é marcada pela criação de colônias comunitárias nos Estados Unidos, chamadas de New Harmony. Esta experiência teve caráter efêmero – entre 1825 e 1829 – e fracassaram porque não conseguiam se auto-sustentar, dependendo da contribuição de simpatizantes ricos. Esse período é chamado por alguns biógrafos de “comunismo agrário”, já que Owen escolheu implantar suas colônias em ambiente camponês e aldeão, demonstrando uma clara intenção de retorno à manufatura rural.

Com o fracasso de sua experiência nos Estados Unidos, Owen volta à Grã Bretanha e passa a atuar mais diretamente junto ao movimento sindical – daí sua fase propagandista –, incentivando a formação de cooperativas operárias que pudessem concorrer com as indústrias capitalistas, e junto ao Estado – daí a caracterização de agitador –, lutando por melhorias ao operariado, valendo-se do campo parlamentar. Sendo essa a última fase de sua trajetória, podemos dizer que é também aquela em que os elementos de sua doutrina estão mais desenvolvidos, e em que a caracterização como socialista utópico fica mais evidente.

A cooperação, segundo Owen, não era colocada como um tipo ou momento da luta entre proprietários e não proprietários; a percepção de classe não estava desenvolvida no ativista. Desta forma, a constituição de cooperativas era vista como maneira de harmonizar interesses e conflitos. Owen constatou a anarquia na produção e o caráter degradante da livre concorrência, mas entendia que todos, indistintamente, perdiam com isso. A sociedade, tal como se apresentava a ele, tinha elementos de irracionalidade, por isso não havia superado ainda a fase da livre concorrência. Sua reforma, como bem demonstra Jacques Droz (1976), tem como propósito lutar contra a pauperização em duas frentes: a proteção do trabalho, com melhorias na assistência, deve ser feita pelo Estado; e cabe ao “patrão esclarecido” pagar bons salários, contribuir para a educação, etc, evitando assim conflitos com seus operários. Para Owen, a sociedade só não atingiu esse nível de harmonia porque não ascendeu à racionalidade completa. Assim, a infelicidade e as divisões na sociedade são derivadas do individualismo e à irracionalidade. A nova sociedade deve, então, ser baseada na cooperação mútua.

Um elemento da doutrina de Owen e que guarda grande afinidade com as teses de Singer e de outros autores que consideramos no campo do novo socialismo utópico, é a maneira como se dá – ou não se dá – a transformação

social. A transformação radical da sociedade é concebida por Owen de forma totalmente pacífica. Não há necessidade de violência, nem de destruição da antiga ordem social – o capitalismo –, já que é a razão que opera a transformação. “Confiando na virtude iluminadora da razão, Owen conta primeiro com a acção (sic) esclarecida dos governos; depois, logo que abandonou todas as esperanças do lado das 'classes superiores', vira-se para os operários (Droz, 1976:376)”.

A crença ingênua de Owen na razão faz com que rejeite qualquer ação violenta, greve ou insurreição. Rejeita principalmente a luta de classes, pois, na sua concepção, ela não tem razão de ser, já que tanto pobres quanto ricos são vítimas da ignorância e da irracionalidade. O que pode salvar a humanidade dessa irracionalidade e ignorância é a educação. O princípio da natureza humana que norteia as concepções de Owen é que o ser humano é totalmente determinado pelo meio em que vive; daí a importância atribuída por ele à educação.

Voltemos a Singer: Pois bem, o fracasso das experiências diretamente owenistas se deu, segundo sua análise, mais por motivos econômicos que propriamente políticos ou de repressão estatal. Enquanto a batalha era entre os trabalhadores e categorias isoladas de empregadores, havia a possibilidade de vencer o embate, às vezes. Mas, com a união dos empregadores – ou a reação inevitável das classes dominantes, diríamos –, os sindicatos não tinham chance de vitória. Os empregadores, unidos, começaram a exigir o que ficou conhecido como “documento” – um compromisso de renúncia ao sindicato e recusa de ajuda por parte de qualquer membro de sindicatos –, que todo trabalhador tinha de assinar. Outra arma utilizada pelos empregadores foi o locaute. Para manter as cooperativas competitivas, a maioria dos operários tinha de estar ocupada. Com um locaute geral, os cooperados tinham de produzir e vender numa escala muito maior, para sustentar todos os operários que estavam parados, fato que dificultava bastante a sobrevivências das cooperativas.

O movimento cooperativo renasceu – depois dos fracassos das experiências diretamente desenvolvidas por Owen e pelos primeiros owenistas - em 1844, com as cooperativas de Rochdale – cidade industrial próxima a Manchester. Rochdale, com a sua *Society of Equitable Pionners*, é considerada a matriz do cooperativismo moderno, inclusive por Singer. Isto porque essa experiência tentou eliminar os erros cometidos por Owen e seus primeiros seguidores. Para superar os problemas enfrentados, foram criadas oito regras que as cooperativas deveriam seguir para fazer parte dos “pioneiros”. As regras não eram propriamente originais, mas uma espécie de compilação do que já havia sido tentado. A novidade estava na aplicação de todas as regras ao mesmo tempo.

As duas primeiras regras são as que diferem as cooperativas dos empreendimentos capitalistas. A primeira é a regra de “cada sócio, um voto”, independente do capital investido. A segunda diz que a sociedade é aberta a qualquer pessoa, desde que integre uma cota mínima de capital – no caso, uma libra. A regra número três diz respeito à remuneração do capital investido, que correspondia a uma taxa fixa de juros de 10%. O restante do excedente era dividido entre os sócios, de acordo com o valor de suas compras, incentivando o comércio na cooperativa; esta é a regra quatro. A quinta diz que a sociedade só vende à vista, precavendo-se de falência em época de crise. De acordo com a sexta regra, a cooperativa só poderia vender produtos puros e de boa qualidade. As regras cinco e seis faziam com que os mais pobres fossem excluídos, já que produtos puros e de qualidade eram caros demais. A sétima regra é sobre a educação nos princípios do cooperativismo e a oitava se reporta à neutralidade religiosa e política.

Do ponto de vista de uma “amostra” de sociedade socialista, as duas primeiras regras são fundamentais, já que diferem um empreendimento capitalista de um cooperativo. Segundo os próprios relatos de Singer, essas duas regras não foram cumpridas nem mesmo no início da experiência de Rochdale. Na

cooperativa havia os acionistas e os operários. Estes operários recebiam salários mais um bônus, que era pago com o excedente, apresentado na regra quatro. Somente os acionistas tinham direito de voto:

[...] Sem o bônus, a Sociedade Industrial foi transformada numa empresa capitalista, objetivando o lucro e dominada pelos seus acionistas. A transformação [fim do bônus, com a crise do algodão durante a Guerra Civil dos Estados Unidos] foi possível porque a decisão foi tomada só pelos acionistas, entre os quais havia pouquíssimos trabalhadores da cooperativa. Dos 500 trabalhadores cooperados, apenas cerca de 50 eram acionistas. Numa autêntica cooperativa teria de vigorar a regra número um dos Pioneiros: cada trabalhador teria um voto e todos os trabalhadores teriam de subscrever ao menos uma cota mínima de capital (Singer, 1998:104-105).

Ora, esta passagem nos faz refletir em que momento Rochdale foi realmente alternativa ao capitalismo. Mesmo antes de acabarem com os bônus, não havia nenhuma garantia de partilha do excedente.

A sociedade dos Pioneiros teve sob sua asa cooperativas de produção e de consumo, e obteve sucesso econômico relativo. Porém, segundo o próprio relato de Singer, juntamente com o sucesso comercial vinha o distanciamento dos princípios que ele considera socialistas, que são as duas primeiras regras. Aparentemente, segundo o autor, as cooperativas de produção não resistiam às pressões – do mercado capitalista, diríamos nós, não o autor – e escapavam às duas regras “socialistas” da Sociedade dos Pioneiros. Apesar de reconhecer esse distanciamento, Singer vê a experiência de Rochdale como modelo, que possibilitaria a conjugação de socialismo e economia de mercado:

A cooperativa de Rochdale mostrou excepcional capacidade de adaptação às oportunidades e riscos da economia de mercado, sem abrir mão de princípios socialistas na organização de atividades econômicas. Tornou-se, por isso, modelo das cooperativas que foram se criando não apenas na Grã-Bretanha mas em todos

os países em que a revolução social capitalista estava ocorrendo (Singer, 1998:106).

É a partir das lições das experiências inglesas do século XIX que Singer elabora seu “programa anticapitalista” para o movimento operário atual. Seu modelo é construído através de reações provocadas pelas investidas do capital sobre o trabalho, e que podem ser generalizadas. A partir destas “generalizações”, Singer coloca as tarefas da esquerda atual.

A primeira tarefa é a formulação de um projeto alternativo ao capitalismo. Segundo Singer, no auge da revolução inglesa, esse projeto era capitaneado por Owen. Esse projeto alternativo é chamado de socialista ou comunista e tem variado ao longo desses dois séculos. O autor, partindo da idéia de que há um projeto genérico denominado socialista ou comunista, contrapõe as idéias de Owen às de Marx e opta claramente pelo primeiro como modelo para os nossos dias. Ele entende que Marx incorporou a essência do cooperativismo de Owen ao seu projeto, mas estendeu seus limites para, pelo menos, o território nacional. Segundo Singer, este foi o erro de Marx: ao estender os limites da economia cooperativa, Marx força o planejamento econômico centralizado que, para Singer, adquire traços totalitários:

Como sabemos, esta mudança de âmbito da economia coletiva deixa de ser quantitativa apenas para passar a qualitativa: na aldeia, o planejamento poderia ser combinado, quem sabe, com a prática de democracia direta. Mas, em nível nacional, o planejamento econômico centralizado adquire traços totalitários, como a experiência histórica do nosso século ilustra fartamente (Singer, 1998:109).

Segundo Singer, o fracasso das experiências baseadas em Marx levou a revolução socialista de volta ao seu ponto de partida. Para ele, a esquerda precisa de um projeto comunista alternativo ao marxismo. Este projeto – o seu projeto – foca o olhar exatamente sobre o socialismo utópico de Owen e dos owenistas do século XIX. Segundo sua concepção, apesar de as experiências owenistas terem

fracassado, deixaram um legado positivo e importante, enquanto que o legado deixado pelas experiências marxistas, principalmente a soviética, é essencialmente negativo. O projeto alternativo que deve ser perseguido pela esquerda atual é colocado nos seguintes termos pelo autor:

O desafio ideológico é formular um projeto de sociedade que respeite as liberdades individuais, políticas e econômicas, conquistadas pelos trabalhadores no capitalismo hodierno e lhes ofereça inserção no processo produtivo em termos de pleno emprego, participação nas decisões que afetam seus destinos também ao nível de empresa e um patamar mínimo de rendimento que lhes proporcione um padrão 'normal' de vida (Singer, op. cit.:110).

Podemos notar, pela citação acima, que o projeto alternativo de Singer é bastante modesto, confundindo-se com a própria socialdemocracia. Os trabalhadores não devem aspirar tomar rédeas de seu destino, apenas participar das decisões que possam afetá-lo.

Uma segunda reação generalizável ao capitalismo foi a luta por direitos políticos ou pela democracia. A luta pela reforma parlamentar na Inglaterra não estava subordinada a um projeto de conquista do poder pela classe operária. Neste ponto, novamente Singer contrapõe as experiências owenistas e a soviética para, mais uma vez, tomar partido das experiências do século XIX. Segundo sua análise, depois da Revolução Russa passou a predominar, no movimento operário, a "luta pelo poder como alavanca de transformação revolucionária (Singer, op. cit.:110)"; e isso teria sido um erro. Singer saúda o fato de os movimentos anticapitalistas de hoje – o chamado movimento antiglobalização – colocarem a democracia como parte integrante de seu projeto.

Em relação a essa segunda reação generalizável – a luta por direitos -, Singer considera que o movimento anticapitalista também regrediu ao ponto de partida. A democracia, através do uso consciente do sufrágio universal, permitiu a conquista de direitos por parte do movimento operário que configuram o chamado

Estado de bem-estar social. Pois bem, este sistema é fruto das lutas travadas pelo proletariado industrial. O Estado de bem-estar, ao se constituir fruto das lutas de uma fração de classe determinada – o proletariado industrial –, entra em decadência e crise juntamente com essa fração, com o advento da terceira revolução industrial e com a retomada do liberalismo econômico. Assim, o proletariado fabril em “queda” carrega consigo o Estado de bem-estar social. Dessa forma, as conquistas principais do movimento operário devem ser refeitas, já que estão “alicerçadas em relações de trabalho que a nova revolução industrial e o neoliberalismo estão destruindo” (Singer, op. cit.:111)”. A luta agora, não é mais para conquistar novos direitos, como nos primórdios do capitalismo, mas fazer valer os já conquistados.

A terceira reação generalizável ao capitalismo constitui-se a base de suas opiniões últimas e diz respeito à criação de sindicatos e cooperativas. Segundo sua concepção, sindicatos e cooperativas funcionam como “implantes socialistas” nos interstícios do sistema capitalista. Teria havido, segundo Singer, uma lição importante da derrota do cooperativismo do século XIX aprendida pelo movimento operário: As cooperativas e os sindicatos teriam surgido para agir como instrumento imediato na construção de uma sociedade socialista. A lição aprendida, segundo o autor, é que não deve haver confronto direto com o capital hegemônico. O movimento operário teria aprendido que a transformação deve se dar, segundo sua lógica, a partir de dentro do capitalismo. O capitalismo, para o autor, apresenta brechas que devem ser aproveitadas pelo movimento operário na organização de atividades econômicas alternativas ao capitalismo – no caso, em forma de cooperativas. O êxito econômico de Rochdale seria o exemplo e o modelo. Singer não considera a hipótese de o sucesso econômico de Rochdale ter se dado exatamente devido aos seus desvios capitalistas, sofridos ao longo de sua existência; nem leva em conta também que a experiência fracassou, se tomarmos uma perspectiva socialista, já que não logrou se espalhar e difundir a ponto de competir com a hegemonia capitalista. Dessa terceira generalização – a

constituição de sindicatos e cooperativas -, Singer retira sua tese de possibilidade de uma transição sem transição.

Singer admite que a capacidade de as cooperativas se desenvolverem nos interstícios do capitalismo enfrenta limites. Estes limites estão claros nas cooperativas de produção, assim como em Rochdale.

As primeiras [de consumo ou de crédito] preenchem uma lacuna ao prover os consumidores de meios de se defender das grandes empresas e dos bancos. [...] Já as segundas [de produção] apresentam problemas sérios ao emular suas congêneres capitalistas para competir com elas (Singer, op.cit.:113).

A primeira revolução social socialista, no século XIX, provou que o capitalismo provoca reações da classe operária nos níveis político, ideológico e econômico. Os resultados dessas reações (as generalizações descritas acima) são “mudanças institucionais que acompanham a revolução capitalista e, ao mesmo tempo, se contrapõem a ela, sem anulá-la (Singer, op. cit.:113). Essas instituições que, segundo o autor, são transformadas pela reação dos trabalhadores são consideradas por ele como “sementes socialistas plantadas nos poros do modo de produção capitalista (idem:114)”, que podem ou não germinar.

As instituições transformadas ou criadas como reação ao sistema capitalista são chamadas pelo autor de “implantes socialistas”. A democracia política, segundo sua concepção, é o implante socialista mais importante, já que não está sendo abalada pelo neoliberalismo. Nesse momento, devemos reproduzir a discussão feita por Singer sobre a democracia e a tradição marxista. Sua crítica se volta para a tradição marxista que diz que tudo o que é criado ou acontece na vigência do capitalismo é tido automaticamente como capitalista. Esta tradição, segundo o autor, costuma dizer que a democracia tal qual conhecemos é burguesa ou liberal. Para ele, a democracia política tem sua própria lógica e se tivesse de ser adjetivada por sua origem de classe, deveria ser chamada de operária, não de

burguesa, porque foi fruto da conquista da classe operária contra a burguesia. O que poderíamos dizer, apenas superficialmente, é que, apesar de a democracia ter sido uma conquista das classes subordinadas, ela se dá no âmbito da sociedade capitalista e não põe em risco este sistema; este é um dos motivos porque é considerada burguesa pela tradição marxista. Uma democracia operária teria, necessariamente, um conteúdo diferenciado<sup>26</sup>.

Outros implantes socialistas seriam os sindicatos, a seguridade social e as cooperativas. O sindicalismo é considerado implante socialista porque sua ação visa alterar a relação entre capital e trabalho. Já o sistema de seguridade social pode disponibilizar grandes quantias de capital para fins anticapitalistas. O seguro social público, segundo sua análise, vai de encontro aos princípios capitalistas. Já as cooperativas são os implantes socialistas mais complexos e significativos para a análise de Singer. Para que ela possa ser considerada anticapitalista, deve seguir alguns princípios: 1) deve ser dirigida por representantes eleitos democraticamente pelos sócios; 2) todos os sócios devem ter direitos iguais, independentemente do capital investido; 3) a repartição dos resultados deve ser igualitária ou respeitar a cota de cada sócio. Se seguir esses princípios, a cooperativa estaria em contradição com o capitalismo no que respeitam as relações entre empresa e seus clientes e empresa e seus trabalhadores.

No capitalismo, há uma crescente assimetria de poder e informação entre o consumidor e as grandes empresas. Os códigos de defesa do consumidor tentariam diminuir essa defasagem, *a posteriori*. A resposta socialista a esse problema seriam as cooperativas de consumo, em que os clientes são os donos. São exemplos de cooperativas de consumo as cooperativas de crédito, de habitação, de escolas, de saúde (?). Segundo Singer, as cooperativas são

---

<sup>26</sup> Esse debate está presente de forma bastante desenvolvida nos ensaios "A Democracia Burguesa e a Luta Proletária" e "Socialismo e Democracia", Décio Saes, *Estado e Democracia: ensaios teóricos*. Campinas, Unicamp – IFCH, 1998. 2ªed..

especialmente “exitosas em ramos em que os compradores adquirem serviços contínuos, mediante contrato de longo prazo (Singer, 1998:123)”.

Na relação empresa-trabalhador, enquanto que na empresa capitalista ela é duplamente alienante – em relação aos efeitos de seu trabalho na sociedade em que se insere e pela exclusão nas discussões que levam a tomadas de decisões que os afetam -, na cooperativa de produção os trabalhadores são donos e controladores da empresa, participando de todo o processo de tomada de decisões.

Singer não fecha os olhos para as dificuldades enfrentadas pelas cooperativas de produção. De início, a principal dificuldade é conseguir crédito. Superada esta dificuldade inicial, as cooperativas estão sempre sujeitas à falência ou à degeneração – um “retorno” à condição capitalista. O risco de falência acompanha as cooperativas, segundo Singer, “como qualquer outra empresa”; mas nós entendemos que a falência acompanha mais de perto as cooperativas que as empresas estritamente capitalistas. Isto porque as dificuldades de crédito e financiamento são muito maiores no caso das cooperativas, principalmente porque são, quase sempre, desdobramento de um processo de falência. Segundo o autor, em períodos de crise, as cooperativas têm mais opções que as empresas convencionais. Enquanto que as convencionais só têm como opção a dispensa de trabalhadores, as cooperativas podem manter todos os cooperados em semi-ociosidade, com redução dos salários, podem “desligar provisória ou definitivamente um certo número de sócios com mias possibilidades de encontrar outro trabalho fora (Singer, 1998:127)”, ou simplesmente podem não resistir e falir. Analisando as “opções” das cooperativas vemos que não são tantas, nem tão boas aos trabalhadores. Os cooperados ficam entre ganhar menos ou ficar desempregados.

Quanto ao perigo de degeneração, as cooperativas – tanto de consumo, crédito ou produção – não devem entregar a administração a um corpo profissional isolado ou a cooperados tidos como mais competentes. Ou seja, o princípio da democracia deve ser mantido para que a cooperativa não degenera e retorne à condição capitalista.

Como podemos notar, os problemas enfrentados pelas cooperativas advêm exatamente de sua condição híbrida: uma empresa que internamente pode ser organizada com princípios socialistas, mas que está inserida no modo de produção capitalista, tendo que competir no mercado capitalista, sempre com a possibilidade de não resistir, já que representa, muitas vezes, o elo mais fraco da cadeia competitiva. Singer não nega esse problema fundamental que um modo de transição baseado na difusão do cooperativismo sofre. É exatamente essa forma híbrida das cooperativas que faz com que a transição pensada pelo autor seja frágil. Singer considera:

As cooperativas operárias não são portadoras de forças produtivas novas, que só seriam compatíveis com as relações de produção cooperativas ou socialistas. É possível que, no futuro, tais forças produtivas surjam, mas não dá para desenvolver um projeto de revolução socialista a partir desta hipótese. O que a experiência comprova é que as cooperativas, tomando todas em conjunto, apresentam vantagens comparativas em relação às empresas capitalistas, do ponto de vista dos consumidores ou dos produtores (Singer, 1998:129).

As vantagens não são de caráter competitivo, como uma nova tecnologia, mas ocorreriam através da desalienação de produtores e consumidores. A característica de democratizar as decisões tornaria possível a desalienação. Porém, isto só ocorre se houver uma predisposição à participação, fato que não é muito comum numa sociedade capitalista. Desta forma, a revolução social socialista não pode contar com as facilidades que a capitalista encontrou, segundo Singer. Isso porque, quando do desenvolvimento do modo de produção capitalista, não houve necessidade de fomentar o espírito empresarial nos capitalistas, pois

era “natural” de sua condição. Já no caso das cooperativas, se se tomá-las como forma de transição de um modo de produção para outro, esse espírito empreendedor participativo deve ser construído, vencendo o isolamento que o individualismo provoca nas “pessoas comuns”.

O espírito cooperativista ou a consciência socialista não surge espontaneamente. O anseio pela desalienação pressupõe que as pessoas estejam informadas de que estão alienadas da maioria das decisões que afetam suas vidas e dos seus dependentes. Esta é sem dúvida a primeira grande tarefa de uma educação para o cooperativismo ou para o socialismo. Despertada a consciência da alienação (assim como da exploração etc.), é preciso educar o jovem para competir não só individual, mas coletivamente, mediante participação ativa em cooperativas, sindicatos, centros estudantis, partidos políticos. (Singer, op. cit.:130).

As formulações de Paul Singer estão na esteira da retomada do socialismo utópico como resposta ao fracasso do Leste Europeu e da experiência soviética. Tanto Bihl, Negri e Hardt quanto Singer entendem possível construir o socialismo nos interstícios do capitalismo, sem nenhum tipo de ruptura, sem revolução. Não levam em consideração as reações das classes dominantes se e quando tiverem sua posição hegemônica ameaçada. Tanto é assim que, enquanto Owen – o grande exemplo tomado por Singer – se mostrou como empresário filantropo, amealhou riqueza e admiração. A partir do momento em que passou a disseminar idéias “comunistas”, atacando o que ele chamou de pilares da sociedade irracional – o casamento, a religião e a propriedade privada -, perdeu toda a sua fortuna e foi banido da sociedade, como bem lembra Engels em seu *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico* (Engels, 1971).

A concepção de socialismo de Singer é mais facilmente encontrada em seus textos de divulgação ou políticos. Em *Economia Socialista*, um pequeno livro contendo um texto apresentado por Singer em seminário organizado pela Fundação Perseu Abramo, pelo Instituto Cidadania e pela Secretaria Nacional de Formação do PT, intitulado “Seminários Socialismo e Democracia”, o autor

desenvolve a noção de socialismo que mantém o mercado como meio de distribuição. Além do artigo de Singer, o livrete contém comentários de José Machado e um debate com vários políticos do PT.

Neste texto, a preocupação do autor é recuperar o socialismo pré-marxista ou pré-científico. Após a II Internacional, segundo sua análise, o socialismo científico de Marx e Engels tornou-se hegemônico nos partidos e sindicatos operários. O que ele pretende é recuperar uma noção de **socialismo como sociedade mais justa e mais livre**. Com esse artigo, Singer pretende fornecer um programa socialista que contemple esse retorno ao socialismo pré-marxista. Os pressupostos fundamentais deste programa são que o modo de produção socialista deve ser construído na vigência do modo de produção capitalista, em competição com ele; e que esta construção não pode ter a intervenção do Estado, não pode se dar através da iniciativa de um Estado socialista, mas sim construído pelos trabalhadores livremente associados, numa concepção muito próxima à de Bührer.

A partir da reflexão sobre o fracasso da experiência soviética, Singer retrocede aos primórdios da Revolução Russa para recuperar a polêmica entre planejamento centralizado e autogestão. Segundo sua análise, esta polêmica contrapõe duas noções diferentes de socialismo e a "escolha" pelo planejamento foi responsável pelo fracasso. Ao optar pela autogestão, em detrimento do planejamento, Singer ressalta que esta escolha não estaria em desacordo com as teses de Marx e Engels; nem mesmo com as de Lênin. Usa, para isso, um artigo em que o líder da Revolução Russa coloca como próxima tarefa para a revolução, após a tomada do poder pelo proletariado, a organização da população em sociedades cooperativas. Há, porém, uma diferença fundamental entre as considerações de Lênin sobre as cooperativas e o modelo de Singer: Para Lênin, a organização da população em sociedades cooperativas só era possível em uma

transição, após a tomada de poder pelo proletariado, e para Singer, trata-se de uma transição para o socialismo sem ruptura, sem tomada do Estado.

Sua crítica ao modelo soviético se volta basicamente ao planejamento centralizado da produção. Contra a planificação e em seu lugar, seu programa mantém o mercado, considerado por ele como o melhor “planejador”, mesmo numa sociedade socialista. Não há, para Singer, a possibilidade de planejamento democrático da produção, senão através de mercados; mesmo quando e se todos os envolvidos forem ouvidos e chegarem a um plano aprovado unanimemente, ainda assim, em alguma fase de implementação, haverá dissidências. A vantagem do mercado é que dissidentes podem abandonar planos a qualquer tempo, o que não ocorre num planejamento centralizado. Se prestarmos atenção, o socialismo de Singer mantém tanto o mercado como o Estado, concentrando as transformações no “mundo da fábrica”.

O mercado, assim, seria essencial para a manutenção da liberdade de escolha. Dessa forma, numa economia socialista, o plano geral seria substituído por planos particulares conciliados, no plano micro, em mercados e, no plano geral, num “parlamento econômico”. Este parlamento econômico seria responsável pela regulação da economia.

O modo de regulação geral, de caráter democrático e participativo, poderá ter a forma de um *parlamento econômico*, com seus membros eleitos por partidos políticos ou corporações setoriais (por ramo de produção, profissão etc.). Sua missão seria elaborar políticas fiscais e de crédito que permitissem arbitrar entre demandas competitivas por ‘financiamento’, isto é, pelos frutos do trabalho social futuro. Além disso, esse corpo deliberativo deveria almejar a produção de conhecimentos que permitissem tornar os projetos por detrás de cada demanda mais transparente e as projeções do futuro em que se baseiam mais consistentes (Singer, 2000:38).

O caráter reformista e até idealista do autor está nas suas considerações sobre o aprofundamento das desigualdades que os mercados promovem:

O grande argumento contra a distribuição por mercados é que eles tendem a favorecer os ricos e, no caso dos mercados financeiros, a aumentar os desníveis econômicos. Ora, uma economia socialista não pode tolerar a existência de pobres. Qualquer cidadão teria de ter acesso pleno à satisfação de suas necessidades básicas, mediante a criação de uma **renda cidadã suficiente**. A partir desse ponto, a persistência ou não de desigualdade econômica deveria ser deixada ao parlamento econômico, dependendo da noção de justiça da maioria dos cidadãos nele representados (Singer, 2000:39, grifos nossos).

Quanto a essa questão da permanência do mercado numa sociedade socialista, o comentário de José Machado é bastante pertinente e expressa boa parte da nossa argumentação:

Paul Singer insistiu muito na afirmação de que o mercado deve ser uma instituição permanente no socialismo, e de uma forma muito corajosa: não defendeu apenas a manutenção do mercado em geral, mas também especificamente do mercado financeiro como instituição permanente. Não posso concordar com isso. [...]  
Por que defender o mercado? Os problemas do mercado não estão só na sua anarquia – a anarquia na produção capitalista é uma das críticas clássicas de Marx. Nem apenas em que o mercado favorece os mais ricos, a concentração de renda, as desigualdades, os desníveis econômicos. O problema central do mercado é que, por sua própria natureza, ele tem um tipo de racionalidade que não é racionalidade social ou humana. *O que é racional para o mercado pode muito bem não ser racional para a sociedade.* O mercado usa sempre uma forma indireta de expressar as necessidades sociais e de decidir sobre elas (Machado, 2000:54).

Enfim, a lógica do mercado é o lucro; esta é sua racionalidade. Tudo deve ser reduzido às condições de compra e venda, não há espaço para o público no mercado. Como diz Machado, *“tudo teria seu preço, nada seria de graça, tudo*

*seria comprável (e, portanto, vendável): eis o ideal neoclássico, que expressa justamente a 'racionalidade' do mercado (Machado, 2000:55)".*

Voltando a Singer, o socialismo defendido por ele, além de não prescindir do mercado, é essencialmente autogestionário e direto, construído sem ruptura, "por dentro" do sistema capitalista. A "transição" entre um modo de produção e outro se daria através do fortalecimento dos implantes socialistas. Ainda que as cooperativas autogestionárias não sejam capazes de, sozinhas, levar a sociedade à economia socialista, servem de aprendizado para as classes trabalhadoras. Assim, a economia socialista seria conquistada através de reformas dentro da ordem capitalista e viria, em parte, do aprendizado com as experiências cooperativistas e, em parte, da ampliação da democracia.

O fundamento da construção do socialismo em Singer são os implantes socialistas, por isso achamos necessário alguma reflexão sobre essa noção. Não podemos concordar que sindicatos, cooperativas e o conjunto de direitos da democracia atual possam ser considerados implantes socialistas dentro do capitalismo. Como disse Arlindo Chinaglia, durante o debate que se seguiu à apresentação de Singer:

O capitalismo é capaz de hegemonizar várias formas de produção, inclusive aquelas que Paul Singer caracterizou como não-capitalistas, exatamente porque elas não atingem e não disputam o grande poder que está concentrado no sistema financeiro hoje, nas chamadas empresas do conhecimento, de alta tecnologia, e nas grandes empresas de maneira geral (Chinaglia, 2000:69).

Considerar empresas cooperativas, o movimento sindical e a democracia **burguesa** como germes de socialismo no interior do capitalismo faz com que a esquerda perca o horizonte das dificuldades em se construir uma alternativa ao sistema capitalista. Se, hipoteticamente, as experiências autogestionárias – que têm realmente um componente anticapitalista, pelo menos no interior das fábricas –

florescessem, se disseminassem a ponto de disputar hegemonia com o sistema capitalista, a reação seria pronta e, com certeza, violenta. Porém, não entendemos possível que essas experiências cheguem a tal ponto de desenvolvimento; em primeiro lugar, porque têm de competir num ambiente hostil, em que o principal critério é a eficiência econômica – o lucro –, e em segundo lugar porque, ainda que vencidas estas imensas dificuldades econômicas, as classes dominantes, juntamente com o Estado, não deixariam que a situação chegasse, pacificamente, ao ponto em que ameaçassem a hegemonia capitalista. A visão de uma passagem pacífica e tranqüila para o socialismo embaça as vistas de grande parte da esquerda atual.

A idéia de tomar a democracia burguesa como implante socialista, sugerindo que as instituições democrático-burguesas devam ser consideradas operárias porque foram conquistas das classes trabalhadoras, não leva em conta o caráter complexo da questão; considera que as instituições democrático-burguesas, tal como se apresentam na sociedade capitalista, atendem totalmente aos interesses das classes dominadas, sendo assim o resultado acabado de suas lutas. Ora, compartilhamos da idéia de Décio Saes de que todo processo social é complexo e o seu resultado, quase sempre, não corresponde às intenções de nenhum dos agentes. Suas considerações sobre os resultados – a democracia burguesa – do processo de dominação de classe nos fornecem elementos para uma crítica da noção de implante socialista:

[...] Tal ocorre, em geral, com o processo da dominação política de classe: a sua forma objetiva não corresponde nem à intenção da classe exploradora, nem à intenção da classe explorada. A prática da classe explorada, de resistência à dominação de classe, põe obstáculos à concretização das intenções da classe exploradora (maximização da exploração, até o limite da sobrevivência física da classe explorada); mas as concessões (materiais, no plano do discurso), com as quais a classe exploradora responde à prática de resistência, *desencaminham* a classe explorada, levando-a agir por vias que não levam à concretização de sua intenção (a supressão da dominação de classe e da exploração do trabalho;

intenção que, como veremos a seguir, não assume necessariamente a forma de um projeto socialista proletário) (Saes, 1998:154).

Ainda mais perigosa é a idéia – principalmente se e quando defendida pela esquerda – de que o mercado é livre, que é o melhor “planejador”; aceitar isto é o mesmo que aceitar a “mão invisível” dos liberais e neoliberais de plantão. Ao contrapor autogestão e planejamento, Singer abriu caminho para a defesa do mercado como regulador. Sim, porque mesmo com a instituição de um “parlamento econômico”, os planos continuariam sendo decididos e traçados nos e pelos mercados.

O que difere o socialismo moderno – ou científico – do socialismo utópico do século XIX, como disse Engels (1971), são a tomada da consciência dos antagonismos de classe entre possuidores e não possuidores, e a tomada de consciência da anarquia na produção. Podemos dizer que o que une autores tão diferentes como Negri e Hardt, Bihl e Singer e que justifica coloca-los numa mesma corrente inspirada nos utópicos dos primórdios do capitalismo moderno é o desprezo analítico em relação à primeira característica descrita por Engels. O desprezo pela análise das classes sociais – principalmente no caso de Negri e Hardt –, ou pela luta de classes – no caso dos outros dois – leva-os a um socialismo com as características do socialismo utópico do século XIX – pacífico, baseado na noção racional de justiça e que busca a harmonização das classes. Parecem partir da idéia de que a construção de uma sociedade socialista a partir de dentro do capitalismo poderia ser almejada por todas as classes sociais; se não almejada, pelo menos não combatida pelas classes dominantes.

Ao entender o desenvolvimento de uma sociedade socialista a partir da razão e da justiça, os utópicos clássicos - Saint-Simon, Fourier e Owen, basicamente – tiram o caráter histórico do processo social. Assim, no momento em que um gênio conseguisse apreender a razão e a justiça, elaboraria um mundo baseado nesse conhecimento, e o aparecimento deste homem-gênio não estaria

ligado ao desenvolvimento histórico, mas ao casual. Sendo assim, esse ser iluminado poderia surgir em qualquer época histórica (Engels, 1971). Se a descoberta da razão e da justiça dependia do surgimento de um gênio, os utópicos passaram a desenvolver elaborados planos e projetos da nova sociedade.

Tratava-se de descobrir um novo sistema mais perfeito de ordem social e implantá-lo na sociedade, de fora, pela propaganda, e na medida do possível, através de experiências-modelo. Esses novos sistemas sociais estavam condenados a mover-se no reino da utopia. Quanto mais em pormenor eram elaborados, mais degeneravam em puras fantasias (Engels, 1974:54).

Pois bem, as cooperativas-modelo e educativas de Singer, o programa detalhado de Bihr e a “descoberta” da multidão e do Império de Negri e Hardt podem ser colocados lado a lado com as colocações feitas acima por Engels sobre as ilusões dos utópicos clássicos. É claro que não há uma retomada literal dos clássicos, mas entendemos que há uma espécie de retorno ao idealismo presente no século XIX; idealismo que não levava em conta a reação das classes dominantes às resistências políticas e econômicas das classes dominadas. Em alguns casos, o socialismo se apresenta como um desenrolar da sociedade dominada pelas “novas tecnologias”. Vemos isso em Hardt e Negri, quando tratam do que chamam de trabalho imaterial, quando imaginam estarmos na vigência de uma sociedade pós-industrial, cooperativa e inerentemente comunista. Em Bihr, a própria revolução política parece substituída pela revolução tecnológica que, por si mesma, seria capaz de transformar as relações de produção, cabendo aos trabalhadores apenas indicarem o caminho aos capitalistas, que aceitariam tudo tranqüilamente porque as transformações estariam inseridas numa lógica – poderíamos dizer racional – que a própria revolução tecnológica oferece.

Enfim, o caráter idealista que vemos nessa corrente política que tenta retomar o socialismo pré-marxista aparece principalmente pela desconsideração que os autores dão à luta de classes, aos antagonismos de classe. É neste

sentido que podem ser chamados de neo-utópicos. De uma maneira enviesada esses autores acabam por se aproximar de pensadores liberais como Habermas, que retoma a racionalidade idealista do século XIX para elaborar sua teoria da ação comunicativa.

#### **4 – Considerações finais**

Neste último tópico, faremos um esforço para resumir as conclusões às quais chegamos ao longo da dissertação, na tentativa de evidenciar as relações existentes entre a atuação das ONGs e as novas tendências da ação sindical da CUT.

Particularmente em relação às ONGs, sua atuação por projetos focalizados está totalmente inserida na lógica de desmonte do Estado nas áreas sociais – uma das características mais marcantes que acompanham as reformas voltadas para o mercado. Com tal desmonte, parte dos serviços vai efetivamente para o setor privado da economia, fazendo crescer a importância do setor de serviços ligados à educação, cultura, lazer e saúde; e a parte mais vulnerável fica entre o Estado e o setor da assistência-filantropia privado. Temos, então, o atendimento dividido em três níveis – o Estado, que se mantém nos serviços, mas de uma forma cada vez mais precária, fazendo com que os usuários sejam “empurrados” ou para a iniciativa privada *strictu sensu* ou para entidades assistenciais ou filantrópicas, dentre as quais está a maioria das ONGs.

Ainda que a intenção de boa parte das organizações não-governamentais seja uma resistência prática às políticas sociais de cunho neoliberal, o resultado de sua atuação é desfavorável à luta contra tais políticas, já que dá uma certa cobertura para o abandono do Estado de áreas sociais, além de contribuir para a fragmentação e desmobilização dos movimentos sociais.

Se, no caso das ONGs, a ligação com a difusão de políticas sociais neoliberais é razoavelmente estreita, no caso da atuação da CUT a partir da década de 1990 esta ligação não é nem direta, nem linear. A estratégia sindical adotada pela CUT – o chamado sindicalismo propositivo – levou a Central a uma

postura hesitante diante das investidas do neoliberalismo sobre os direitos dos trabalhadores. A ênfase no negociado, no contratual, em vez da luta de massa por direitos universais, colaborou para a fragmentação e para a ascensão de um novo corporativismo durante toda a década de 1990, e a luta pelo contrato coletivo de trabalho evidencia bem esta fase do sindicalismo propositivo. Como considera Boito Jr., a proposta da CUT de contrato coletivo se coloca não somente como forma de “ampliar as garantias políticas e legais do processo de negociação coletiva” (Boito jr., 1999:149), mas principalmente como maneira de neutralizar a política combativa desenvolvida pela Central ao longo da década de 1990 e adequar o contrato de trabalho à nova estratégia de participação e negociação.

Podemos dizer que, neste primeiro momento de ascensão do neoliberalismo no Brasil, a CUT, através de sua estratégia sindical voltada para o contratual, a participação e a negociação, contribuiu indiretamente para o desenvolvimento de políticas neoliberais, na medida em que não organizou uma resistência efetiva às investidas que os direitos sociais e trabalhistas sofreram no período. Porém, a partir de meados dos anos de 1990, a CUT passa a manter uma relação ainda mais dúbia com algumas políticas sociais de caráter neoliberal.

A estratégia de participação levou a CUT não só a desenvolver propostas para serem encampadas ou aceitas em fóruns tripartites, mas a elaborar políticas que são ou serão implementadas pela própria Central ou por seus sindicatos. Os programas de requalificação profissional, que incluem o fomento às cooperativas, estão entre estas políticas. Com isso, a atuação da CUT se aproxima da atuação das ONGs; ou seja, a CUT entra na arena da disputa por recursos públicos, que são usados em projetos de desenvolvimento local – quer seja através da constituição de cooperativas, quer de iniciativas familiares de geração de trabalho e renda – e/ou de educação profissional.

No início da década de 1990, a CUT – mais especificamente a Articulação Sindical – justificava a proposta de contrato coletivo de trabalho e, indiretamente, da própria estratégia propositiva através da despolitização das lutas da Central, numa tentativa de reforçar a idéia de que a negociação deveria se dar entre os sindicatos – representantes do trabalho – e os empresários – representantes do capital. A Central, nas palavras de Antônio Augusto de Oliveira Campos (apud Boito Jr., 1999: 149) não deveria mais agir como partido político. É interessante notar que, se para defender o contrato coletivo de trabalho, a CUT apela não só para uma despolitização, mas também para uma espécie de isolamento – ainda que não tenha um caráter classista, mas voltado à categoria, ou mesmo à empresa -, a defesa da economia solidária e das cooperativas se assenta exatamente na ampliação da base de representação da CUT e, por que não, do sindicalismo. Se, no caso do contrato coletivo, o papel da CUT é colocado como o de representante dos trabalhadores – já em processo de fragmentação - frente ao patronato, no caso da economia solidária, esta representação deve ser ampliada para toda a sociedade, na perspectiva de um sindicalismo cidadão. Podemos dizer que a CUT passa, a partir de meados dos anos de 1990 a propor para si um duplo papel, através da atuação em duas frentes: Quando fala em nome dos trabalhadores formais, é o contrato coletivo, a “livre negociação” e a conciliação que contam; quando tenta agregar desempregados e trabalhadores precarizados à sua base, é o discurso liberal da defesa da cidadania que é levado em conta. Mas não somente este discurso é usado na defesa da economia solidária. Como vimos durante a exposição do trabalho, um socialismo de base, direto, influenciado pelas idéias de Paul Singer e inspirado no socialismo utópico inglês do século XIX também está presente no discurso e na prática da CUT.

O socialismo colocado como princípio norteador nos primeiros anos de existência da CUT não possuía conteúdo, nem a Central se preocupava com uma estratégia voltada para a sua realização. Pois bem, com o desenvolvimento de programas incentivadores do cooperativismo, a CUT volta a defender o socialismo,

mas agora este tem conteúdo e, por que não, estratégia de realização. Com isso, estranhamente, com o incentivo ao cooperativismo e a partir da influência de Paul Singer, a CUT está, ao mesmo tempo mais próxima tanto da atuação das ONGs, portanto correndo sério risco de descambar para uma ação assistencial, quanto do socialismo, ainda que de um socialismo com características particulares. Com isso queremos dizer que a entrada da CUT na arena da economia solidária tanto pode aprofundar uma tendência ao assistencialismo, desencadeada pela atuação da Central no campo da qualificação profissional, como pode servir para elevar o patamar de reivindicações do sindicalismo brasileiro.

Gostaríamos de ressaltar, assim, que as experiências da CUT no campo do cooperativismo podem ser consideradas um aprofundamento do sindicalismo propositivo dos anos 90, apontando para um sindicalismo executor, mas que, de alguma forma, deixam a Central mais próxima do socialismo, ainda que de um socialismo utópico, que não compreende muito bem os antagonismos de classe e não dá a devida dimensão à reação das classes dominantes a qualquer experiência que coloque em risco seus interesses mais gerais. Isso não quer dizer que o sindicalismo cutista deva abandonar qualquer iniciativa nesse campo, afinal são experiências válidas, ainda que de um âmbito estritamente paliativo. A Central não deve, no entanto, sobrevalorizar essas experiências, considerando-as uma espécie de panacéia para todos os males – o desemprego, a crise do sindicalismo, a crise econômica, etc - e, muito menos, apresentá-las como o primeiro passo para a construção do socialismo. O patamar das reivindicações do sindicalismo cutista deve sim elevar seu nível, contemplando um programa mais agressivo, que vise a redução da jornada de trabalho, o fim das horas extras, o incentivo às cooperativas, a reforma agrária. Pode incorporar, no nível da plataforma reivindicativa e da luta imediata, parte dos programas desenvolvidos por Singer e Bihl. Mas, não cabem ilusões. Essas plataformas são exatamente isso – plataformas reivindicativas, que estão sujeitas à resistência e levam, dentro do sistema capitalista a, no máximo, uma espécie de humanização desse sistema,

não ao socialismo. E a CUT deve tomar cuidado redobrado para não entrar de vez no campo da assistência social, ao imitar a atuação das ONGs, executando serviços que sempre considerou e lutou para que fossem públicos, se quiser manter sua característica de Central combativa.

Algo que também gostaríamos de retomar nessa pequena conclusão é a existência de uma certa funcionalidade entre o que poderíamos chamar de novo basismo - representado pela atuação das ONGs e por esse novo socialismo utópico - e a política social neoliberal, caracterizada pela focalização, privatização e descentralização com apelo à participação popular. Ainda que a intenção dos agentes não seja, na maioria das vezes, a de colaborar para o desenvolvimento dessas políticas, as características desse novo basismo o tornam funcional aos governos de inclinação neoliberal. Afinal, quando enfatiza a participação popular - no caso das ONGs - não para pressionar o Estado pela manutenção e extensão de direitos e pelo controle de suas ações, mas para substituí-lo em certas tarefas sociais, contribui não somente para desobrigar o Estado dessas tarefas, mas para disseminar pontos caros à ideologia neoliberal no seio dos movimentos populares, como a do Estado mínimo. Da mesma forma, as propostas de incentivo às experiências da economia solidária e ao cooperativismo, trazidas pela corrente deste novo socialismo utópico, recorrem à descentralização e ao desenvolvimento local, prevendo a participação popular em projetos de autodesenvolvimento, caracterizando o que se convencionou chamar "geração de trabalho e renda". Com isso, os adeptos do novo socialismo utópico, que têm como grande bandeira a expansão da economia solidária, correm o risco de contribuir para a proliferação de políticas de orientação neoliberal, incentivando uma participação popular que não visa o controle das ações estatais, nem a manutenção e a expansão de direitos, mas que se responsabiliza por políticas - precárias e paliativas - de combate ao desemprego, desviando a atenção dos trabalhadores da responsabilidade dos governos neoliberais sobre esta questão e desmobilizando-os em seu combate mais amplo e efetivo.

De modo geral, esse novo basismo tende a manter relações ambíguas com as políticas sociais de governos neoliberais. Ao mesmo tempo em que se mostra como resistência, oferece terreno para a expansão dessas políticas; e o faz principalmente porque provoca uma desmobilização dos agentes dos movimentos populares, contribuindo para a legitimação desses governos.

Apesar de objetivarem o socialismo, a desconsideração com a função do Estado de organizar a dominação de classe e o desinteresse pela análise dos antagonismos de classe fazem com que as propostas/programas dos autores considerados aqui como novos socialistas utópicos se aproximem da atuação das ONGs naquilo que caracteriza sua justificativa teórica: a democratização das relações sociais ou, no limite, a ampliação da democracia dentro do sistema capitalista.

## 5 – Fontes

### 5.1 - Bibliografia

ALVAREZ, Sonia (2001), *in* Alvarez e Dagnino (orgs.). “Os movimentos sociais, a sociedade civil e o ‘terceiro setor’ na América Latina”, *Primeira Versão*, Campinas IFCH/Unicamp, nº 98.

ALVES, Giovanni (2000). *O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho*, São Paulo, Boitempo.

RANGEL, Antônia (2001). “Uma Visão crítica sobre as ONGs”, *Revista Debate Sindical*, São Paulo, CES, ano 15, nº 38, jun/jul/ago.

ARELLANO-LÓPES, Sonia e PETRAS, James (1995). “A ambígua ajuda das ONGs na Bolívia”, *in* *Cadernos do CEAS*, Salvador, nº 156.

BALIBAR, Etienne (1980). “Sobre os Conceitos Fundamentais do Materialismo Histórico”, *in* Althusser, L., Balibar, E., Establet, R. *Ler o Capital*. Rio de Janeiro, Zaar, Vol.II.

BAVA, Silvio Caccia (2001), *in* Evelina Dagnino e Sonia Alvarez (orgs), “Os movimentos sociais, a sociedade civil e o ‘terceiro setor’ na América Latina: reflexões e novas perspectivas”, *Primeira Versão*, Campinas, Gráfica do IFCH – Unicamp, nº 98.

BIHR, Alain (1998). *Da Grande Noite à Alternativa*, São Paulo, Boitempo.

BOFF, Waldemar (1996). “ONGs e Movimento Popular”, *in* Gonçalves, Hebe (org.), *Organizações Não Governamentais – Solução ou Problema?*, São Paulo, Liberdade.

BOITO Jr., Armando (1996). "Hegemonia Neoliberal e Sindicalismo no Brasil", in *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, nº3.

\_\_\_\_\_ (1999). *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*, São Paulo, Xamã.

\_\_\_\_\_ (1998). "Os tipos de Estado e os problemas da análise poulantziana do Estado absolutista", in *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, nº7.

BORON, Atilio (2002). *Império e Imperialismo*, Buenos Aires, Clacso.

CARVALHO, Maria do Carmo (1997). "Uma nova fase dos movimentos sociais", mimeo.

CASTORIADIS, Cornelius (1985). *A Experiência do Movimento Operário*, São Paulo, Brasiliense.

COHN, Amélia (1999). "As políticas sociais no governo FHC", in *Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, USP, vol 11, nº 02, out. 1999.

COSTA, Sérgio (1994). "Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil", in *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, nº38.

DRAIBE, Sonia (1994). "Neoliberalismo y políticas sociales: reflexiones a partir de las experiencias latinoamericanas", in *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, Vol. 34, nº134.

DROZ, Jacques (1976). *História Geral do Socialismo*, Lisboa, Horizonte.

- ENGELS, Friedrich (1971). *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, Lisboa, Estampa.
- FUSER, Igor (1995). *México em Transe*, São Paulo, Página Aberta.
- GALBRAITH, John Kenneth (1989). *Anatomia do Poder*, São Paulo, Pioneira, 3ª ed..
- GALVÃO, Andréia (2002). "A CUT na encruzilhada: impactos do neoliberalismo sobre o movimento sindical combativo", in *Revista Idéias*, Campinas, ano 9(1), IFCH, Unicamp.
- \_\_\_\_\_ (1996). *Participação e Fragmentação: A prática sindical dos metalúrgicos do ABC nos anos 90*, dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp.
- GIANOTTI, Vito (1990). *CUT por Dentro e por Fora*, Petrópolis, Vozes.
- \_\_\_\_\_ e LOPES NETO (1993), Sebastião. *Para Onde vai a CUT?* São Paulo, Scritta.
- GOHN, Maria da Glória (2000). *Teoria dos Movimentos Sociais*, São Paulo, Loyola, 2ªed..
- GORZ, André (1986). "Per um Rinnovamento del Welfare State", *Critica Marxista*, Roma, Editori Riuniti Riviste, nº05, anno 24, set/out 1986.
- HABERMAS, Jürgen (1984). *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

- \_\_\_\_\_ (2001). *Teoría de la Acción Comunicativa I: Racionalidad de la acción y racionalización social*, Espanha, Taurus Humanidades, 2ª ed..
- HARDT, Michael e NEGRI, Antonio (2001). *Império*, Rio de Janeiro, Record, 3ª ed..
- \_\_\_\_\_ (2002). *O Poder Constituinte*, Rio de Janeiro, DP&A.
- HOCHSTETLER, Kathryn (2001). "Os Movimentos sociais, a sociedade civil e o 'terceiro setor' na América Latina, in Dagnino, Evelina e Alvarez, Sonia, *Primeira Versão*, Campinas, IFCH, Unicamp, nº 98.
- KURZ, Robert (1998). *Os Últimos Combates*, Petrópolis, Vozes.
- LESSA, Sérgio (2002). Trabalho Imaterial, classe expandida e revolução passiva, in *Crítica Marxista*, nº15, São Paulo, Boitempo.
- LÖWY, Michael (1999). "Habermas e Weber", *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, nº09.
- LUXEMBURGO, Rosa (1970). *Reforma ou Revolução?* Lisboa, Estampa.
- \_\_\_\_\_ (1975). *Reforma, Revisionismo e Oportunismo*, rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- MARTORANO (2002), Luciano C.. *A Burocracia e os Desafios da Transição Socialista*, São Paulo, Xamã/Anita Garibaldi.
- MARX, Karl (1961). "Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores", in K.Marx/F. Engels, *Obras Escolhidas*, Rio de Janeiro, Editorial Vitória.

- \_\_\_\_\_ (1971). *Crítica do Programa de Gotha*, Porto, Portucalense.
- MENESCAL, Andréa Koury (1996). "História e Gênese das Organizações Não-Governamentais", in Gonçalves, Hebe (org.), *op. cit.*
- MESTRINER, Maria Luiza (2001). *O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social*, São Paulo, Cortez.
- MILL, John Stuart (2001). *Capítulos sobre o Socialismo*, São Paulo, Fund. Perseu Abramo.
- ODA, Nilson Tadashi (2000). "Sindicato e Cooperativismo: os metalúrgicos do ABC e a Unisol Cooperativas", in Singer, Paul e Souza, André, *A Economia Solidária no Brasil*, São Paulo, Contexto.
- OLIVEIRA, Aécio Alves (2000). "Desenvolvimento do *Capital*, desqualificação da *força-de-trabalho* e desemprego: a *Economia Solidária* em discussão", mimeo.
- PARRA, Henrique Z. M. (2002). *Liberdade e Necessidade: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da economia*, dissertação de mestrado, São Paulo, USP.
- PETRAS, James (2000). *Hegemonia dos Estados Unidos no Novo Milênio*, Petrópolis, Vozes.
- \_\_\_\_\_ e VELTMEYER, Henry (2000). *Hegemonia dos Estados Unidos no Novo Milênio*, Rio de Janeiro, Vozes.

POULANTZAS, Nicos (1977). *Poder Político e Classes Sociais*, São Paulo, Martins Fontes.

ROSEMBERG, Fúlvia (1996). “Sociedade Civil como Parceira do Estado na Prestação de Serviços”, in Hebe S Gonçalves (org.), *Organizações não governamentais – Solução ou problema?* São Paulo, Estação Liberdade.

SAES, Décio (1998). *Estado e Democracia: Ensaio teórico*, Campinas, gráfica do IFCH/Unicamp, 2ª ed..

SALAMA, Pierre (1999). *Pobreza e Exploração do Trabalho na América Latina*, São Paulo, Boitempo.

\_\_\_\_\_ e VALIER, Jacques (1994). *Pauvretés et Inégalité dans le Tiers Monde*, Paris, Paris XIII.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2002), *Produzir para Viver: Os caminhos da produção não capitalista*, Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira.

SINGER, Paul e SOUZA, André R. de (orgs.) (2000). *A economia solidária no Brasil*, São Paulo, Contexto.

SINGER, Paul (2002). A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In Santos, Boaventura (org.). *Produzir para Viver*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

\_\_\_\_\_ (1999). *A Utopia Militante*, Rio de Janeiro, Vozes.

\_\_\_\_\_ (2001). "Teses sobre autogestão e socialismo no Brasil de hoje", in D'Incao, Maria Ângela (org.). *Mudanças sociais após a democratização*, São Paulo, Cortez.

\_\_\_\_\_ e MACHADO, João (2000). *Economia Socialista*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

TEIXEIRA, Aloísio (org.) (2002). *Utópicos, Heréticos e Malditos*, Rio de Janeiro, ed. Record.

TEIXEIRA, Ana Cláudia (2000). *Identidades em construção: as Organizações Não-Governamentais no processo brasileiro de democratização*, dissertação de mestrado, Unicamp.

TELLES, Vera da Silva (1994). "Sociedade civil e a construção de espaços públicos", in Dagnino (org), *Anos 90, Política e Sociedade no Brasil*, São Paulo, Brasiliense.

TUMOLO, Paulo Sergio (2002). *Da Contestação à Conformação*, Campinas, Unicamp.

## **5.2 – Documentos e artigos sindicais**

"Câmaras Setoriais: Será que valeu?". In *De Fato CUT*, São Paulo, CUT, ano 1, nº1, agosto de 1993.

CNM/CUT (1999). "LDSS – Conceitos e Diretrizes".

CNM/CUT (1995). Revista dos Metalúrgicos – Resoluções para o 3º Congresso Nacional dos Metalúrgicos

CNM/CUT (1998). Resoluções do 4º Congresso dos Metalúrgicos da CUT, “Por um futuro melhor”.

CNM/CUT (2001). Resoluções do 5º Congresso dos Metalúrgicos da CUT, “Um outro Brasil é possível”.

CMN/CUT (1995). Resoluções do 3º Congresso dos metalúrgicos da CUT.

CUT (1999). “Construindo a CUT Cidadã”, *in Balanço Financeiro 1994-1999*.